

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

MON
331.5(81)
M 838
TESIMEM

**OS JOVENS NO DEBATE SOBRE MERCADO DE TRABALHO E
DESENVOLVIMENTO NO BRASIL DOS ANOS 90**

Marcelo Jose Moreira

DIRBI/UFU



1000192359

Dissertação apresentada como
requisito parcial para a
conclusão do Curso de
Mestrado em Desenvolvimento
Econômico pela Universidade
Federal de Uberlândia.

Orientador: Prof. Dr. Niemeyer de Almeida Filho

Uberlândia

1999

MARCELO JOSE MOREIRA

**OS JOVENS NO DEBATE SOBRE MERCADO DE TRABALHO E
DESENVOLVIMENTO NO BRASIL DOS ANOS 90**

**Uberlândia
1999**

SUMÁRIO

RESUMO	i
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1	
TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS NO NÚCLEO ORGÂNICO E SEUS EFEITOS SOBRE O EMPREGO NO BRASIL	3
1.1 A "construção" do problema: mudanças para a continuidade	3
1.2 Um breve desenho do mercado de trabalho brasileiro	10
1.3 A evidência de desigualdades na estrutura de ocupações do mercado de trabalho brasileiro	18
CAPÍTULO 2	
EDUCAÇÃO E TRABALHO: <i>SUCUBUS</i> E <i>INCUBUS</i> AO REDOR DO JOVEM BRASILEIRO	30
2.1 A evidência de <i>Sucubus</i> : os efeitos da educação sobre o mercado de trabalho	30
2.1.1 A perspectiva do capital humano e sua incapacidade explicativa através da segmentação do mercado de trabalho	30
2.1.2 Da teoria à prática: de como se apresenta a questão na realidade brasileira	36
2.1.3 Os jovens na questão educacional brasileira	45
2.2 A existência de <i>Incubus</i> : como os jovens se encontram no mercado de trabalho	51
CAPÍTULO 3	
EFEITOS (HERANÇAS) DO PROCESSO DE TRANSIÇÃO AO CAPITALISMO NO BRASIL DOS ANOS 90	62
3.1 A natureza do desenvolvimento capitalista brasileiro: concentrações espacial e de renda	62
3.2 Herdeiros da "desordem": a (im)possível superação do subdesenvolvimento	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
BIBLIOGRAFIA	85
ANEXO	91

ÍNDICE DE TABELAS E QUADROS

TABELA 4 - Evolução do setor informal - RMSP - 1982/1995	14
TABELA 5 - Distribuição dos desempregados segundo o sexo, a faixa etária, o grau de instrução e o setor de atividade econômica do último emprego - RMSP - 1989/1997	20
TABELA 8 - Meta de treinandos nos anos de ação do PLANFOR	40
TABELA 9 - Meta de treinandos a partir da descentralização da ação do PLANFOR	40
QUADRO 1 - Programas definidos e perspectiva de treinandos	41
QUADRO 2 - Recursos aplicados nos PEQ's - 1995/97	42
TABELA 10 - População de 15 a 17 e 18 e 19 anos que freqüentam o segundo grau ou universidade - 1995	50

ÍNDICE DE TABELAS EM ANEXO

TABELA 1 - Taxa de desemprego segundo o nível de formação - países selecionados	91
TABELA 2 - Emprego, população em idade de trabalhar e emprego por pessoa - taxas médias de crescimento anual	92
TABELA 3 - Evolução do desemprego - países selecionados - 1983/1992	93
TABELA 6 - Evolução das 45 ocupações profissionais que mais aumentaram postos de trabalho nos anos 90, segundo a Classificação Brasileira de Ocupações/CBO - Brasil - 1999	94
TABELA 7 - Evolução das 45 ocupações profissionais que mais diminuíram postos de trabalho nos anos 90, segundo a Classificação Brasileira de Ocupações/CBO - Brasil - 1999	95

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Relação: taxa de desemprego e evolução do setor informal na RMSP - 1982/1995	15
GRÁFICO 2 - Evolução: taxa de desemprego e setor informal - Brasil/RMRJ - 1991/1998	15
GRÁFICO 3 - Pessoas ocupadas nas empresas do setor informal, por sexo, grupos de idade (exclusive os proprietários)/Município do Rio de Janeiro - 1994	17
GRÁFICO 4 - Pessoas ocupadas nas empresas do setor informal, por sexo, segundo o nível de instrução (exclusive os proprietários)/Município do Rio de Janeiro - 1994	17
GRÁFICO 5 - Evolução do emprego formal de jovens de 15 a 24 anos de idade por grande setor/IBGE - Brasil - 1986/1997	55

ÍNDICE DE GRÁFICOS EM ANEXO

GRÁFICO 6 - Emprego de jovens de 15 a 24 anos por grau de escolaridade - Grande setor Indústria - Brasil - 1986/1997	96
GRÁFICO 7 - Emprego de jovens de 15 a 24 anos por grau de escolaridade - Grande Setor Comércio - Brasil - 1986/1997	96
GRÁFICO 8 - Emprego de jovens de 15 a 24 anos por grau de escolaridade - Grande Setor Serviços - Brasil - 1986/1997	97
GRÁFICO 9 - Emprego Formal de Jovens de 15 a 24 anos de idade: Rendimentos Médios por Grau de Instrução - Grande Setor Indústria - Brasil - 1990/1997	97
GRÁFICO 10 - Emprego Formal de Jovens de 15 a 24 anos de idade: Rendimentos Médios por Grau de Instrução - Grande Setor Serviços - Brasil - 1990/1997	98
GRÁFICO 11 - Emprego Formal de Jovens de 15 a 24 anos de idade: Rendimentos Médios por Grau de Instrução - Grande Setor Comércio - Brasil - 1990/1997	98

RESUMO

As mudanças ocorridas no mercado de trabalho, impostas pelas transformações em curso no centro do sistema capitalista, tornaram as relações de trabalho mais precárias, sobretudo quando estas se relacionam a uma estrutura de ocupação e rendimentos como a observada na economia brasileira. Isto vai se verificar no agravamento dos níveis de desemprego, na dificuldade de inserção e na exclusão de determinados seguimentos na estrutura ocupacional brasileira, uma vez que estes efeitos atingem mais intensamente determinados “grupos-problema”, incluindo o seguimento de jovens. Sendo assim, o Brasil ao se subordinar ao ideário neoliberal, no que tange à reestruturação e desregulamentação do mercado de trabalho, contribui para consolidar “processos de exploração e de exclusão”. Torna-se portanto, cada vez mais evidente o recrudescimento da estrutura de ocupações brasileira, ao tempo em que fica mais distante o objetivo de desenvolvimento social.

INTRODUÇÃO

A questão do jovem no mercado de trabalho tem se tornado uma das maiores preocupações de analistas, pesquisadores e formuladores de políticas públicas em boa parte do mundo, o que justifica um estudo do tema no campo das ciências sociais aplicadas. Neste sentido, esta dissertação de mestrado pretende investigar a participação e possível inserção dos jovens - pessoas pertencentes à faixa etária de 15 a 24 anos de idade - no processo de re-segmentação do mercado de trabalho brasileiro, para identificar em que medida as dificuldades encontradas por este grupo podem comprometer o desenvolvimento do País.

Tal objetivo da dissertação será contextualizado a partir das recentes transformações do capitalismo contemporâneo, particularmente aquelas relativas à globalização financeira, sendo que todas elas agridem flagrantemente o mercado de trabalho e, portanto, o segmento juvenil.

No que diz respeito às referências empíricas necessárias ao estudo, concentraremos-nos em levantar a participação do grupo de jovens na estrutura de ocupações do mercado de trabalho brasileiro. A análise da inserção do jovem neste mercado será baseada nas seguintes variáveis: setores ocupacionais, rendimentos do trabalho e, principalmente, grau de instrução no período compreendido entre 1986 e 1997. Por fim, ao centrarmos a discussão no binômio educação e trabalho, daremos ênfase ao debate sobre a qualificação profissional e a educação para o trabalho.

No primeiro capítulo apresentamos as primeiras evidências do problema, através de dados sobre a evolução da taxa de desemprego e do setor informal, afim de demonstrar como o mercado de trabalho brasileiro encontra-se em um processo de recrudescimento, obstaculizando o desenvolvimento desta sociedade. O capítulo está organizado de forma que possamos discutir os aspectos que entendemos como principais: as transformações recentes no “núcleo orgânico” do capitalismo e os efeitos das mesmas no Brasil. Esta conceituação de Núcleo Orgânico foi desenvolvida por Arrighi (1995) para apreender o conjunto dos Países/economias que lideram o capitalismo neste século.

O segundo capítulo está estruturado de forma a discutir a importância da educação como pré-requisito para o acesso ao mercado de trabalho, tratando de discorrer sobre a escolaridade dos jovens, a questão da qualificação profissional e o conceito de empregabilidade, e, especificamente, da participação dos jovens no mercado de trabalho.

Esta forma de apresentação, quando relacionada à problematização do jovem no mercado de trabalho, ajuda a demonstrar, pelo menos em parte, o problema da dificuldade de inserção, sobretudo quando articulamos a mesma com os preceitos de busca do desenvolvimento social.

O terceiro capítulo trata exatamente destas questões. Nele, será feita uma discussão, ainda que breve, sobre o inter-relacionamento dos diversos aspectos apresentados anteriormente. Em outras palavras, discutiremos os aspectos apresentados nos capítulos anteriores, de forma a relacioná-los ao desenvolvimento brasileiro, buscando traçar um cenário que envolva a dinâmica da economia brasileira (sobretudo, no que tange ao seu mercado de trabalho) e o futuro dos “novos trabalhadores”.

A elaboração da dissertação, sobre este prisma, compromete-se em levantar discussões acerca de como a juventude brasileira é levada ideologicamente a uma determinada opção de desenvolvimento. Esta opção apresenta-se como inexorável no contexto atual do capitalismo. Sendo assim, a investigação aqui proposta cumpre a função de chamar a atenção sobre os efeitos de uma opção política quase estritamente subordinada aos desígnios da acumulação de capital, tornando as ações pessoais muito difíceis, engendrando a passividade e a impotência. Seguimos, portanto, aqui, os conselhos de Adorno (1995:185):

“as tentativas de transformar efetivamente o nosso mundo em um aspecto específico qualquer imediatamente são submetidas à potência avassaladora do existente e parecem condenadas à impotência. Aquele que quer transformar provavelmente só poderá fazê-lo na medida em que converter esta impotência, ela mesma, juntamente com a sua própria impotência, em um momento daquilo que ele pensa e talvez também daquilo que ele faz.”

Com o propósito de colaborar com um possível debate sobre a juventude nesta conturbada estrutura sócio-econômica em que se firma o País, colocamos “à potência avassaladora do existente” este trabalho, que, se *a priori*, não dá subsídios para a transformação imediata da realidade exposta, converte parcialmente a impotência em um momento de ação pela reflexão.

CAPÍTULO 1 - TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS NO NÚCLEO ORGÂNICO¹ E SEUS EFEITOS SOBRE O EMPREGO NO BRASIL.

“As oportunidades para o progresso econômico, à medida que se apresentam em seqüência para cada Estado, não constituem oportunidades econômicas para o progresso de todos eles. Nesse sentido, o desenvolvimento econômico é uma ilusão.” (Arrighi, 1995:110).

Neste capítulo serão discutidos alguns aspectos fundamentais à discussão da inserção social dos jovens. Será feita uma apresentação do mercado de trabalho brasileiro, sobretudo no que diz respeito à estrutura de ocupações, à luz das transformações que ocorrem no *núcleo orgânico* do capitalismo. Aqui introduzimos o conceito de *grupo-problema* (Offe, 1989), para mostrar como determinados grupos da população economicamente ativa se inserem na estrutura de ocupações do mercado de trabalho. Devemos ressaltar também, que este capítulo está organizado da seguinte forma: i) na primeira seção discutimos os aspectos que entendemos como principais nas transformações recentes ocorridas no *núcleo orgânico* do capitalismo; ii) na segunda, discutimos os efeitos dessas transformações no Brasil, sobretudo no que se refere ao mercado de trabalho; e, iii) na terceira, tratamos, mais especificamente, de como as estruturas de ocupações e de desemprego apresentam-se no Brasil, introduzindo, assim, a discussão sobre a participação dos jovens no mercado de trabalho brasileiro.

1.1 A “construção” do problema: mudanças para a continuidade

Há evidências de que/a reestruturação recente das economias desenvolvidas tenha desencadeado um amplo movimento de reestruturação nos mercados de trabalho, com efeitos sobre as economias em desenvolvimento. A razão é que, cada vez mais, os mercados de trabalho dos Países em desenvolvimento dependem da força motriz das empresas transnacionais. Essas evidências configuram o que Arrighi (1995) chama de

¹ Segundo a organização da pesquisa de Arrighi (1997), os “membros orgânicos da zona do núcleo orgânico” são: Austrália, Canadá, Dinamarca, Nova Zelândia, Noruega, Suécia, Suíça, Reino Unido, Estados Unidos da América, Alemanha Ocidental. Estes foram determinados a partir de suas posições em relação a distribuição global de renda em 1960/70 em comparação com suas posições em 1938/50.

“problema adicional”, utilizando-se aí da percepção de Hirsch (1976) de que o que “*cada um pode alcançar, todos não podem*”.

As evidências vão ao encontro do que Arrighi (1995) considera como processos relacionais de exploração e de exclusão. A formulação do autor parte do princípio de que os processos de exploração referem-se ao fato de que a pobreza absoluta ou relativa dos Estados menos desenvolvidos induz continuamente os governantes e cidadãos a participarem da divisão internacional do trabalho em troca de recompensas marginais. Por outro lado, os processos de exclusão referem-se ao fato de que a riqueza oligárquica dos Estados do Núcleo Orgânico proporcionam a seus governantes e cidadãos os meios necessários para excluir os governantes e cidadãos dos outros Países (Arrighi, 1995). Assim, esses processos geram a pobreza “necessária” para induzir os governantes e cidadãos de Estados comparativamente mais pobres a procurar ininterruptamente uma reinserção na divisão internacional do trabalho, com um custo determinado pelos Países desenvolvidos.

O Brasil, ao se subordinar ao ideário neoliberal, no que tange à reestruturação e desregulamentação do mercado de trabalho, contribui para consolidar processos de exploração e exclusão como esses citados por Arrighi. Em decorrência disso, torna-se cada vez mais evidente, a partir das políticas públicas que é obrigado a adotar, o recrudescimento da estrutura de ocupações brasileira, ao mesmo tempo em que fica mais distante o objetivo de desenvolvimento social.

Para iniciarmos uma investigação desta proposição, partimos do pressuposto de que: i) o desenvolvimento do capitalismo privilegia um grupo de Países hegemônicos - *núcleo orgânico* - em detrimento dos Países em desenvolvimento; ii) o desenvolvimento global é desigual, diferenciando a condição do emprego em favor dos Países desenvolvidos; e iii) os efeitos sobre o mercado de trabalho são assimétricos, atingindo mais intensamente determinados grupos-problema, incluindo o segmento de jovens.

Partindo desta referência, as mudanças ocorridas no mercado de trabalho, impostas pelas transformações em curso no centro do sistema capitalista, tornaram as relações de trabalho mais precárias, sobretudo quando estas se vinculam a uma estrutura de ocupação e rendimentos como a observada na economia brasileira. Isto vai se verificar no agravamento dos níveis de desemprego e nas formas de relações de trabalho advindas da flexibilização da legislação reguladora no Brasil.

O processo histórico de desenvolvimento das forças produtivas capitalistas desencadeou um aprofundamento na divisão social, engendrando o surgimento do trabalho de concepção e de execução, ou trabalho intelectual e manual. Tal processo incita a racionalização do trabalho, a fim de tornar mais eficientes os processos produtivos e promover, de forma mais acelerada, a acumulação. Separam-se as atividades de criação de novas mercadorias e gerenciamento do ambiente produtivo das atividades de operação dos instrumentos diretamente ligados à produção. Isso tem diversas implicações, sendo que uma delas está relacionada com a idéia de produtividade. A divisão técnica favorece a produtividade em favor do capital, uma vez que, ao simplificar, parcelar e especializar as tarefas na manufatura, multiplica e especializa os instrumentos de trabalho, facilitando a incorporação da maquinaria.(Marx, 1972)²

Deste processo histórico de desenvolvimento resultaram os estímulos de racionalização do trabalho no processo produtivo. Porém, as mudanças superaram, em muito, o espaço específico das fábricas. Elas se deram também no âmbito político de legitimação das mudanças. Gramsci (1974), ao estudar uma das fases da produção, associa o regime fordista a valores de racionalização do próprio modo de vida: “*um novo tipo de humano, em conformidade ao novo tipo de trabalho e processo produtivo...*”

Seguindo esta concepção, verifica-se uma relação essencial entre o “fordismo”, que define um modelo de produção, com o “americanismo”, que define um padrão de consumo/comportamento, conforme sugere Gramsci. Transforma-se a vida interior e exterior à fábrica, visando o ordenamento do processo de acumulação de capital.

Neste sentido, é lícito considerar as transformações recentes como um provável desenvolvimento de um “novo trabalhador”³, com repercuções internas e externas à fábrica. Um trabalhador com participação ativa da inteligência, não mais reduzida à habilidade de realizar operações repetitivas ou regulares. Evidentemente, as mudanças são, com as devidas correções, estendidas aos demais setores capitalistas que não o industrial.

² O Capital, vol. 2, cap.XIII.

³ Sobre a questão dos novos requisitos para os trabalhadores, ver: Leite (1994), Abramo (1996), Cocco (1997), por exemplo.

Tal modificação intensificou a partir da década de 70, quando se introduziram, em alguns países, principalmente EUA e Japão, novas formas de inter-relação no ambiente da empresa⁴, atreladas às novas tecnologias nos campos da biotecnologia e microeletrônica. Alguns autores interpretam que nos Países em que ocorreram tais mudanças ocorreram também perdas de postos de trabalho, mesmo diante de um crescimento expressivo da produção.⁵

Estas evidências indicam uma tendência generalizada de redução do nível de emprego industrial em vários Países. Contrariando o movimento percebido na década de oitenta quando alguns Países escaparam da crise de emprego - em especial Alemanha e Japão -, nos anos noventa programas de racionalização produtiva foram implementados pelas grandes empresas em diversos Países, com efeitos dramáticos sobre o emprego (Dedecca, 1996). Os dados que evidenciam esta situação aparecem nas tabelas 1 e 2, em Anexo.

Dado o contexto acima, o desemprego torna-se um problema social que ultrapassa o âmbito estritamente econômico. No capitalismo, a porta de entrada para o reconhecimento social, pelo menos da ampla maioria que não controla os meios de produção, é o emprego. Ao constituir um mercado de trabalho restritivo, o desenvolvimento atual do capitalismo exclui uma alta parcela da população da condição social, exigindo ao Estado a constituição de políticas compensatórias. Entretanto, a ideologia neoliberal não incorpora esta solução como possível, porque defende que a mesma seja dada pelo mercado⁶. E, para o mercado de trabalho, a exigência de competitividade e aumento da eficiência produtiva impõe ideologicamente uma ação normatizadora do Estado em favor da flexibilização e racionalização

⁴ Just-in-time, Programas de Qualidade Total (o sistema ISO, por exemplo) etc A sigla ISO, se refere à Organização Internacional para a Normalização (International Organization for Standardization), entidade que reúne organismos normalizadores de 91 Países e edita normas internacionais. Embora a preocupação com o conceito de qualidade e seus indicadores seja anterior, a exigência de normas ou padrões se deu efetivamente após a II Guerra Mundial, quando os Países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) passaram a utilizar o Plano de Garantia da Qualidade dos Aliados, exigindo requisitos de organização interna e de fabricação aos fornecedores de artefatos bélicos, garantindo a sua qualidade através da padronização dos processos de produção. O exemplo foi seguido por outras áreas industriais, que passaram a adotar normas de controle de qualidade, tendo sido desenvolvidas regras específicas em diversos Países. DIEESE (1994).

⁵ Vide Freeman (1982).

⁶ Segundo estes autores, o mau funcionamento da economia ou as crises devem ser tributadas às tentativas de interferir na operação das forças de mercado. Para melhor compreensão, ver Polanyi (1980).

produtivas que responderiam através de crescimento de oferta de empregos, todavia, os indicadores mostram um aumento do desemprego⁷. (Ver tabela 3 no Anexo).

A ação normatizadora do mercado de trabalho insere-se numa proposta mais ampla de ajuste das funções do Estado, encolhendo relativamente o seu âmbito de atuação, se comparado com o Estado do Bem-Estar. Esta nova concepção impôs um ajuste de funções que diminui o grau de liberdade de execução das políticas públicas⁸. Assim, reduz-se a capacidade dos Estados nacionais de conduzir políticas macroeconômicas voltadas ao pleno emprego e políticas sociais capazes de favorecer a distribuição da renda. (Mattoso, 1995)

Franco (1996) sintetiza bem o modelo de funcionamento do Estado, na configuração discutida acima. Segundo ele, há um modelo de organização que apresenta como paradigmas de política social: i) a **Institucionalidade**: com uma pluralidade de subsetores (Estatal, Privado, Filantrópico e Informal - família), de funções separadas e descentralizadas; ii) o **Processo de Decisão**: por projetos; iii) o **Financiamento**: em parcerias; iv) o **Objetivo**: universalidade de satisfação, tratando desigualmente a quem é desigual socialmente; v) o **Critério**: primeiro os mais necessitados, usando o instrumento da focalização; vi) a **População Beneficiária**: os pobres; e vii) o **Indicador**: a relação custo-impacto.

Por outro lado, Medeiros e Salm vêm essas mudanças como uma reação a um modo de regulação:

“O ideário neoliberal surge na esteira da atual revolução tecnológica e do acirramento da concorrência mundial. Expressa, no campo das relações industriais, uma reação à regulação fordista e aos acordos e contratos coletivos que foram se afirmando principalmente na Europa, em Países com mercados de trabalho altamente estruturados e com forte presença sindical. A idéia central é de flexibilização do mercado de trabalho.” (Medeiros e Salm, 1994:52)⁹

O problema maior que se apresenta para os defensores do ideário neoliberal é que os resultados das transformações na forma de regulação não são, de forma alguma, comparáveis aos dos “anos dourados” do pós-guerra, como muito bem aponta Furtado:

⁷ Segundo Glyn (1995:60): “*Nos anos 80, o aumento do desemprego foi uma das mais destacadas características dos Países capitalistas avançados. Enquanto a função básica de tal aumento é enfraquecer a posição de barganha dos trabalhadores, no geral o desemprego tem a consequência não-igualitária adicional de descarregar sobre a minoria que perde o emprego da parcela desproporcional dos custos do menor crescimento.*”

⁸ Franco (1996).

⁹ Grifos no original.

“Existe evidência de que a estrutura atual não permite compatibilizar uma taxa de crescimento capaz de absorver o desemprego com o necessário equilíbrio. A verdade é que a atual recessão não é simples fruto do acaso. Ela reflete certa opção política (...) vivemos não exatamente uma crise, no conceito que lhe emprestam os economistas, mas uma complexa transição estrutural com reacomodações nas relações entre os centros de poder, tanto de natureza econômica como política”. (Furtado, 1992:16)

As reacomodações e a transição estrutural obviamente não alteram a configuração de fundo do capitalismo, de sorte que os Países do Núcleo Orgânico continuam a exercer a sua liderança e a definirem os caminhos para os demais. Neste caso, as opções desses demais países são extremamente limitadas.

É justamente sobre essas “opções políticas” que Arrighi (1995) se refere quando mostra a ilusão do desenvolvimento. Ele esclarece que os países em busca do desenvolvimento aprofundam diferenças internas às suas sociedades, porque tentam acompanhar os passos dos países avançados. Assim, articulam os processos de industrialização e de desenvolvimento, sem presumir que não são a mesma coisa.

“A industrialização ou, mais geralmente, a modernização, fracassou em cumprir suas promessas, e essa falha está na raiz dos sérios problemas enfrentados atualmente pela maior parte dos Países do Leste e do Sul. Esses problemas não são locais nem conjunturais, mas sistêmicos e estruturais. São problemas do sistema mundial a que pertencem tanto o Ocidente/Norte quanto o Leste/Sul.” (Arrighi, 1995:87)

Arrighi procura mostrar que os acontecimentos de *milagres econômicos* ocorridos em alguns países subdesenvolvidos não passaram de *miragens*, de forma que, no Brasil, a característica mais notável da trajetória de crescimento foi a absoluta e quase ininterrupta horizontalidade¹⁰. Acontece que as desigualdades de renda entre as regiões mais pobres da economia mundial seguiram um padrão em que os aspectos-chave são o oposto exato do padrão observado pelas desigualdades de renda entre as regiões mais ricas¹¹, apresentando um movimento decrescente nas regiões ricas e crescentes nas regiões pobres. Esta abordagem é comum a Arrighi e Furtado, sendo que, para este último, somente um projeto político apoiado em um conhecimento consistente da realidade social poderá romper a lógica perversa da desarticulação entre a acumulação das forças produtivas e os objetos de consumo (paralelismo existente nas economias

¹⁰ Arrighi, op.cit. O autor cita que de 1938 a 1970, o PNB per capita do Brasil permaneceu estacionário em mais ou menos 12% do PNB per capita do núcleo orgânico. Entre 1970 e 1980, subiu até 17,5%, mas, por volta de 1988, retornava para seus 12%.

¹¹ Arrighi, op.cit.

desenvolvidas); desarticulação esta que fundamenta a existência do subdesenvolvimento. Já para Arrighi, o importante é o entendimento da *hierarquia global de riqueza*. Através dos conceitos tomados emprestados de Harrod, a respeito da riqueza oligárquica e riqueza democrática, ele vai aprofundar a explicação que vinha traçando sobre a ilusão do desenvolvimento.

A riqueza democrática consiste no tipo de comando sobre recursos econômicos disponível em princípio para todo mundo em relação direta com a intensidade e a eficiência dos seus esforços; a riqueza oligárquica consiste no tipo de comando sobre recursos econômicos, porém, sem relação com a intensidade e a eficiência dos esforços de seus beneficiários, e nunca estando disponível para todos, não importando quão intensos e eficientes sejam estes esforços. Assim, a primeira corresponde ao que se entende por processos de exploração, e a segunda ao que se entende por processos de exclusão – como citado no início deste capítulo. O que ocorre, portanto, é que “o principal fator subjacente ao “caos sistêmico” que temos pela frente é o aprofundamento e a ampliação do conflito interno para o Leste, em processo de desintegração, e para o Sul, em torno de recursos econômicos mundiais cada vez mais escassos (...) Em resumo, o que foi “feito” no curso do período anterior de caos sistêmico deve ser “desfeito” no curso próximo. Esse padrão já está em evidência nos últimos dez anos mais ou menos” (Arrighi, 1995:115).

Neste sentido, torna-se clara a afirmação de Furtado (1992:13) quando diz:

“Já não se desconhece a necessidade de partir de uma visão global das transformações em curso nas relações econômicas internacionais para captar o sentido da crise que atravessamos (...) Ora, para chegar a essa visão global faz-se necessário entender as profundas mudanças estruturais provocadas pela transnacionalização das empresas, em particular nos setores de informação, financeiro e monetário, assim como captar a significação do novo recorte geográfico na ordenação das atividades econômicas.”

Nosso empenho aqui, entretanto, não vai ser o de discutir o processo de “transnacionalização”, pois ele já foi analisado com sucesso pelos autores citados. O nosso propósito é o de levantar aspectos que sejam pertinentes ao que os dois apresentam e relacionam à configuração do mercado de trabalho brasileiro, particularmente nos anos noventa. Por ser integrante do desenvolvimento histórico-estrutural do modo de produção em voga, com uma inserção à qual Furtado e Arrighi entendem ser fruto de opções políticas de desenvolvimento, o Brasil, ao participar desta

busca pela “riqueza global”, aprofunda a desigualdade, evidenciada na heterogeneidade de seu mercado de trabalho, de forma a tornar o subdesenvolvimento uma ameaça constante.

1.2 Um breve desenho do mercado de trabalho brasileiro

A estrutura do mercado de trabalho no Brasil é resultado da sua opção histórica por um padrão de desenvolvimento baseado no dinamismo de bens de consumo durável e de capital, e numa divisão interna da sua produção entre os três tipos de capital: privado nacional, privado estrangeiro e estatal.

“O padrão de desenvolvimento adotado nos anos pós-30, fincado no processo de industrialização e em condições políticas muito particulares, gerou uma sociedade heterogênea, onde a pobreza e a exclusão social são frutos do não enfrentamento do problema agrário e da reprodução de uma força de trabalho mal remunerada.”(Baltar, Dedecca e Henrique, 1996:106)

A conformação social, construída nas décadas de 1950-70, apesar de ter permitido o avanço e a constituição de uma base de produção material avançada e de extensa rede de relações intra e intersetoriais, teve como marca a heterogeneidade e a desigualdade social.¹² A economia demonstrou expressiva capacidade de geração de novos empregos e estímulos positivos ao desenvolvimento dos demais setores de atividade econômica, possuindo o Estado, nesse contexto, uma função de regulador das relações internas e externas. Ressalte-se que a heterogeneidade passa pela grande desigualdade econômica e social existente entre as regiões brasileiras, que se associou a diferentes situações de pobreza, inclusive nas áreas metropolitanas. As metrópoles que apresentavam maior dinamismo econômico demonstravam, também, maior concentração de renda, agravando a situação de pobreza, enquanto que as metrópoles que pouco se beneficiavam com o crescimento econômico, tornavam-se imensos ‘depósitos’ de população pobre.(Baltar, Dedecca e Henrique, 1996:88)

Um dos principais determinantes de reprodução da pobreza foi o padrão de geração de empregos e renda existente no País, associado ao estilo de desenvolvimento. Esta colocação nos indica pelo menos dois aspectos a serem estudados: a) o êxodo

¹² Baltar, Dedecca e Henrique (op.cit.)

rural - volume e velocidade - e suas consequências sobre a estruturação do mercado de trabalho urbano¹³; e b) o tipo de geração de emprego e renda urbanos.

Com relação ao primeiro aspecto, observa-se que o êxodo rural está associado a uma estrutura agrária de intensa concentração de terra; ao processo de modernização agrícola, fomentado pela industrialização sob a coordenação do Estado; e pelos limites da capacidade de absorção da força de trabalho na atividade agrícola.

O segundo aspecto associa-se à exigência do processo de acumulação de ampliação de uma base de consumo para bens duráveis, com aumento do poder de compra de alguns estratos de rendimentos do trabalho para que a expansão acelerada da produção se viabilizasse. “*Isso se deu, principalmente associado ao emprego público e às empresas privadas com maior tamanho e grau de organização*”¹⁴. Entretanto, a absorção de trabalhadores nos centros urbanos, com ampliação do assalariamento e formalização nas relações de trabalho, também se deu em formas precárias, demonstrando a coexistência de dois processos distintos de condições de trabalho, que reproduziam o mesmo problema: a questão da má distribuição de renda no País.

“*[Isto] se refletiu nas limitações da difusão do consumo de bens, apesar da montagem de um aparelho capacitado para expandir-se de modo a atender a uma maior parcela da população; na ampliação e diversificação de serviços privados para a população de alta renda; e, na proliferação de serviços baratos para a população de baixa renda, apesar de um escasso poder de compra.*” (Baltar, Dedecca e Henrique, 1996:89)

A dinâmica de acumulação assim constituída demonstra a formação e reprodução de um mercado de trabalho problemático, agudizado pelas formas de relações que o expressam, ou seja, da coexistência de relações/condições formais e não-formais (precárias) de trabalho, em um ambiente de concentração de renda, pressupondo a existência de dificuldades de manutenção e inserção em um processo de formalização das relações/condições de trabalho no País.

“*Ocorre (...) que, do ponto de vista do emprego e da renda, houve uma deterioração das condições gerais do mercado de trabalho urbano, expressa não apenas no crescimento relativamente lento do emprego (marcado, principalmente, pela crise dos anos 80) e no aumento da proporção de trabalhadores assalariados por conta própria e sem carteira, mas também, na significativa redução nos níveis de salários.*” (Barros, 1994).

¹³ Segundo Urani (1996:97), “*A rápida industrialização da economia brasileira após o término da II Guerra Mundial inverteu as proporções de pessoas que viviam nos meios rural e urbano entre 1950 e 1980 (que passaram, respectivamente, de 70% a 30% e vice-versa)*”.

¹⁴ Baltar, Dedecca e Henrique (op.cit.)

Essas determinações próprias às condições sociais e à dinâmica do mercado de trabalho brasileiro, quando relacionadas às transformações mais gerais do sistema capitalista, permitem-nos algumas conclusões relevantes para a compreensão dos problemas da estrutura ocupacional no Brasil. Já nos anos 90, a opção por empreender políticas econômicas que favorecem o livre movimento dos capitais internacionais, seguindo o ideário neoliberal, agudizou os problemas “genéticos” do mercado de trabalho. Essas políticas econômicas produziram uma reestruturação do parque produtivo nacional através de medidas de estímulo à **competição**: privatização, legislação antitruste e de proteção ao consumidor, liberalização comercial e novas regras para os investimentos diretos; e medidas de estímulo à **competitividade**: programas de apoio à capacitação tecnológica, de produtividade e qualidade, e o Programa de Competitividade Industrial (Pero, 1996). A implementação de mecanismos macroeconômicos de estabilização da economia e a falta de uma política industrial explícita trataram de contribuir para o agravamento do quadro formado pelo desemprego, qual seja, a confirmação de relações precárias de trabalho, respaldadas pela crescente participação de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada e trabalhando por conta própria.

Esta perspectiva mais ampla de alteração da base produtiva nacional completava-se por uma ação decorrente de flexibilização das relações de trabalho, em função da exigência de uma ambiente de acirramento da concorrência. Um documento lançado pelo DEPEC (Departamento Econômico/BNDES)¹⁵, em 1994, mostra como o conceito de flexibilidade pode ser usado para caracterizar tanto o trabalhador quanto o mercado de trabalho, de forma que, no primeiro caso, ele está relacionado à capacidade do trabalhador de realizar tarefas diferentes, a partir da implementação dos novos processos produtivos; e, no segundo, está associado à articulação dos agentes econômicos, num contexto institucional (regras, convenções e instituições) específico de cada país.

Camargo (1996) mostra, a partir de alguns indicadores¹⁶, como o mercado de trabalho brasileiro é bastante flexível, revelando o “*grau relativamente alto de*

¹⁵ BNDES/DEPEC. Mercado de trabalho: a crise de dois modelos. Texto para discussão, nº 21, 1994.

¹⁶ Os indicadores que determinam o grau de flexibilidade do mercado de trabalho utilizados pelo autor são: a taxa de desemprego aberto (considerada como baixa), a duração do desemprego (que foi considerada como de curta duração), o prazo do contrato de trabalho (identificado como curto), o índice de

flexibilidade do salário real (...) se comparado ao padrão internacional". Outros autores procuram classificar os tipos de flexibilidade, mostrando a forma como estes se apresentam no mercado de trabalho brasileiro. Barros, et alii (1996:158), por exemplo, define o grau de flexibilidade de um mercado como:

"a capacidade de os preços e quantidades transacionadas nesse mercado se ajustarem rapidamente a choques nas curvas de demanda e oferta. Assim, a maneira mais imediata de medir o grau de flexibilidade seria estimar como preços e quantidades reagem no curto prazo a choques exógenos de magnitude padronizada."

Os autores formulam um indicador para medir a flexibilidade salarial no mercado de trabalho brasileiro, demonstrando que esta tende a reduzir o custo de ajuste das empresas. Concluem ainda que a flexibilidade salarial no Brasil tende a ser mais elevada do que a encontrada nos países industrializados. Em outro estudo, Barros et alii (1997) avalia o grau de flexibilidade alocativa do mercado de trabalho brasileiro, entendido como *"a possibilidade de mobilidade entre segmentos, sem custo"* conceito analítico que considera essencial para apreender o caso de um choque agregado (onde todos os segmentos do mercado de trabalho são afetados).

Em Baltar e Proni (1996), existem duas formas de flexibilidade no uso da mão-de-obra: a flexibilidade quantitativa, implícita no enxugamento do quadro de pessoal da empresa; e a flexibilidade funcional dos que permanecem na empresa, ou seja, a polivalência nas funções. No primeiro caso, o empregador contrata determinados serviços prestados pelos trabalhadores; e, no segundo, contrata um conjunto de força de trabalho potencial, capaz, em princípio, de uso alternativos qualitativamente diferentes. A partir desses conceitos, os autores estimam que, no Brasil, o problema da flexibilidade quantitativa é significativo, dados os altos fluxos de contratação e dispensa (caracterizados pela rotatividade).

Neto (1996), numa perspectiva jurídica, mostra a origem do termo flexibilização, no âmbito das relações e do direito do trabalho, analisando as diversas definições existentes. Ele ressalta que a flexibilidade pode variar de acordo com os fins (proteção, adaptação e desregulamentação), com o objeto (interna e externa); e com a forma (imposta e negociada).

rotatividade no emprego (considerado alto), e a variação dos salários reais - quando relacionados à taxa de desemprego.

Por outro lado, o aumento dos índices de desemprego, resultado em grande parte da política econômica interna, estimulou o crescimento do setor informal, contribuindo para a flexibilização no mercado de trabalho brasileiro (flexibilidade alocativa), assim como o desenvolvimento de alguns subsetores da atividade de serviços contribuíram para o aumento da heterogeneidade e precariedade deste mesmo mercado¹⁷.

A economia informal tem crescido consideravelmente. O que era antes encarado como uma “válvula de escape” em períodos de recessão econômica - como na década de 80 -, possui hoje a característica de uma estratégia de sobrevivência. Isto pode estar intimamente ligado ao fato de que estamos vivenciando uma situação pela qual não passamos na “década perdida”, qual seja, *uma ampla reestruturação do aparelho produtivo* (Dedecca, 1996). Tomando-se como exemplo o movimento do setor informal e das taxas de desemprego na Região Metropolitana de São Paulo, verifica-se a relação que o primeiro tem com a questão do desemprego na década de oitenta, vale dizer, a característica de funcionar como um amortecedor da crise sobre o emprego, absorvendo os trabalhadores que estavam sendo desligados.

Tabela 4 - Evolução do Setor Informal - RMSP - 1982/1995

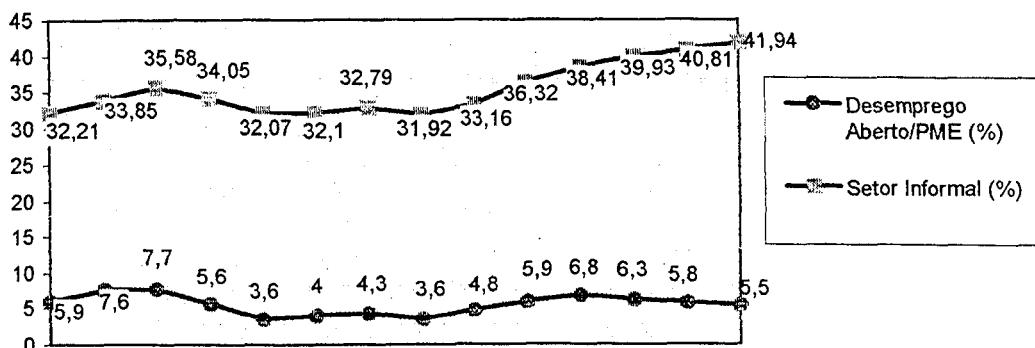
Ano	Setor Informal (%)
1982	32,21
1983	33,85
1984	35,58
1985	34,05
1986	32,07
1987	32,10
1988	32,79
1989	31,92
1990	33,16
1991	36,32
1992	38,41
1993	39,93
1994	40,81
1995	41,94

Fonte: FUENTES, através de dados da PME/IBGE

Nota: O Setor Informal foi obtido por meio da soma dos trabalhadores Sem Carteira Assinada e Por Conta Própria

¹⁷ A informalização da ocupação, segundo Baltar (1994), ocorreu em todos os setores de atividade não-agrícola, exceto em transporte e comunicação, na década de oitenta. Nesses ramos, a queda mais intensa da proporção do emprego formal deve-se sobretudo à estagnação do emprego com carteira, embora também tenha ocorrido um rápido aumento do emprego informal. Conclui-se, então, que a crise contemporânea do Brasil provocou uma desvalorização global do trabalho assalariado com implicações sobre as condições de vida de um importante segmento da população, inclusive sobre sua capacidade de organização no trabalho. Ver ainda: Cacciamali (1984); Lima (1985); FIBGE (1994); Fuentes (1997).

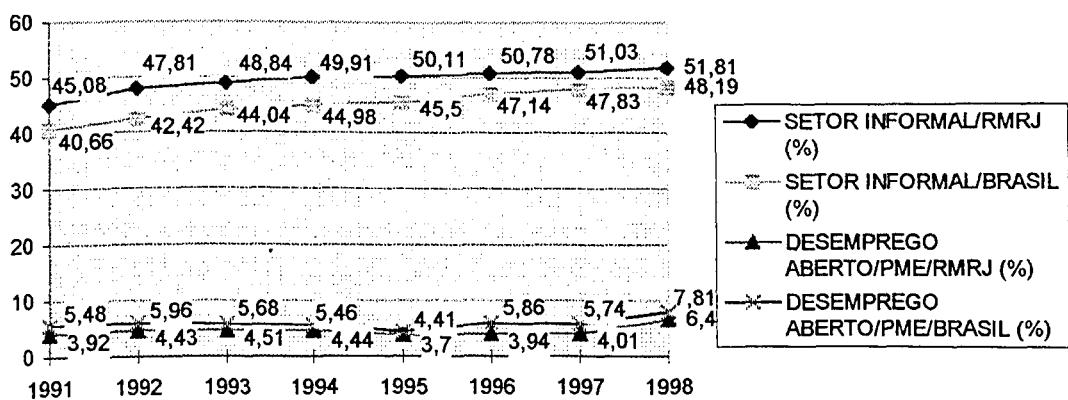
GRÁFICO 1 - RELAÇÃO: TAXA DE DESEMPREGO E EVOLUÇÃO DO SETOR INFORMAL NA RMSP - 1982/1995



Fonte: FUENTES, através de dados da PME/IBGE

Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, observa-se o fenômeno em proporções significativas, assim como em São Paulo. Para o período de 1991 a 1998, evidencia-se um amplo crescimento da economia informal, acompanhando as taxas em que o País como um todo (em relação às regiões metropolitanas) tem apresentado (veja tabela 4 e gráficos 1 e 2).

GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO: TAXA DE DESEMPREGO E SETOR INFORMAL - BRASIL/RMRJ - 1991/1998*



Fonte: PME/IBGE

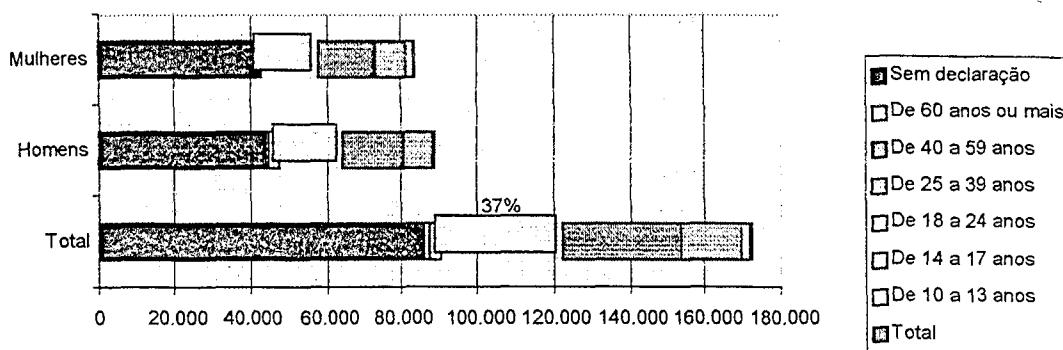
A primeira pesquisa voltada exclusivamente para a economia informal organizada pelo IBGE revelou que no município do Rio de Janeiro (onde a primeira etapa da pesquisa foi realizada), em 1994, as atividades informais ocupavam mais de 500 mil pessoas e obtinham um faturamento de R\$ 6 bilhões ao ano. No mês de referência da pesquisa - outubro de 1994 -, existiam 444.420 empresas, ocupando 559.974 pessoas -

trabalhadores por conta própria -, responsáveis por 91% das unidades pesquisadas. O segundo grupo de atividade mais freqüente é o das empresas de comércio: 23% do total. A face mais conhecida da economia informal - os camelôs e vendedores ambulantes - constituíam 41% dos empreendimentos voltados para o comércio. A grande maioria dos empreendimentos do setor (92%) tem atividade regular durante o ano, 7% têm características sazonais e menos de 1% funciona ocasionalmente. (Economia Informal Urbana - Município do Rio de Janeiro, 1994)

No que se refere à questão dos jovens, observa-se uma participação significativa: 37% do total de entrevistados (excluindo os proprietários) encontra-se na faixa etária de 18 a 24 anos de idade; 36% pertence ao grupo de 25 a 39 anos: 18% ao de 40 a 59 anos e 3% ao de 60 anos ou mais; 1% está na faixa de 10 a 13 anos de idade; e 4% era de adolescentes de 14 a 17 anos de idade (ver gráfico 3). Esses dados configuram um problema: a ausência de oportunidades de emprego para o segmento jovem dentro de uma estrutura formalizada. A provável razão para esses números é a baixa qualificação, identificada pela escolaridade e atributos técnicos baixos. A estagnação econômica do município interfere, porém atua em todos os segmentos do mercado de trabalho

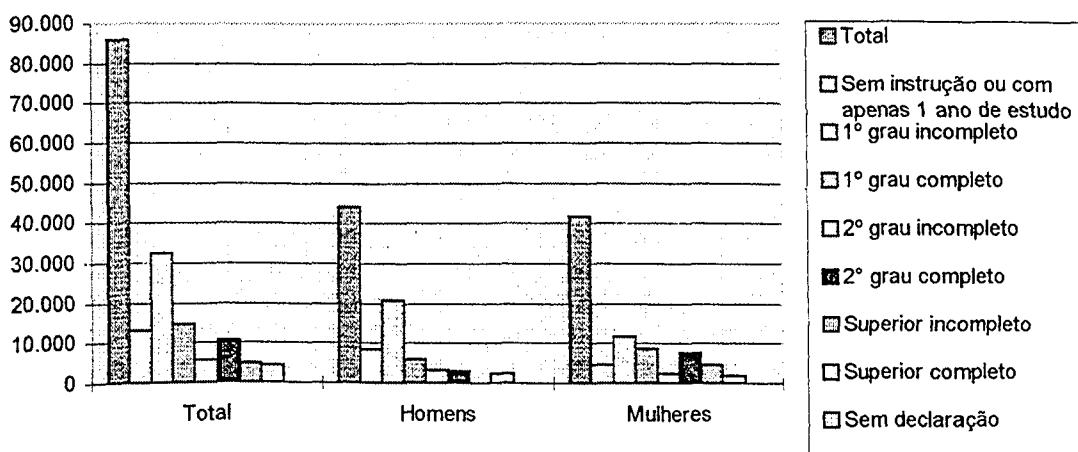
No gráfico 4, mostramos o perfil dos ocupados dentro do setor informal do Município do Rio de Janeiro, enfatizando o grau de instrução baixo, com 1º grau incompleto - 38% do total de entrevistados (excluindo os proprietários). Somando-se aos que se encontram sem instrução ou com apenas 1 ano de estudo, passa-se para 53% de indivíduos com grau de instrução baixo, contra 30% de pessoas com 1º e 2º completos. Isso contribui para especularmos sobre uma incapacidade do referido Município em gerar empregos para este segmento da força de trabalho.

Gráfico 3 - Pessoas ocupadas nas empresas do setor informal, por sexo, grupos de idade (exclusive os proprietários)/Município do Rio de 1994



Fonte: FIBGE (1994)

Gráfico 4 - Pessoas ocupadas nas empresas do setor informal, por sexo, segundo o nível de instrução (exclusive os proprietários)/Município do Rio de Janeiro - 1994



Fonte: FIBGE, (1994).

O recrudescimento do mercado de trabalho brasileiro traz implicações diversas, seja na existência de concorrência acirrada entre os indivíduos por um posto de trabalho que apresente características de precariedade (no setor informal por exemplo), seja na forma de seleção engendrada pelas empresas para empregar um número cada vez maior de desempregados. As implicações incluem as questões da qualificação profissional¹⁸ e da estrutura do desemprego¹⁹. A análise da estrutura do desemprego ultrapassa o

¹⁸ Vários autores discutem a questão sobre Qualificação Profissional no Brasil, entre eles: Salm (1993, 1997 e 1997), Pero (op.cit.), Pochmann (1998), PLANFOR (1997), Dedecca (1997), Castro (1984). Voltaremos a discutir este ponto mais adiante.

¹⁹ Sobre a questão da estrutura do desemprego no Brasil, ver Barros et alii (1996) e Ramos, Rios-Neto e Wajman (1997)

âmbito da análise pura das taxas de desemprego, muitas vezes insuficiente para a demonstração do problema. Neste sentido, na próxima seção, mostraremos alguns estudos que tratam das estruturas de ocupação e de desemprego, de forma a iniciarmos a análise de como os jovens se encontram no mercado de trabalho brasileiro.

1.3 A evidência de desigualdades na estrutura de ocupações do mercado de trabalho brasileiro

Comecemos por mostrar a relação que a discussão sobre desigualdades na estrutura de ocupações no mercado de trabalho brasileiro possui com o que Offe (1989) chama de “grupos-problema”. Estes grupos sofrem mais intensamente alguns efeitos das transformações ocorridas no mercado de trabalho, porque apresentam “riscos” na perspectiva do capital. Por esta razão, a permanência de trabalhadores desses grupos no mercado de trabalho é mais difícil, para além da própria dificuldade de inserção.

“*Se observarmos a configuração dos grupos da força de trabalho que se tornam desempregados com mais freqüência do que a média, que permanecem desempregados durante mais tempo do que a média, que têm inclusive dificuldades de estabelecer relações de emprego, que são despedidos com mais freqüência, que ganham abaixo da média, que freqüentemente se encontram em trabalhos restritivos caracterizados pela limitação de sua autonomia, e que estão expostos a riscos excepcionais de destruição de sua capacidade física para trabalhar e de suas qualificações, veremos que essas características não variam independentemente umas das outras, mas se acumulam entre determinados segmentos da força de trabalho.*” (Offe, 1989:21)

Consideramos como exemplo de integrantes desses grupos e que apresentam os riscos citados acima: as mulheres e os negros, ambos possuindo limitações de inserção e de rendimentos; e os jovens, que possuem características com interseção, ou seja, são ao mesmo tempo jovens, pobres, negros, mulheres, estudantes etc. Além disto, o jovens atuam, às vezes, como agentes complementadores da renda familiar, uma força de trabalho barata (e até mesmo escrava)²⁰.

“*A emergência de ‘grupos-problema’ no mercado de trabalho não pode ser explicada por alguma ‘inferioridade’ física de sua oferta no mercado de trabalho, mas somente pelo fato de que suas chances de ‘negociar’ sua oferta, sob outros aspectos ‘igual’, têm piorado por fatores políticos e normativos.*” (Offe, 1989:50)

²⁰ Sobre a questão do trabalho infanto-juvenil acerca desta característica, ver interessante artigo: “Na rota da exploração: quem explora a mão-de-obra infantil”. In: *Revista Atenção*. Rio de Janeiro, dez, 1995.”

A citação acima reforça as considerações que fizemos anteriormente sobre os efeitos da reestruturação produtiva sobre as economias dos países em desenvolvimento. O fato de haver no mercado de trabalho grupos que sofrem, de maneiras diversas, os choques causados por estas transformações de ordem político-institucional, tende a configurar um quadro de recrudescimento destes com relação à sua participação neste mercado. Assim, os grupos são formados como consequência tanto da existência de características sociais “não ‘adquiridas’”, mas “socialmente atribuídas”, identificadas por Offe (1989) como a educação, a renda e o local de residência; quanto pela “estratégia do lado da oferta e demanda” de trabalho, como, por exemplo, políticas para o mercado de trabalho que influenciam diretamente determinados segmentos da força de trabalho. De forma que estas consequências articulam-se com os riscos do mercado de trabalho e estão *“ligadas a certos aspectos fixos e internacionalmente imutáveis (idade, sexo, condição física, etnia).”* (Offe, 1989:22)

A tabela 5 mostra a participação de determinados grupos no mercado de trabalho brasileiro, na condição de desempregados, para a Região Metropolitana de São Paulo. Observa-se a crescente participação das mulheres e dos jovens, ainda que apresentando certa estabilidade para esta condição, podendo trazer consigo o problema da rotatividade que permeia este grupo²¹.

²¹ Sobre este aspecto, ver: Vários. Quem são os desempregados? In: *Economia, Capital e Trabalho*. Rio de Janeiro: PUC/RJ, 1992.

Tabela 5 - Distribuição dos Desempregados segundo o sexo, a faixa etária, o grau de instrução e o setor de atividade econômica do último emprego - Região Metropolitana de São Paulo - 1989/1997

Atributos	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
TOTAL	100,0								
Sexo									
Homens	52,3	53,8	54,6	54,0	53,7	52,4	51,8	51,6	50,8
Mulheres	47,7	46,2	45,4	46,0	46,3	47,6	48,2	48,4	49,2
Faixa etária									
10 a 14 anos	10,9	9,1	7,5	7,2	7,0	6,6	7,1	6,1	4,9
15 a 17 anos	18,2	16,5	14,7	15,6	16,8	16,9	16,1	15,9	15,6
18 a 24 anos	30,9	31,6	30,3	29,9	29,9	30,4	30,4	29,3	29,8
25 a 39 anos	29,6	31,0	33,0	32,6	32,5	32,3	31,2	32,2	32,4
40 anos e mais	10,3	11,8	14,5	14,7	13,9	13,8	15,1	16,4	17,3
Grau de Instrução									
Analfabeto	4,3	3,8	4,1	4,3	4,3	4,1	4,6	4,0	3,5
1º Grau Incompleto	63,4	62,4	61,0	60,3	58,2	54,3	52,8	52,3	50,9
1º Completo + 2º Incompleto	20,6	20,1	20,8	20,4	22,3	24,4	23,8	24,9	26,1
2º Completo + 3º Incompleto	9,0	11,1	10,9	12,0	12,1	14,0	15,2	15,2	15,8
3º Completo	2,8	2,6	3,3	3,1	3,1	3,2	3,6	3,6	3,7
Setor de Atividade *									
Total	85,5	87,5	88,2	87,4	86,8	85,6	85,2	87,6	87,4
Indústria	32,7	33,4	32,6	29,8	28,6	26,7	25,3	24,2	23,9
Comércio	14,5	15,8	15,1	14,5	15,2	15,5	15,1	16,1	15,8
Serviços	26,6	28,2	30,4	31,6	31,2	32,4	33,6	34,7	35,6
Outros	11,2	10,2	10,0	11,5	11,7	11,1	11,2	12,6	12,1

Fonte: Secretaria de Economia e Planejamento - SEP. Convênio SEADE/DIEESE.

Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED.

* Correspondente somente aos que tinham experiência anterior de trabalho.

A análise da participação de determinados grupos no mercado de trabalho brasileiro é de extrema importância, haja vista a condução de políticas públicas específicas para este segmento.²² Analisar a questão das características “atribuídas”, de forma a identificar o processo de participação dos diversos grupos que compõem a PEA, é buscar ampliar a discussão sobre a natureza do mercado de trabalho brasileiro.

²² Offe (op.cit) já identificara este processo, a partir de 1960, em alguns países europeus ocidentais: “As políticas para o mercado de trabalho e suas bases legais não são mais dirigidas somente aos objetivos globais de emprego, qualificações e mobilidade. Além disso, e cada vez mais, elas procuram influenciar positivamente a situação de mercado de segmentos específicos de toda a força de trabalho, normalmente muito bem diferenciados quanto à ocupação, setor, idade, sexo e área.” Atualmente, o Governo brasileiro tem procurado “colaborar” neste sentido através do PROGER, por exemplo.

Assim, interessa-nos fazer uma discussão acerca de estudos que envolvam a estrutura do mercado de trabalho no Brasil.²³

Barros et alii. (1996) analisa tal estrutura através das dimensões/categorias: sexo, nível educacional, idade, posição no domicílio, setor de atividade e posição na ocupação, para a região metropolitana de São Paulo, utilizando dados da PME/FIBGE²⁴. O estudo investiga a relação destas categorias com os padrões de variação da extensão e intensidade do desemprego (magnitude do desemprego), os determinantes imediatos da taxa de desemprego (probabilidades de entrada e saída do desemprego) e a contribuição de cada dimensão para o desemprego total.

Os dados apresentados demonstram a preocupação em “*permitir diferenciar entre as diversas situações possíveis, possibilitando uma visão mais aprofundada da relação entre desemprego, pobreza e desigualdade no Brasil*” (Barros et.alli, 1996:1). Assim, a preocupação está em consonância com a proposição de que quanto mais o desemprego se concentra nos grupos que apresentam menores chances de serem pobres, ou entre os trabalhadores cujos rendimentos têm pouco impacto sobre o orçamento familiar, o efeito (do desemprego) sobre a pobreza e a desigualdade é menor. O contrário ocorreria caso o desemprego estivesse concentrado no grupo de maior risco de ser pobre, ou entre os trabalhadores cujos rendimentos têm grande importância para o orçamento familiar.²⁵

Desta forma, entre outras implicações, depreende-se que no caso da desigualdade e da pobreza, a magnitude do desemprego é maior entre os jovens (os que se concentram entre 10 e 19 anos de idade), filhos, mulheres, cônjuges, trabalhadores sem carteira e trabalhadores com educação mediana (5 a 7 anos de estudo)²⁶. Quanto ao

²³ Importa dizer que será feita, dentro desta discussão, uma análise sobre os estudos que tratam da estrutura do desemprego no mercado de trabalho brasileiro e sobre a estrutura de ocupações deste mercado.

²⁴ Desta forma, os autores “entendem” por estrutura de desemprego, “*os padrões de variação da incidência e da duração média do desemprego ao longo destas diversas dimensões*” (p.2). E acrescentam, que como o estoque de desemprego pode ser medido tanto pelo número de desempregados, como por semanas ou meses de desemprego, ele é um passivo social que pode estar distribuído de forma equitativa ou extremamente desigual. Assim, “*a análise da estrutura do desemprego é fundamentalmente uma análise de como este passivo social encontra-se distribuído*”.(p.3)

²⁵ Como citado pelos autores, os grupos que teriam menores chances de serem pobres seriam os trabalhadores com maior nível educacional e os que o rendimento teria pouco impacto sobre o orçamento familiar seriam os trabalhadores jovens. Nos outros grupos, estariam os trabalhadores com menor nível educacional e os chefes de família, respectivamente.

²⁶ “*O fato da magnitude do desemprego ser elevada entre jovens, mulheres e cônjuges certamente contribui para o aumento da desigualdade de renda pessoal, mas deve ter um impacto muito menor sobre a desigualdade de renda familiar e, portanto, sobre a pobreza, uma vez que estas categorias tendem a ter*

nível educacional, nota-se que o nível elementar (1º grau) tende a elevar a exposição do trabalhador ao desemprego, enquanto que a educação secundária e, em particular, a educação superior tendem a reduzi-la, apesar do efeito maior sobre a duração do desemprego, caso este venha a ocorrer²⁷. Finalmente, quanto à contribuição para o estoque de meses de desemprego, observa-se que - em termos relativos, ou seja, comparando-se com a contribuição de cada categoria para a população economicamente ativa (PEA) - o estoque de meses de desemprego está concentrado entre as mulheres, adolescentes e jovens (10 a 29 anos de idade), filhos e cônjuges, trabalhadores com educação mediana (5 a 7 anos de estudo), trabalhadores sem carteira e na indústria.

No estudo de Ramos, Rios-Neto e Wajnman (1997), a relação da composição etária com a estrutura ocupacional da PEA é apresentada para mostrar o grau de desigualdade de rendimentos no Brasil. Os autores estudaram “*os diferenciais de rendimentos por idade, educação e segmentação do mercado de trabalho em posições na ocupação*”²⁸. Os resultados obtidos denotam a intenção de destacar o segmento mais jovem da PEA, de forma que o estudo mostra que “*a variável idade é muito mais importante para a explicação da desigualdade entre os mais educados do que entre aqueles sem instrução formal*”²⁹. Assim, as causas substanciais de aumentos na desigualdade entre grupos são a não-neutralidade da estrutura etária dentro das diversas posições na ocupação, bem como, a não-neutralidade da estrutura de posições na ocupação, dentro das diversas estruturas etárias.³⁰

Seguindo ainda os autores, com as formas de flexibilização dos processos de trabalho, os trabalhadores mais jovens poderiam ter uma formação mais adequada, reforçando a tendência e compressão dos diferenciais de rendimento entre os grupos etários mais jovens e mais velhos. Quando se coloca a variável idade (experiência), ocorre que os “retornos de idade”, que aparecem como mais importantes para os

uma contribuição para o orçamento familiar relativamente pequena (...) Além disso, o fato da magnitude do desemprego ser elevada entre os medianamente educados (5 a 7 anos de estudo), mas não entre aqueles com muito pouca educação (0 a 4 anos de estudo), corrobora com a hipótese de que o impacto do desemprego sobre a pobreza deve ser limitado”. (Barros, et.alii, 1996:22)

²⁷ Barros, et.alii, op.cit.

²⁸ Ramos, Rios-Neto e Wajnman (1997:15)

²⁹ Idem.

³⁰ Ibidem (p.37)

“colegiais” do que para os “analfabetos”, perdem importância no período³¹, dado que houve uma diminuição significativa na importância da idade para os trabalhadores com nível colegial, e que o mesmo não ocorre nem para os “analfabetos”, nem para o total.

“Pode-se, à luz desta evidência, especular que a queda da importância da experiência de trabalho para a mão-de-obra qualificada pode estar indicando uma transição tecnológica e de organização do processo produtivo, que estaria atuando no sentido de privilegiar a flexibilização dos recursos humanos de modo a facilitar processos de ajuste e reestruturação, e que acabaria por alterar o perfil da demanda por “qualificações” dos trabalhadores, ao menos no nível técnico.”(Ramos, Rios-Neto, Wajnman, 1997:33)

Para nós, interessa realçar a participação significativa dos jovens no citado estudo, sobretudo no que tange à questão das estruturas etária da PEA e de ocupação por faixa etária: i) quase metade dos trabalhadores sem carteira têm menos de 25 anos de idade e, dentre estes cerca de 40% encontra-se em sua “prime-age”; ii) os trabalhadores com menor grau de instrução têm uma probabilidade elevada de ingressarem no mercado de trabalho na condição de empregados sem carteira.

Pochmann (1998) mostra quais as ocupações profissionais que tedem a ser ampliadas ou restringidas pelo processo de reconversão³² da economia brasileira nos anos 90. Partindo da análise do processo de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro³³, seu estudo faz um paralelo entre a reestruturação observada nos países desenvolvidos³⁴ e a no Brasil, com ênfase na questão da escolarização/qualificação para efeito de criação (inserção) de (em) novos empregos.

³¹ Como citado no trabalho, “Comparando-se a componente intergrupos de idade da desigualdade entre 1977 e 1990, verifica-se uma redução de 45% em seus valores (0,168 em 1977 e 0,092 em 1990), sendo que a sua contribuição para a desigualdade total do grupo caiu de 38,0% para 21,9% no mesmo período.”(p.33)

³² Como propõe o autor, por reconversão econômica entende-se a transição de um projeto de industrialização voltado ao mercado interno para o projeto de inserção competitiva na economia mundial. Trata-se do processo de implementação dos mecanismos identificados em Franco (op.cit.).

³³ Trabalho publicado pelo autor em 1997, sob o título: O movimento de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90: uma análise regional. Economia e Sociedade, 9. Campinas: IE/UNICAMP. No estudo, o autor cita que: “Nos anos 90, o mercado de trabalho brasileiro, que não havia chegado a alcançar o mesmo estágio de estruturação verificado nos Paises desenvolvidos (taxa de assalariamento em torno de 90% dos ocupados), passou a apresentar sinais, cada vez mais evidentes, de desestruturação, com (i) altas taxas de desemprego, (ii) desassalariamento (perda de participação dos empregos assalariados no total da ocupação) e (iii) ampliação das ocupações não assalariadas, geralmente precárias e de baixa produtividade. Durante a década de 1990, observa-se que para cada 10 postos de trabalho abertos, 8 não são assalariados e 2 assalariados, ambos sem registro.” Tal afirmação é relacionada ao fato de que o Brasil não conseguiu manter a tendência à estruturação de seu mercado de trabalho, que surgiu a partir da década de 30 até a de 70; tendo sofrido mudanças a este movimento na década de 80.

³⁴ São citados no trabalho: Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Inglaterra, Itália e Japão; com dados da OIT.

Nos países desenvolvidos, há uma mudança na composição ocupacional, com evidências de queda na participação relativa das ocupações industriais e o movimento inverso nas ocupações de serviços³⁵, no contexto de um novo paradigma técnico-produtivo, demandante de trabalhadores mais escolarizados e qualificados. Entretanto, para o Brasil, os dados apresentados pelo autor não indicam a tendência exposta acima (ver tabelas 7 e 8 no Anexo).

“(...) os anos 90 parecem cada vez mais apontar para uma segunda década perdida (...) verifica-se que estão sendo destruídas as ocupações profissionais de mestres em manufatura, torneiros mecânicos, engenheiros metalúrgicos, tecelões e desenhistas técnicos, entre outras, e sendo abertas as ocupações profissionais de cozinheiros, recepcionistas, seguranças, garçons e aletas profissionais no setor privado e de agentes administrativos, membros superiores no poder judiciário e supervisores de polícia no setor público. Além de sugerirem uma menor necessidade de qualificação profissional, as ocupações em alta tendem a remunerar abaixo das ocupações que estão sendo mais reduzidas no Brasil.” (Pochmann, 1998:15)

Os dados demonstram que longe de estar acompanhando e até mesmo reproduzindo internamente (como cita o autor) os efeitos do novo paradigma técnico-científico, a economia brasileira está de frente a um recrudescimento de sua estrutura do mercado de trabalho. Tal evidência é demonstrada por Salm (1997):

“As ocupações que mais cresceram ao longo desta década, responsáveis por mais de 80% dos novos empregos criados no setor formal da economia, não se caracterizam por maiores exigências de formação e confrontadas com os grupos de ocupação que mais demitiram, também responsáveis por mais de 80% dos postos destruídos ao longo dos anos 90, percebe-se que estamos na direção oposta ao previsto pelos que apontam os desajustes na qualificação como o maior do mercado de trabalho”.

Essa afirmação sugere que não há efeito compensação, de forma que os postos de trabalho suprimidos com o processo de abertura e reestruturação do parque produtivo brasileiro não foram superados pelos empregos criados nos setores de serviços e comércio.

³⁵ Para melhor apresentação da problemática, o autor dividiu o setor de serviços em 4 classes ocupacionais: i) **distribuição**, como responsável principalmente pelas ocupações em comunicação, transporte e comércio; ii) **produção**, como o segmento moderno da sociedade pós-industrial, envolvendo as ocupações de atendimento dos insumos e serviços diretos à produção industrial; iii) **social**, como responsável pelas ocupações de atendimento ao consumo coletivo, envolvendo a educação, segurança e

“(...) embora também seja verdade que o nível educacional dos postos criados sejam superiores ao dos postos eliminados, basta observar as ocupações a que se referem os dois conjuntos, para perceber que as diferenças em escolaridade nada têm a ver com requisitos impostos por novas tecnologias, antes pelo contrário.”
Salm (1997)

Os conjuntos a que se refere o autor relacionam-se aos empregos gerados em comércio e serviços, e os destruídos pela indústria. O autor menciona ainda a idéia de que as diferenças decorrem do fato de os dois conjuntos pertencerem a segmentos distintos da população. Em outras palavras, os jovens estão ganhando lugar na estrutura de ocupação do mercado de trabalho brasileiro. Entretanto, isto ocorre em ocupações com remunerações menores, mesmo com níveis educacionais superiores aos observados nas ocupações suprimidas (o que pressupõe a falta de experiência, ou tempo de serviço). Assim, a reestruturação do mercado de trabalho brasileiro vem causando a extinção de postos de trabalho que remuneravam em níveis superiores aos observados hoje. Isto ligado ao fato de que em termos de faixa etária o grupo que mais perdeu com a mudança na composição da estrutura de ocupação do mercado de trabalho brasileiro foi o grupo pertencente à faixa de 30 a 59 anos de idade. Configura-se, então, uma estrutura onde os jovens ganham lugar no mercado de trabalho, contrariando de forma perversa, o que Dedecca (1996:73) citara:

“Apesar da elevada escolaridade dos jovens, observa-se que estes encontram poucas oportunidades de inserção na vida produtiva, contrariando os argumentos de que a nova organização produtiva criaria uma demanda por trabalhadores melhor escolarizados”.

A melhoria do perfil educacional reflete uma ação seletiva por parte das empresas na contratação de força de trabalho. Estas têm seu poder de contratação fortalecido pela debilidade das condições de funcionamento do mercado de trabalho brasileiro e a ausência de perspectivas sobre uma possível recomposição do nível de emprego. Dedecca (1998) mostra que esse movimento de postura seletiva por parte das empresas configura uma opção por manter aqueles trabalhadores com melhor nível de qualificação e com maior estabilidade no emprego. Pois assim,

“(...)minimizam os custos de contratação de força de trabalho, sem incorrer em elevações no custo salarial dos trabalhadores restantes, devido a fragilidade dos sindicatos em negociar aumentos salariais em um contexto de baixo nível de emprego.” (Dedecca, 1998:15)

Este movimento descrito acima, somado à ação das empresas que têm comprometido sistematicamente o nível de emprego formal, reduzindo os postos de trabalho durante a recessão e não os recompondo durante os anos de recuperação da atividade econômica, demonstra que o caminho traçado pelos programas de requalificação/qualificação do trabalhador brasileiro é extremamente divergente ao observado pelas tendências do mercado de trabalho.(Dedecca, idem)

O mercado de trabalho brasileiro tem características que diferem das encontradas nos países desenvolvidos e, por isso, há uma facilidade para a permanência de postos de trabalho pouco produtivos, com alta rotatividade, baixos salários e trabalhadores pouco qualificados. Tal fato, quando confrontado aos estudos que demonstram como os diversos segmentos etários do mercado de trabalho encontram-se em sua estrutura, faz com que a investigação de um determinado segmento (dos jovens, por exemplo), longe de ser entendida como uma discussão pontual, torne-se necessária para a análise do problema e a promoção de políticas que a solucionem.

Os estudos aqui citados mostram como os jovens estão inseridos na estrutura de desemprego no Brasil. São as seguintes as conclusões principais: i) a participação significativa deste segmento no setor informal da economia; ii) no emprego formal, os jovens estão conseguindo inserção, porém, nos empregos criados não se identifica uma relação positiva entre o grau de escolaridade e os rendimentos percebidos, dada a falta de experiência inexorável desta faixa de idade. Desta forma,

"A substituição de empregados ocorre e tem um papel relevante particularmente no que se refere aos trabalhadores recém contratados (...) Este fluxo de contratação e dispensa, verdadeiramente associados à rotatividade, constituem apenas um dos aspectos de um problema mais amplo, o da flexibilidade quantitativa do trabalho (...) De um modo geral, a alta flexibilidade implica que muitos empregados não conseguem acumular tempo de serviço no mesmo estabelecimento, sendo que boa parte é desligada pouco depois de ter sido admitida (...) As diferenças na chance de ser desligado poucos meses após a contratação entre empregados com diversos graus de instrução, provocam sensíveis diferenças na distribuição dos empregados por tempo de serviço" (Baltar e Proni, 1994);

e iii) a força de trabalho juvenil tem colaborado no sentido de minimizar os efeitos do desemprego sobre a pobreza e a desigualdade.

Como apresentado no estudo de Barros et.alli (1996), caso o desemprego estivesse concentrado neste segmento, seus impactos sobre a pobreza seriam menores, devido ao fato destes não participarem diretamente na renda familiar; além de

identificar que os mais escolarizados tenderiam a contribuir com este movimento de minimização. Portanto, como o estudo demonstra que a magnitude do desemprego e o estoque de meses aparecem com mais evidência entre os jovens (entre outros já citados), pode-se (dada a concepção do estudo referido) atribuir ao desemprego no mercado de trabalho brasileiro o caráter de limitado à ação de agravamento da pobreza e desigualdade.

Partindo dessas conclusões, é possível traçar um cenário que nos dê base para argumentar sobre o recrudescimento por que passa o mercado de trabalho brasileiro, sobretudo quando relacionado à inserção dos jovens na estrutura de ocupações.

Em primeiro lugar, identificamos que não se trata de um problema exclusivo ao Brasil, o fato do aumento dos níveis de desemprego. O problema torna-se maior quando o relacionamos às condições de heterogeneidade e segmentação existentes no mercado de trabalho brasileiro, condições essas que vêm se agravando, principalmente a partir das mudanças nas políticas econômicas empreendidas a partir de 1990.

“(...) se ao final dos anos 70 era possível acreditar que os impactos positivos de um mercado de trabalho dinâmico acabariam por superar as condições para a reprodução da pobreza, hoje é o próprio mercado de trabalho que é visto como um fator de geração de pobreza.” (Medeiros e Salm, 1994:51)

Em segundo lugar, dada a existência dos chamados “grupos-problema” nos mercados de trabalho, torna-se importante analisar sua participação na estrutura de desemprego e de ocupações no mercado de trabalho brasileiro. Assim, entendendo os jovens como integrantes deste grupo, buscamos identificar como eles se relacionam nessas estruturas. De forma que, ao tratarmos os jovens como os novos trabalhadores, devemos tratar também dos novos postos criados e sua relação com a questão da escolarização, qualificação e formação profissional³⁶, como estruturas que conduzirão a uma nova forma de se promover o desenvolvimento. Esta identificação tornou clara a evidência de inserção problemática deste grupo no mercado de trabalho brasileiro, acompanhado por uma piora na estrutura de ocupações, dada a evidência dos tipos de ocupações que estão sendo geradas vis-à-vis questões referentes à educação, qualificação e formação profissional.

³⁶ A separação segue a orientação de Medeiros e Salm (1994:61), que dizem: “A distinção que fazemos entre formação e qualificação é importante. Qualificação é posto, é reconhecimento de direitos e atribuição de responsabilidades, é promoção. Na ausência de perspectivas de qualificação, os sucessivos treinamentos geram frustrações.”

Este fato condiz com o resultado dos estudos apresentados, que citam como altas as flexibilidades alocativa e quantitativa no mercado de trabalho brasileiro. Estas formas de flexibilização mostram que todos os segmentos foram afetados pelas políticas empreendidas na década de 90, de forma que houve uma perda elevada de postos de trabalho, sobretudo na indústria, e um aumento no contingente de trabalhadores no setor informal da economia.

Procuramos demonstrar que o desenvolvimento da sociedade brasileira está assumindo um forma peculiar: trata-se de uma sociedade baseada no setor de serviços, onde a população mais jovem tem mantido uma posição que tenderá a agravar o processo de heterogeneidade, exclusão e desigualdade. Em outras palavras, ao assumirmos a proposição de Arrighi (1995) de que os países “periféricos” são os que sustentam os países que compõem o “núcleo orgânico” - a partir da concepção de que isso ocorre quando os primeiros tentam seguir os últimos -, admitimos que a estrutura de ocupações que está em formação no país contribui em pouco para a retomada do crescimento econômico e em muito para a afirmação de uma sociedade dependente e firmada em relações/condições de trabalho precárias. Isto é ainda mais forte quando o primeiro grupo de países “reorganiza” suas economias (sobretudo quando relacionado à estruturação produtiva), sem levar em consideração especificidades dos efeitos para os demais países que a lideraram. O que tende a ocasionar (o já citado) “problema adicional”, acompanhando Arrighi (1995).

Um exemplo claro pode ser observado a partir da análise de Pero (1996). Em seu estudo a autora demonstra que houve aumento do grau de informalidade em todas as regiões metropolitanas e em todos os setores de atividades analisados no período 1988-1993. E acrescenta:

“É preocupante verificar esse cenário, levando-se em conta o aumento de produtividade que ocorreu no setor industrial. Isso porque se pensarmos que esse novo paradigma tecnológico está sugerindo uma maior complementaridade entre as atividades exercidas nos setores industrial e de serviços, o aumento da distância salarial entre esses dois setores poderia afetar a produtividade dos trabalhadores de serviços e ter impactos sobre a produtividade do setor industrial.” (p.26)

Assim, o fato de implementar *prerrogativas de desenvolvimento*, à luz de países desenvolvidos, baseados em um mercado de trabalho reestruturado, flexível, onde a escolarização e qualificação profissional possui um caráter obrigatório para a existência de “empregabilidade”, antes de atrair benefícios, alcança problemas maiores.

Este ponto pôde ser observado quando condensamos os três estudos e verificamos a problemática que envolve a estrutura de ocupações e rendimentos existente na economia brasileira, focada especificamente na força de trabalho juvenil e grau de escolarização, bem como a sua relação com a questão da pobreza e desigualdades.

Isto posto, trataremos no próximo capítulo da forma como os jovens se inserem nesta conturbada estrutura de ocupações do mercado de trabalho brasileiro.

CAPÍTULO 2 - EDUCAÇÃO E TRABALHO: *SUCUBUS E INCUBUS* AO REDOR DO JOVEM BRASILEIRO

Este capítulo remete a discussão anterior em dois aspectos: i) a educação como fator de mobilidade ocupacional e social; e, ii) o processo de re-segmentação do mercado de trabalho brasileiro. Assim, buscamos levantar as condições atuais dos jovens nestas questões, através das dificuldades de inserção e manutenção no mercado de trabalho brasileiro.

Com isto, este capítulo está organizado em duas seções. Na primeira, fazemos uma discussão sobre a importância da educação como pré-requisito para o acesso ao mercado de trabalho, através de concepções teóricas que nos ajudarão a traçar um paralelo com a situação do jovem na educação brasileira. Na segunda seção, tratamos de demonstrar a forma com que o jovem se encontra no mercado de trabalho brasileiro, buscando afirmar a inserção precária deste grupo na estrutura de ocupações do mercado.

2.1 A evidência de Sucubus: os efeitos da educação (ou da forma de se conduzir a) sobre o mercado de trabalho

2.1.1 A perspectiva do capital humano e sua incapacidade explicativa através da segmentação do mercado de trabalho

Em razão do processo de globalização e os seus efeitos, conforme tratado no capítulo 1, o tema educação voltou à tona, uma vez que a qualificação do trabalho passa a ser um parâmetro significativo da competitividade. Assim é que, acompanhando a euforia de abertura, reestruturação produtiva, busca de estabilidade econômica etc, um conceito como o de empregabilidade passou a fazer parte dos discursos que visualizavam (e visualizam) o encaminhamento do crescimento econômico sustentado, em meio a um mundo globalizado (!).

O conceito de empregabilidade³⁷ engloba não apenas a capacidade de se obter um emprego, mas, sobretudo, a capacidade individual de se manter num mercado de trabalho, em intenso processo de mutação (SEFOR/MTb, 1995). Desta forma, exige-se do trabalhador um permanente processo de qualificação, a fim de que este *assuma um conjunto de conhecimentos práticos e teóricos para a execução plena e eficiente de um processo de trabalho determinado* (a competição – ou concorrência – alcança a “esfera” individual).

Entendemos que tal conceito é respaldado pela teoria do capital humano que, ainda que tente explicar as diferentes qualidades necessárias à mão-de-obra e, com isso, explicar melhor os diferenciais de salários, apresenta-se hoje como um instrumento de geração de posto de trabalho. Donde,

“(...) [o] capital é fruto de investimento, especialmente em educação, e este investimento é resultado de decisões racionais que envolvem a comparação de taxas de retorno e taxas de juros de mercado, como qualquer outro investimento. Na medida em que o investimento em capital humano é realizado sobretudo em educação (muito particularmente educação formal), as diferenças de qualidade de mão-de-obra são vistas principalmente como diferenças em habilidades cognitiva.” (Lima, 1980:219).

Apresentada assim, a educação formal é o principal instrumento de mobilidade ocupacional e social, tendo como decorrência a melhoria na educação média social, correspondendo a aumentos de salários e até a uma melhor distribuição da renda global. (Lima, 1980:220)

Tal modelo implica na existência de livre escolha, isto é, as pessoas escolhem investir em educação até o ponto em que o retorno a este investimento iguala o custo de oportunidade. Enfatiza-se as diferenças de "habilidades", diferenças de classe social não são incorporadas ao modelo. Segundo Lima (1980), o mercado de trabalho apresenta-se como de caráter contínuo³⁸, resultando da suposição de que a distribuição de habilidade cognitiva dos indivíduos é contínua. Há uma relação direta entre a habilidade e produtividade da mão-de-obra, de forma que "*a uma dada distribuição de*

³⁷ Segundo Minarelli (apud REIS, V.P.F. O perfil de empregabilidade: o desafio do autodesenvolvimento. In: *Boletim Técnico do SENAC*. v 24, nº 1, jan/abr, 1998), empregabilidade é "a capacidade de gerar trabalho e renda permanentemente". Assim, faz-se necessário "estar afinado com as exigências das empresas" (Reis, op.cit., p.31)

³⁸ "A idéia de continuidade do mercado de trabalho impede que se pense na existência de possíveis barreiras à mobilidade: aumentando-se a habilidade cognitiva de um indivíduo, via educação formal ou treinamento, não há porque este indivíduo deixe de alcançar rendas mais altas através de aumentos salariais em um dado emprego ou, mais freqüentemente, através de mudanças para outro emprego ou tipo de tarefa." Lima (1980)

*habilidade cognitiva deve corresponder uma distribuição semelhante de salários*³⁹, desenvolvendo um funcionamento, como diria o autor, de caráter neoclássico para o mercado de trabalho, *"remunerando os fatores de acordo com sua produtividade"*⁴⁰.

Em linhas gerais, essa formulação apresenta sintonia com as sugestões de políticas de cunho neoliberal citados no primeiro capítulo. Assim, somada aos efeitos das transformações ocorridas na esfera produtiva, a compreensão desta formulação nos auxilia no entendimento das razões que acabaram por determinar uma nova forma de cálculo para a produtividade. Conforme Abramo (1996):

*"(...) é forçoso reconhecer que a produtividade não progride essencialmente sob os efeitos de uma acumulação meramente quantitativa de recursos (economias de escala), mas, antes, na evolução das qualidades (qualidade dos equipamentos e tecnologia, qualidade do trabalho individual e coletivo), nos quadros do que se convencionou chamar por economias de escopo"*⁴¹.

Apesar do argumento que sustenta a importância crucial da educação formal na determinação dos salários não ser novo, ele é tomado como um componente imprescindível ao ingresso no mercado de trabalho, para além da questão da mobilidade vertical. E é aí que essa teoria ganha força: estando com um certo grau de vantagem em relação à sua qualificação⁴², o trabalhador tende a se alocar com mais eficiência em qualquer setor da economia (torna-se empregável – ou seja, dotado de empregabilidade). Segue aqui a sugestão dos formuladores desta teoria de que, dado o entendimento de que a habilidade é determinada exogenamente, haveria a tendência à igualdade de oportunidades. Assim, reafirma-se a questão da mobilidade entre os setores da economia, bem como a "conquista" de salários melhores.

Para efeito de levantarmos a discussão, torna-se compatível com o encaminhamento de nosso trabalho essas idéias iniciais sobre a fundamentação básica

³⁹ Lima (1980:219).

⁴⁰ Idem. Ou como cita Salm (1980:49): "Se as empresas pagam mais para quem tem mais educação formal, seja qual for o posto, constatar que o nível educacional n, em relação ao nível n-1, representa uma taxa de retorno positiva seria um mero exercício de tautologia. Para que a teoria do capital humano deixe de ser uma tautologia, será necessário que os portadores do nível n tenham uma produtividade superior ao nível n-1". Grifos no original.

⁴¹ Assim, a função de produtividade é apresentada na seguinte forma: $Pr = f (Qc; Qt)$, onde Pr é a produtividade global; Qc é a qualidade do capital utilizado (nível tecnológico dos processos); e, Qt é a qualidade da força de trabalho empregada (nível de qualificação e motivação dos trabalhadores) (Abramo, 1996). Trata-se, portanto, de tornar factível a existência da flexibilidade quantitativa.

⁴² Utilizando aqui da definição de qualificação citada em Abramo (1996): "(...) conjunto de conhecimentos práticos e teóricos imprescindíveis à execução plena e eficiente de um processo de trabalho determinado. A qualificação de um trabalho mede-se pelo grau e pela freqüência da atividade intelectual que exige

da teoria do capital humano. Ou seja, o mercado de trabalho se apresenta como algo que não possui barreiras à mobilidade da força de trabalho, dado que, no que se refere à busca de maiores rendimentos, estes são alcançados através do investimento em habilidades que se formalizam numa estrutura de ensino. São as habilidades cognitivas que somadas às habilidades adquiridas no ambiente de trabalho, dotando o trabalhador de qualificações, que se transformarão em rendimentos mais elevados através dos acréscimos na produtividade observados neste trabalhador.

"Portanto (...) o raciocínio da teoria do capital humano é o seguinte: a) as pessoas se educam; b) a educação tem como principal efeito mudar suas "habilidades" e conhecimentos; c) quanto mais uma pessoa estuda, maior sua habilidade cognitiva e maior sua produtividade; e, d) maior produtividade permite que a pessoa perceba maiores rendas." Lima(1980:226)

Porém, ao contrário da formulação teórica, o mercado de trabalho não se apresenta de maneira contínua e as relações acima indicadas não são tão diretas.

Lima (1980) discute sobre este ponto ao formular a interpretação da segmentação do mercado de trabalho. A hipótese da teoria do mercado de trabalho segmentado se constrói a partir da consideração da existência de dois mercados distintos (o primário e o secundário – ou, o interno e o externo) e da consideração de que a renda não cresce com a educação, pelo menos não no mercado primário. No caso do secundário, o papel da educação na determinação do rendimento do trabalho é mínimo, senão nulo.⁴³

O autor demonstra que o mercado de trabalho primário possui as seguintes características: empregos estáveis, salários relativamente altos, alta produtividade, progresso técnico, existência de canais de promoção dentro das firmas, processo *in-the-job training* etc; de forma que os empregos ali gerados estão associados a firmas grandes, com alta relação capital/trabalho. Por sua vez, o mercado de trabalho secundário, concentrando a geração de empregos em pequenas firmas, apresenta altos índices de rotatividade de mão-de-obra, salários relativamente baixos, más condições de trabalho, produtividade baixa, estagnação tecnológica e níveis relativamente altos de desemprego, propiciando pouco treinamento, onde oportunidades de aprendizagem no trabalho são quase nulas e a exigência de qualificação é mínima.

A análise desta estrutura é identificada pelo autor através de três estudos que problematizam a discussão sobre um mercado de trabalho baseado no modelo da teoria

para ser executado, portanto, é uma função direta das características que integram o ser (o psíquico e o físico) e o saber de um indivíduo humano."

do capital humano e um mercado de trabalho que se fundamenta na existência de segmentação.

A primeira perspectiva enfoca a oferta de trabalho, dando ênfase aos atributos pessoais e comportamentais dos trabalhadores. Um conjunto determinado de atributos relativos a raça, sexo, escolaridade, origem social, experiência profissional, etc, configura um determinado tipo de oportunidade de trabalho. O histórico de um trabalhador num tipo de emprego condiciona a sua evolução futura, estabelecendo um certo caminho evolutivo pessoal.

Os trabalhadores que fazem parte do mercado secundário estarão propensos a adquirirem comportamentos inerentes a este mercado. Assim, as características obtidas pelos trabalhadores neste mercado são incompatíveis com o emprego gerado no mercado de trabalho primário, aumentando, assim, o hiato entre o emprego ali gerado e o que se observa no mercado secundário. (Lima, 1980:237)

Nesta perspectiva, os trabalhadores, para saírem do mercado secundário, precisariam de forças exógenas relacionadas a programas de treinamento, por exemplo.

Como afirma Pochmann (1998:6):

"A elevada flexibilidade quantitativa existente no mercado de trabalho externo, constitui uma das principais características do padrão ocupacional. Sem a perspectiva de progressão funcional e a estabilidade contratual, tende a prevalecer o desestímulo à maior capacitação profissional e a identificação do trabalhador como mais um custo de produção".

A segunda perspectiva, enfoca a demanda por trabalho, ou seja preocupa-se "com o comportamento da estrutura industrial: focalizam-se as características dos empregos, das firmas que os oferecem e a interação entre eles."⁴⁴ Separando a economia em um "centro oligopolista" e uma "periferia competitiva", os teóricos desta perspectiva, afirmam que o dualismo tecnológico resultante da concentração capitalista, reforça grandemente a segmentação do mercado de trabalho.

Neste caso, como faz parte do mercado secundário possuir a característica de estagnação tecnológica, "no primário haverá interesse, tanto de empregadores quanto de empregados, em investimento na qualificação (no capital humano) dos trabalhadores"⁴⁵, enquanto que para o secundário não há necessidade nem utilidade deste investimento.

⁴³ Lima, op.cit.

⁴⁴ Lima, op.cit (p.238)

⁴⁵ Idem (p.242)

A terceira e última linha de pensamento que vai de encontro com a teoria do capital humano "trata da existência de diferentes classes sociais e da consequência disto para a segmentação do mercado de trabalho", bem como "da responsabilidade do sistema educacional na manutenção de uma relativa imobilidade ocupacional (e social) intergerações". Aponta-se que esta imobilidade é resultado do desenvolvimento do modo de produção capitalista, que gerando a dicotomização da estrutura industrial, origina e intensifica comportamentos similares e diferenças na força de trabalho, resulta num aspecto funcional à segmentação. Tal funcionalidade mantém a estrutura de classe da sociedade capitalista, e "ajuda a reproduzir a hegemonia capitalista"⁴⁶, dando operacionalidade às suas instituições (sistema de ensino, por exemplo).

Em relação aos aspectos apresentados pelas três perspectivas, é interessante observar aquele concernente à questão da operacionalidade das instituições, sobretudo para a escola. Vale buscarmos a interpretação de Salm (1980), pois este autor discute acerca do papel da escola na estrutura de sociedade capitalista, criticando tanto a teoria neoclássica do capital humano, quanto alguns de seus críticos. Senão vejamos,

"Por que motivo os críticos da Economia da Educação têm tanta dificuldade de lidar com a teoria do capital humano? (...) A crítica não consegue ir além e não o consegue, a nosso ver, porque no fundo diz exatamente a mesma coisa que o pensamento neoclássico - a escola, como se fosse um departamento produtor de mão-de-obra qualificada, incorpora valor a seu produto, que, como qualquer outra mercadoria, irá tentar realizá-lo no mercado. Se conseguir, será porque sua maior produtividade permitirá 'o crescimento do excedente'". (Salm, 1980:28)⁴⁷

Para ele não há vinculação entre empresa e escola pelo elo de ligação do aumento de produtividade⁴⁸, como querem os teóricos do capital humano. Assim, a "nova fórmula de produtividade", citada anteriormente, teria sua formação baseada em aspectos internos à empresa, e não através de uma instituição externa a ela, fazendo o papel de provedora do *exército industrial de reserva de qualificados*.⁴⁹

Neste sentido, a escola insere-se como um agente a serviço da reprodução de estrutura de classes - e dizer isto é uma generalidade que se aplica a qualquer formação

⁴⁶ Tal ajuda se dá por três maneiras: a) dividindo trabalhadores, o que diminui o poder de barganha destes frente a seus empregadores; b) estabelecendo barreiras quase intransponíveis à mobilidade entre segmentos, o que limita as aspirações dos trabalhadores; e, c) estabelecendo a divisão dos trabalhadores em segmentos, o que legitima diferenças de controle e autoridade entre superiores e subordinados. Lima (1980:245).

⁴⁷ Grifo no original.

⁴⁸ Salm, op.cit.

⁴⁹ Nicos Poulantzas (1978) apud Salm, op.cit.

social. Portanto, enquanto uma esfera subordinada, não poderia ser diferente, entretanto, como afirma o autor, mesmo entendida como *aparelho ideológico*, a escola não é uma simples marionete da burguesia:

“Isto significa já ater-me ao ‘duplo significado’ que a teoria marxista atribui à educação capitalista: educação como processo de adaptação às relações existentes que assegura aos filhos da classe dominante os privilégios de sua classe e ‘adapta’ os filhos da classe oprimida às condições de sua existência; e educação como arma na luta contra a opressão, como instrumento moral e intelectual da jovem geração da classe oprimida, como base de organização do movimento socialista atual para o futuro socialista” (Sarti, 1979 apud Salm, 1980:33)

Deste modo, não cabe considerar o sistema educacional simplesmente como provedor de uma mercadoria como outra qualquer. Ao contrário do que diz a teoria do capital humano, a educação formal obtida no sistema educacional, não corresponde diretamente a aumentos no nível de salários do trabalhador, nem ao menos, ao crescimento econômico de uma determinada região. A escola não é a fábrica de servientes ao sistema. Não aceitar isto é dizer que investimento em educação é condição necessária e suficiente para garantir o “sucesso” profissional e social do indivíduo (como pressupõe a teoria), bem como livre acesso ao mercado de trabalho. E isto é corroborado por Salm (1980:35):

“(...) a raiz do problema da educação está na crescente desvinculação entre educação e trabalho e não, como querem os críticos, na subordinação da escola ao capital. Esta separação leva o planejamento educacional, como é pensado entre nós, a uma contradição insolúvel entre o objetivo de democratização das oportunidades educacionais por um lado e a adequação ao mercado de trabalho por outro. Se se atende ao primeiro, não se atenderá ao segundo pois o mercado requer um mínimo de educação para a maioria e o máximo para a minoria. E atender ao mercado de trabalho é também discriminar o acesso à educação. Enquanto os mundos do trabalho e da educação estiverem separados, não se resolve o impasse.”

2.1.2 Da teoria à prática: de como se apresenta a questão na realidade brasileira

Com vistas a reverter este quadro, qual seja, o de unir os mundos do trabalho e da educação, o Ministério do Trabalho do Brasil (MTb) elaborou o Plano Nacional de Educação Profissional, que contém programas para formular políticas para a área do Trabalho. É interessante o argumento:

“A configuração do mercado de trabalho e da PEA exige um conjunto de estratégias de curto, médio e longo prazos, cujo sucesso depende do grau de consenso entre Governo, trabalhadores e empresários, nas ações para enfrentar o desemprego, para abrir novas oportunidades de trabalho e para melhorar a qualidade de vida da sociedade brasileira.”⁵⁰

Em outro documento, encontra-se o seguinte:

“É necessário que o atual sistema de relações de trabalho sofra transformações que possam torná-lo participativo e transparente. A modernização das relações de trabalho, no sentido de se criar um novo marco regulatório, deve pautar-se pelo princípio de que é necessário menos Estado e mais negociação na relação entre empregadores e trabalhadores.”⁵¹

Atribuindo a estes argumentos a concepção mais geral de assimilação aos novos conceitos (ou melhor, à nova roupagem, atribuída a velhos conceitos), no que se refere à educação e qualificação profissional, o MTb, em outro documento, discute uma nova proposta conceitual e metodológica para a área de qualificação. Assim, a proposta situa a “educação profissional como elemento de uma política pública de trabalho e renda, por sua vez integrada ao projeto mais amplo de modernização das relações capital-trabalho, consolidação da estabilidade econômica e conquista da equidade social.”⁵²

Tal proposta ressalta a necessidade de planos e projetos elaborados nos seguintes termos: foco no mercado e na clientela, com vistas à empregabilidade dos treinados; abertura para novas clientelas, com prioridade para populações em desvantagem social; e, entre outros, proposição de educação profissional em bases modulares e permanentes, em lugar de cursos selecionados não pelo foco na clientela, mas por estarem disponíveis no mercado. Reafirmando,

“O avanço conceitual tem por escopo a elaboração e revisão conceitual e metodológica sobre questões-chave na área de trabalho, qualificação e educação, convergindo para: - consolidar e difundir um novo conceito de educação profissional, como elemento indissociável do desenvolvimento sustentável, que não se confunde com assistencialismo nem substitui educação básica; - restabelecer o papel da educação profissional, como processo com começo, meio e fim, com foco no mercado de trabalho, tendo em vista a empregabilidade da clientela (...).”
(MTb/CGIT, 1997:6)

Se não bastasse este “avanço” conceitual e metodológico no campo da educação profissional, este deve se concretizar inicialmente em quatro projetos base. Referiremo-

⁵⁰ Ministério do Trabalho: Política Pública de Emprego e Renda: Ações do Governo, abr, 1997, p.11.

⁵¹ Ministério do Trabalho: Plano de Ação: Um compromisso com a mudança: 1996-1998, p.21.

⁵² Ministério do Trabalho, Sistema Público de Emprego e Educação Profissional: implementação de uma política integrada, jun, 1996, p.10.

nos aqui a apenas um, pois, entendemo-lo, como o que resume o que tentamos relacionar:

“implementação de uma rede de centros públicos de educação profissional, a partir da transformação gradativa da rede de ensino técnico federal (116 unidades, em todo o país), ampliando a sua clientela e diversificando sua atuação (...) Da mesma forma, a rede estadual deve passar por uma ‘desvocalização’ do ensino de 2º grau, permitindo, em parceria com federações de empresários e sindicatos, a transformação de escolas técnicas estaduais e municipais em centros públicos de educação profissional.”⁵³

Este movimento tem relação com o indivíduo e a noção de habilidades. Ou seja, “os atributos relacionados não só ao saber-fazer, mas aos saberes (conhecimentos), ao saber-ser (atitudes) e ao saber-agir (práticas no trabalho)”⁵⁴. Assim, *“as habilidades voltadas para a competência do trabalhador devem buscar o ‘aprender a aprender’ e o ‘aprender a pensar’, que permite maior autonomia (...) maior capacidade de resolver problemas novos (...) adaptação às mudanças (...).”⁵⁵*

Ainda no mesmo documento, destaca-se o entendimento sobre habilidades básicas, específicas e de gestão, o qual parte de uma escala de atributos: ler, interpretar, calcular etc, todos relacionados ao trabalho e relacionadas às competências de autogestão, de empreendimento, de trabalho em equipes.

Todo este arcabouço, não se faria completo, se não estivesse diretamente ligado ao projeto mais amplo que permeia este movimento:

“tendo em vista os grandes objetivos nacionais, expressos na mensagem que encaminhou ao Congresso Nacional a proposta do Poder Executivo para o Plano Plurianual (PPA 96-99), quais sejam: Estado Moderno e Eficiente; Redução dos Desequilíbrios Espaciais e Sociais; e Inserção Competitiva e Modernização Produtiva, o Ministério do Trabalho (...) definiu como áreas prioritárias de atuação para este período de governo a Modernização das Relações de Trabalho; o Fomento ao Trabalho; o Apoio ao Trabalhador; e o Aprimoramento da Gestão Institucional.”⁵⁶

Desta maneira, identifica-se um projeto que dá importância à questão da qualificação/requalificação do trabalhador brasileiro, de forma que este possa se tornar competitivo no mercado de trabalho, tendo como instrumento de ação o PLANFOR, o qual possui os seguintes objetivos gerais: a) qualificar ou requalificar trabalhadores e trabalhadoras, desenvolvendo habilidades básicas, específicas e/ou gestão que

⁵³ Idem, p.21. Qualquer semelhança deve ser entendida como mera coincidência ao que Salm debatia em 1980?!

⁵⁴ Ministério do Trabalho. Habilidades: uma questão de competências? Dez, 1996, p.20.

⁵⁵ Idem, p.21.

propiciem sua inserção ou reinserção no mercado de trabalho, melhoria da qualidade e da produtividade na produção de bens e serviços, elevação da renda pessoal e familiar e melhoria geral da qualidade de vida das comunidades a que pertençam; b) elevar o nível de escolaridade da PEA, buscando, gradativamente, a erradicação do analfabetismo e a ampliação do contingente escolarizado, pelo menos no nível básico; c) contribuir para redução das desigualdades sociais e regionais, para a preservação do meio ambiente e a construção da solidariedade e da cidadania; d) combater todas as formas de discriminação, especialmente de gênero, idade, raça e cor, garantindo o respeito à diversidade; e, e) estimular e apoiar ampliação da oferta de emprego e de oportunidades de geração de renda, buscando alternativas de trabalho autogerido, associativo ou em micro e pequenos empreendimentos.

Desta forma, o PLANFOR tem por meta oferecer até 1998, com recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), educação profissional suficiente para qualificar e requalificar cinco milhões de trabalhadores. Seguindo a apresentação simplificada dos paradigmas em que o modelo se baseia - como citado no capítulo I, o PANFLOR está sendo implementado de forma descentralizada, por meio de dois mecanismos: i) parceria com diversas entidades governamentais e não-governamentais, abrangendo as seguintes agências formadoras: os sistemas de ensino técnico federal, estadual e municipal; as universidades públicas e privadas; o chamado Sistema S (SENAI/SESI, SENAC/SESC, SENAR, SENAT/SEST, SEBRAE); sindicatos de trabalhadores; escolas e fundações de empresas; ensino profissional livre; e, ii) Planos Estaduais de Qualificação (PEQ), elaborados e geridos pelas secretarias Estaduais de Trabalho, sob homologação e supervisão das Comissões Estaduais e Municipais de Emprego (já implantadas em todas as unidades da federação e em mais de mil municípios brasileiros). Os recursos para os PEQ's provém do FAT, complementados pelas contrapartidas dos Estados e Distrito Federal. Os PEQ's são voltados, prioritariamente, para desempregados, beneficiários do seguro-desemprego, trabalhadores sob risco de perda do emprego e outras populações em risco ou desvantagem social.

Estes Planos Estaduais constituem passo inicial, porém decisivo, para que o País consolide, até 1999, a capacidade de garantir a meta global do Plano Nacional de qualificar e requalificar anualmente pelo menos 20% da PEA.

⁵⁶ Ministério do Trabalho, Plano de Ação...op.cit, p.17.

Tabela 8: Meta de treinandos nos anos de ação do PLANFOR

ANO	1996	1997	1998	1999	TOTAL
TREINANDOS	750.000	1.800.000	2.500.000	3.000.000	8.050.000

Tabela 9: Meta de treinandos a partir da descentralização da ação do PLANFOR
em mil treinandos

ANO	PEQ/Outros Convênios	Rede de educação profissional●	Total	% da PEA
1996	750	4.250	5.000	7%
1997	1.800	6.200	8.000	11%
1998	2.500	8.500	11.000	15%
1999	3.000	12.000	15.000	20%

● Incluindo sistema de escolas técnicas federais, estaduais e municipais; Sistema S; fundações e escolas de empresas; sindicatos de trabalhadores; organizações não-governamentais; universidades; ensino profissional livre.

São três as categorias que envolvem este conjunto de metas e objetivos:

- programas nacionais, voltados para clientelas em desvantagem social e/ou setores ou regiões estratégicas para o desenvolvimento do País, definidos como prioritários para fins de aplicação de recursos do FAT;
- estaduais, definidos pelas Secretarias de Trabalho e Comissões Estaduais de Emprego, em parceria com organismos do governo estadual ou municipal e outros atores locais, para atender, prioritariamente, a beneficiários do seguro-desemprego e desenvolvimento de gestores e microempreendedores, incluindo clientela do PROGER (Programa de Geração de Emprego e Renda), além de demandas específicas de municípios ou regiões; e,
- emergenciais, voltados ao atendimento de situações de crise e/ou a processos de reestruturação produtiva, surgidas após o início dos demais programas.

Isto posto, a perspectiva plurianual (1996-98) é demonstrada da seguinte forma:

Quadro 1 – Programas definidos e perspectiva de treinandos
em mil treinandos

Programas Nacionais Definidos	Acumulado 1996-98	Só 1996*
Artesanato e desenvolvimento comunitário	150	24
Assentamentos e comunidades rurais	500	62
Bancários e outros trabalhadores do setor financeiro	150	1
Conscritos das Forças Armadas	40	2
Detentos e egressos do sistema penitenciário	20	8
Indústria da construção	250	45
Jovens em situação de risco social	700	25
Pesca	80	20
Pessoas portadoras de deficiências	150	15
Portuários	60	---
Saúde	150	---
Serviços pessoais	300	40
Serviços da administração pública	500	65
Turismo	180	31
Subtotal	3.230	340
Programas Nacionais a definir	270	---
Subtotal – Programas Nacionais	3.500	340
Programas Estaduais/Emergenciais	1.500	410
TOTAL – PEQ	5.000	750
ESTIMATIVA DA OFERTA DE PROGRAMAS PELA REDE DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO PAÍS	19.000	4.250
TOTAL – PLANFOR	24.000	5.000

FONTE: Ministério do Trabalho/SEFOR. PLANFOR - Plano Nacional de Educação Profissional - Termos de Referência dos Programas de Educação Profissional

- Nacionais/Estaduais/Emergenciais. FAT/CODEFAT. Brasília, nov/1996.

• Metas estabelecidas nos convênios firmados em 29.04.96

Com relação aos recursos aplicados, a Secretaria de Comunicação Social do Governo Fernando Henrique Cardoso lançou um documento⁵⁷ onde demonstra que “em 1996, foram firmados convênios com as 27 unidades da federação, para a execução dos

⁵⁷ BRASIL. Presidente Fernando Henrique Cardoso. O mercado de trabalho e a geração de empregos. 2 e. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, 1997, p.23.

PEQ's, cujas metas eram de 750 mil treinandos e investimento total de R\$ 280 milhões." Denotando a seguinte configuração:

	1994	1995	1996	1997	1998
Trabalhadores beneficiados	40 mil	150 mil	1,1 milhão	1,5 milhão	2,5 milhão
Recursos aplicados	R\$ 20 milhões	R\$ 40 milhões	R\$ 232 milhões	R\$ 300 milhões	R\$ 400 milhões

Assim, deverá ser garantido até o final de 1998 cerca de 5 milhões de treinandos e investimento total próximo a R\$ 950 milhões. Nestes termos, ao se verificar os resultados do período 1995-97, observa-se o seguinte:

Quadro 2 – Recursos aplicados nos PEQ's – 1995/97

PEQ's e Parcerias Nacionais/Regionais	Resultados
Treinandos	3,3 milhões
Investimentos	R\$ 596,3 milhões
Matrículas	6,2 milhões
- habilidades básicas	1,9 milhão
- habilidades específicas	2,9 milhão
- habilidades de gestão	1,4 milhão
Municípios atendidos	
1996	2,6 mil
1997	3,8 mil (PEQ's) e 3,4 (Parcerias)
Áreas Metropolitanas (11)	participação de 43% do total de treinandos e 50% do investimento (para 40% no total da PEA)
Demais capitais (16)	participação de 32% no total de treinandos, 28% nos investimentos (22% da PEA)
Programas/prioridades nacionais (96/97)	2,4 milhões de treinandos, R\$ 390 milhões

FONTE: Ministério do Trabalho/SEFOR. PLANFOR - Plano Nacional de Educação Profissional - Termos de Referência dos Programas de Educação Profissional
- Nacionais/Estaduais/Emergenciais. FAT/CODEFAT. Brasília, nov/1996.

Todo este movimento descrito tem mobilizado a sociedade civil e demonstrado a extrema importância que o tema educação/qualificação profissional tem para com o desenvolvimento da sociedade brasileira. É certa a idéia (para os formuladores desta política) de que para qualquer resultado que este Plano venha desenvolver é dada a chance para que o desempregado ou o trabalhador envolvido no setor informal venha a se atualizar em relação aos seus conhecimentos sobre o mercado de trabalho, tornando-se empregável.

Entretanto, há o problema da desvinculação do Plano das atitudes descritas pelo mercado de trabalho, ou seja, ressalta-se a desvinculação do PLANFOR de um sistema nacional de emprego que vincule a qualificação a um sistema efetivo de intermediação de mão de obra (Cacciamali et al, 1997 apud Dedecca, 1998:19).

Isto, somado às questões tratadas no capítulo I, demonstra um certo descompasso entre a forma como se apresenta o mercado de trabalho e a forma como é tratada a educação, seja formal ou profissional, no que concerne à eficiência desta na inserção do trabalhador neste mercado. Aqui voltamos ao argumento de Salm sobre a desconexão do sistema educacional (e, portanto, da escola) sendo visto como “fábrica de mão-de-obra qualificada”⁵⁸ e de sua separação do mercado de trabalho.

Este autor vai, a partir deste ponto, demonstrar a diferença entre se ter uma enorme expansão gradual - horizontal e vertical - do sistema educacional, como no caso norte-americano, e se ter a mesma expansão em menos de uma geração: uma maioria de universitários desempregados – caso brasileiro (Salm, 1980:39). Assim, a idéia de uma educação adequada às novas exigências, impressão causada pelo “*fato de a escola pós-primária norte-americana ter se expandido junto com a emergência e desenvolvimento das corporações*”, obscurece condições estruturais que não retratam a questão da falta de “‘correspondência’ entre a expansão do sistema educacional e desenvolvimento do capitalismo nos EUA.”.

Esta demonstração parte da análise de Levin (1978)⁵⁹, citado no estudo de Salm (1980:39), da seguinte forma:

“(...) tem havido uma enorme superexpansão a nível pós-secundário com um número bem maior de diplomados credenciados e socializados para funções de status mais elevados do que a estrutura de cargos pode absorver (...) Paradoxalmente, o fenômeno da super-educação aumentou a possibilidade de frustração e revolta entre os trabalhadores, à medida que descobrem que são forçados a aceitar empregos de menor salário, status e responsabilidade do que aqueles para os quais sua formação superior os preparou”.

Independente de ser, como Salm entende que Levim assim o encare, *um desvio agravado pela recessão, e temporário*⁶⁰, o desenvolvimento restabeleceria a

⁵⁸ Rossi (1978) apud Salm (1980).

⁵⁹ Levin, Henry M. Workplace Democracy and Education Planning. Paris, International Institute for Education Planning.

⁶⁰ Salm, op.cit

*correspondência entre o sistema educacional e o mercado de trabalho, através de reformas na educação, bem como, no processo de trabalho.*⁶¹

A articulação destes argumentos para com a realidade da sociedade brasileira nos anos noventa está inserida na demonstração dos resultados da *evolução da educação no Brasil* vis à vis a forma como se encontra o mercado de trabalho brasileiro (já evidenciado no capítulo anterior). O fato é que não temos, nem tivemos, articulação do sistema de ensino com a chamada iniciativa privada,⁶² de forma que o encadeamento entre educação e trabalho, quando se verificou, se fez em termos de transferência do processo de formação para o próprio trabalhador:

*"A década de 50, quando se deu o salto qualitativo na montagem do parque industrial brasileiro, caracterizou-se também por um intenso processo de modernização e concentração, especialmente nas indústrias tradicionais. A principal consequência, em termos de estrutura ocupacional foi a forte substituição de trabalhadores qualificados por braçais e semiqualificados. (...) Pois bem, na medida em que o trabalhador qualificado vai perdendo espaço, não só relativo, mas às vezes absoluto, na estrutura ocupacional das indústrias, o SENAI vai abandonando a aprendizagem para dar maior ênfase à qualificação e aperfeiçoamento de adultos já empregados, em cursos rápidos. Cai a relação horas de formação/aluno ou seja, barateia-se o ensino. Ao mesmo tempo, vai aumentar a formação de supervisores, cada vez mais necessários para o treinamento de crescente número de semiqualificados que a indústria moderna requer. "(Salm, 1980:42)*⁶³

Dada a existência da flexibilidade funcional, acompanhando o processo de reestruturação produtiva, supomos que a indústria dos anos noventa no Brasil não está requerendo trabalhadores semiqualificados. Entretanto, a história se repete quando da afirmação sobre a substituição de trabalhadores qualificados por braçais e semiqualificados, na estrutura de ocupações, como evidenciado no capítulo anterior. Assim, o fato, nada novo, de se adequar a educação para acompanhar as mudanças evidenciadas no mercado de trabalho transforma a própria condição de sociabilidade entre os indivíduos, de forma que estes se tornam competidores entre si. À medida em que os trabalhadores qualificados perdem espaço na estrutura de ocupações, e ainda assim precisam adquirir a condição de empregabilidade, a busca pelo emprego torna-se agudizada, sobretudo no mercado secundário. Este movimento acelera o processo de recrudescimento na estrutura de ocupações como um todo, de modo que a própria

⁶¹ Salm, op.cit.

⁶² Para melhor entendimento sobre o assunto, consultar Salm (1980).

estrutura do mercado de trabalho, sugerida pela teoria da segmentação, fica prejudicada.

Em outros termos, uma vez que os trabalhadores do mercado primário encontram brechas no secundário, há um alargamento deste com o aparecimento das características encontradas no primeiro, dificultando o acesso nesta estrutura; ou ainda, ocorre a distensão das práticas existentes no chamado setor informal, deixando clara a terrível divisão por que passa o mercado de trabalho brasileiro. Neste caso, a existência da educação como fonte de acesso e ascensão nos mercados de trabalho torna-se ainda mais problemática, sobretudo, se somarmos a esta discussão a "bolha" formada no ensino médio brasileiro.

2.1.3 Os jovens na questão educacional brasileira

Castro e Cabrol (1998) discutem sobre a "*bolha que se move dentro da educação brasileira*". Esta é identificada pelo contingente de jovens que, dado o movimento de queda das taxas de repetência e evasão, pressionam o sistema de ensino pela sua permanência por mais tempo nos bancos escolares⁶⁴. Como identificado pelos autores, o sistema de segundo grau paulista, auferido pelo número de alunos matriculados, cresceu 87% nos últimos dez anos. Deve haver uma investigação a respeito da crescente demanda nos diversos níveis de escolaridade do sistema de ensino, sendo a expectativa é uma pressão extraordinária sobre o ensino superior.

Ora, Salm (1980) mostrou a dissociação de objetivos de formação entre o sistema de ensino e o sistema produtivo no Brasil. A imposição da articulação apenas deu sinergia ao recrudescimento do processo de aprendizagem do trabalhador, somando queda em gastos públicos com desvirtuamento de formação. O problema é que o contingente de pessoas que pressionam o sistema de ensino do país não terá como se alocar no mercado de trabalho (o que não põe de lado a preocupação dos autores acima citados sobre a da qualidade do ensino). Ao que parece, assistimos à concretização do

⁶³ Deve-se atentar para o fato de que o SENAI, quando criado em 1942, tinha como finalidade a formação de jovens aprendizes para o exercício de funções qualificadas na indústria, combinando educação geral com a formação especial. Salm, op.cit.

⁶⁴ Kerti et.alli (1997:424) demonstra que os problemas de evasão e atraso escolar são graves quando relacionados ao ensino fundamental e à faixa etária de 15 a 24 anos. E assinala, "*a tendência futura pode não ser de uma melhoria relativa do perfil educacional, caso não sejam equacionadas as deficiências de desempenho do sistema educacional de forma a beneficiar inclusive esta parcela da população*".

movimento anteriormente descrito por Salm (1980 e 1997), qual seja, as ocupações de hoje requisitam trabalhadores mais escolarizados, sem contrapartida de níveis salariais superiores - decorrência prevista pela teoria do capital humano.

Kerti et alli (1997) analisa este argumento a partir de um estudo feito na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). As autoras indentificam “*uma nítida associação entre maior escolaridade e remunerações mais elevadas*”. Porém, o fator fundamental determinante para garantia de ampliação de rendimentos para os segmentos com menor nível de escolaridade é o acúmulo de experiência.

Esse é um dado relevante para a nossa argumentação, dado o fato de que além de identificarmos que o grau de escolaridade não pode ser entendido como pré-requisito fundamental à inserção ao mercado de trabalho, ele deve ser somado ao tempo de serviço no mesmo posto de trabalho, formalizando a questão do acúmulo de experiência. Assim, não podemos entender a individualização da busca por emprego, formalizada na empregabilidade, como fator que tenderá a minimizar o tempo de desemprego de determinado trabalhador. E tal posicionamento se justifica pelo fato de que, com a intensificação do processo de precarização das relações de trabalho a melhoria do perfil educacional do trabalhador brasileiro não teve contrapartida na forma de ampliação das oportunidades de inserção em empregos estáveis e protegidos a pessoas mais escolarizadas. (Kerti, et.alli, 1997:442)

É sobre este aspecto que é travada a discussão para a implementação de Políticas Públicas, por exemplo. Ao recuperarmos a educação como fonte importante para a inserção e/ou manutenção no mercado de trabalho, devemos, portanto, conhecer em que base de argumentação é calcada a realidade exposta.

Sendo respaldada pelo ímpeto da teoria do capital humano da transformação da análise da produtividade, através da qualidade do recurso humano aplicado à empresa, os teóricos da concepção neoliberal, a qual prevê a competição/concorrência nos diversos mercados existentes, condicionam esta competição aos próprios indivíduos. Este condicionamento se concretiza no enquadramento da educação como abertura de oportunidades⁶⁵, ou seja, de como este instrumento pode colaborar para que determinado grupo de trabalhadores (por exemplo, jovens) possa se inserir num tipo de

⁶⁵ Aqui podemos articular à preocupação de Castro e Cabrol (1998) quanto à qualidade do ensino, tendo em vista o aumento da procura por este serviço, bem como o já citado e aumento do tempo de

ocupação.⁶⁶ Desta forma, trata-se de tornar mais clara a busca por mais qualificação e/ou aumentos dos níveis de escolaridade, sobretudo em segmentos que possuem características próprias no tocante à sua relação com o mercado de trabalho.

O problema da inserção ocupacional dos jovens tornou-se evidente nos anos noventa. Nas economias avançadas, o aumento, em termos absolutos, na quantidade de jovens desempregados, refletiu no movimento de forte elevação nas taxas de desemprego, especialmente para o grupo que compreende a faixa de 15 a 24 anos de idade, correspondendo, em 1997, a cerca de 16 milhões de pessoas nos países da OCDE.⁶⁷ Pochmann (1998) conclui sobre este aspecto do desemprego que, como apenas dois países (Japão e Suécia) conseguiram apresentar em 1996 taxa de emprego igual ou superior a de 1973, em relação as dez economias que se destacam neste grupo, o emprego dos jovens funcionou como uma variável de ajuste importante, ao longo do período de crise do emprego, nestas economias. E acrescenta que

“Com isso, verifica-se que o estreitamento do mercado de trabalho para o jovem tem significado, além do desemprego, maior concorrência das pessoas com menor faixa etária em relação aos adultos na disputa dos escassos empregos existentes.” (p.17)

Este movimento de concorrência acirrada entre os trabalhadores jovens foi, por um lado, conformado pela adoção dos novos métodos de gestão de produção e incorporação de novas tecnologias, respaldada pelo processo de reestruturação produtiva e alterações nas relações de trabalho; por outro lado, pelo aumento, ainda que pouco suficiente para cobrir o enxugamento ocorrido no mercado interno, da demanda por trabalho ocorrida no mercado externo (pequenas e médias empresas).⁶⁸

“Ademais, o perfil do emprego produzido no mercado de trabalho externo parece ser cada vez mais precário, com baixos salários e maior instabilidade ocupacional. Em outras palavras, a expansão das oportunidades de emprego dos jovens nas pequenas e micro-empresas foi insuficiente para atender a oferta de mão-de-obra e significou, muitas vezes, contratos por tempo parcial e salários reduzidos.” (Pochmann, 1998:18)

⁶⁶ permanência do jovem na escola, este último estando relacionado à dificuldade de inserção deste segmento no mercado de trabalho.

⁶⁷ Como define Pochmann (1998:3): “(...) a inserção ocupacional refere-se à passagem de uma situação de inatividade para uma de atividade, através de um emprego regular, ou ainda, através de uma transição do sistema escolar para o sistema produtivo.”

⁶⁸ “O desemprego absoluto passou a envolver crescente parcela de trabalhadores, alcançando mais de 35 milhões de pessoas(...).” Pochmann, op.cit, p.14.

⁶⁹ Idem.

É a partir daí, que passa a fazer sentido a ênfase dada pelo governo à educação, expandindo as matrículas: a procura por um ponto de acesso ao mercado de trabalho. Assim, o autor identifica a mudança no processo estrutural de permanência do jovem no sistema de ensino.

"Com o ambiente de escassez de empregos, e por consequência uma maior competição entre os trabalhadores pelas vagas existentes, parcela significativa da população juvenil teve que rever o processo tradicional de transição do sistema educacional para o sistema produtivo. O aumento da inatividade dos jovens foi expressão do maior tempo dedicado à educação (alongamento da escolaridade), como forma de fortalecer a formação profissional frente ao agravamento do emprego." (Pochmann, 1998:18)

Este procedimento colabora com os princípios da teoria a que pertence e recrudesce a oportunidade de inserção do jovem no mercado de trabalho, dado o aumento do tempo de inatividade, a difusão de contratos de trabalho parciais e condições de trabalho precárias.⁶⁹ Isto colabora de maneira perversa com outros aspectos relacionados à questão da juventude, de forma que:

"O processo de retardamento da entrada do jovem no mercado de trabalho estaria trazendo efeitos diretos sobre outras características de natureza emancipatórias da juventude (...) há reflexos decorrentes da postergação do fim dos estudos, retardamento da formação de uma nova família pelo jovem, como influência direta do maior tempo de permanência do jovem junto aos pais. A ausência de renda suficiente do jovem estaria retirando a sua autonomia de definição de constituição de família de nova moradia." (Pochmann, 1998:21)

O que acontece, neste sentido, é que a dificuldade para se conseguir o primeiro emprego torna-se agravada e, com isso, a angústia por não poder participar das relações que se expressam numa sociedade de mercado. Esta condição de "stress estrutural" pode ser visualizada pelo aumento da participação deste segmento em situações que envolvem o tráfico de drogas, a delinquência e a prostituição.⁷⁰

Ocorre então um aumento da *vulnerabilidade dos jovens*, verificado, por um lado, pelas análises das trajetórias profissionais, com o movimento de desvalorização dos diplomas, desqualificação relativa dos certificados de cursos de formação, busca do primeiro emprego, instabilidade das ocupações e freqüência de desemprego⁷¹; por

⁶⁹ Pochmann, op.cit.

⁷⁰ (...) a educação britânica ocupou um vergonhoso 42º lugar, enquanto nos indicadores da temática juventude/violência/droga ocupou lugar de destaque (...) para quem ambiciona fazer do país um líder mundial de excelência, é certamente desesperador descobrir que sua juventude lidera a Europa em violência, uso de drogas e 'comportamento irresponsável'". (Madeira, 1998:427)

⁷¹ Pochmann, op.cit.

outro lado, pelas exigências de formação e de experiência profissional crescentes, como resultado dos novos *requisitos de contratação* pelos empregadores.⁷²

O quadro educacional brasileiro é claramente insatisfatório⁷³, caracterizado pelo baixo número médio de anos de estudo, bem como do percentual de estudantes, em relação a população.⁷⁴ Através de dados da PNAD/1995, Saboia demonstra que, dos 28,7 milhões de jovens, apenas 11,7 milhões encontravam-se na condição de estudantes, correspondendo para o indicador de freqüência à escola a apenas 40,9% de jovens de 15 a 24 anos de idade que usufruíam de um estabelecimento de ensino. Levando em consideração as faixas de 15 a 17 anos, 18 e 19 anos e 20 a 24 anos, em separado, a taxa de escolarização se apresenta na ordem de 66,6%, 41,9% e 20,6, respectivamente.

"Os índices de freqüência à escola dos jovens refletem os resultados dos modelos educacionais adotado no país nas últimas décadas. Tais modelos foram fundamentados tendo a idade de 7 anos como a ideal para ingresso no sistema, e o primeiro grau constituído por um continuum de 8 séries para serem concluídas quando a criança atingir 14 anos. Desta forma, em termos ideais os jovens de 15 a 17 anos deveriam estar cursando as três séries do segundo grau. Conforme pode-se observar (...) apenas pouco mais de um terço dos estudantes deste grupo etário conseguia, em 1995, cursar o 2º grau." (Saboia, 1998:505)⁷⁵

Tomando por base os outros dois grupos de idade, ou seja, os jovens de 18 e 19 anos e os pertencentes à faixa de 20 a 24 anos de idade, que, dado o modelo de ensino adotado, deveriam estar cursando o *nível superior* e/ou já com este terminado, foram apresentados índices ainda mais preocupantes: apenas 10,6% dos estudantes de 18 e 19 anos estava cursando uma faculdade, enquanto que 66,4% dos jovens de 20 a 24 anos que estudavam, estava no primeiro e segundo grau.⁷⁶ Talvez possamos articular este resultado apresentado por Castro e Cabrol (1998), no que tange ao movimento da *bolha* evidenciada no ensino médio da RMSP. E também podemos pressupor que, antes de ser um movimento que pretenda demonstrar um salto qualitativo de ingresso de pessoas no sistema educacional brasileiro, esta *bolha* demonstra na verdade o efeito líquido da defasagem na evolução escolar, evidenciada pelos dados apresentados por Saboia.

⁷² Idem.

⁷³ Saboia (1998).

⁷⁴ Idem.

⁷⁵ Segundo os dados apresentados pela autora, no Brasil, 33,8% dos estudantes de 15 a 17 anos de idade freqüentava o 2º grau, enquanto 50,6% estava na faixa de 5ª a 8ª série, e, 14,6% da 1ª a 4ª série.

⁷⁶ Saboia, op.cit, p.505.

Tabela 10 – População de 15 a 17 e 18 e 19 anos que freqüenta o segundo grau ou a universidade – 1995

Regiões	15 - 17	18 - 19		Em %
	2º Grau	2º Grau	Superior	
Nordeste	18,3	35,8	16,7	
Sudeste	41,7	58,2	40,2	
Sul	50,0	61,7	49,4	
Centro-Oeste	32,5	52,3	20,5	
Brasil	33,8	50,3	10,6	

Fonte: CNPD, Jovens no Brasil - Diagnóstico Nacional, 1998. Dados da PNAD/1995.

No que tange ao número de anos de estudos, o Brasil apresenta uma média de 3,9 anos para o conjunto de sua população, nível bastante baixo quando comparado a outros países da América Latina. O Chile e Argentina, por exemplo, apresentam média de 8,5 anos de estudo.⁷⁷ Os jovens brasileiros, em 1995, apresentavam uma média de 6,6 anos de escolaridade, desse total, apenas 40,4% tem entre 5 a 8 anos de estudo e 24,8% tem 9 anos ou mais. Conclui-se que

“(..)um problema mais sério do que a baixa taxa de escolarização da população jovem é a defasagem série/idade, resultante de altas taxas de evasão e repetência e que resultam num longo período em termos de anos médios passados na escola pelos jovens” (Berquó, 1998:26)

Ao relacionarmos o quadro acima como estudo de Pochmann (1998) sobre a educação e o emprego de jovens nos países avançados, - com este aspecto da juventude brasileira espelhado num movimento preocupante de acesso e manutenção no sistema de ensino - podemos afirmar que não se trata de um caso isolado de *retardamento de emancipação*. Na verdade, dadas as características apresentadas pela juventude nos dois casos, há de se levar em conta a transformação pela qual passa o sistema capitalista em sua totalidade. Ou seja, os aspectos apresentados no primeiro capítulo, sobre a forma como se apresenta o mercado de trabalho brasileiro vis à vis as mudanças ocorridas no mercado de trabalho externo, colaboram para o aprofundamento da participação deste grupo na divisão social do trabalho. De forma que esta preocupação se faz presente em variáveis que dão sustentação a estas mudanças no mercado de trabalho, como a educação, por exemplo.

⁷⁷ Saboia, op.cit.

Ao demonstrarem relação precária entre nível de escolaridade e inserção no mercado de trabalho, os jovens indicam pouca articulação entre o que é entendido como fato a partir da teoria e o que é demonstrado como fato a partir da realidade. De forma que:

“Não faz sentido continuar dizendo, como é comum em análises aqui no Brasil, que o aumento da escolaridade do jovem não está resolvendo o problema do desemprego juvenil. Aliás, é bom ressaltar que a importância que se atribui hoje à formação dos recursos humanos não tem relação alguma com a questão do desemprego em geral. (...) o papel do capital humano está em atuar sobre os níveis de produtividade e contribuir para o desenvolvimento da economia, sendo que a questão do desemprego responde a outra dinâmica.” (Madeira, 1998:458)

Neste sentido, entendemos que a autora procura demonstrar que o capital humano se ocupa com os empregados. O que remete o desemprego a um maior desenvolvimento entre as instituições que formam o complexo de sociedade existente. Daí que o desenvolvimento do ímpeto da empregabilidade nos atores que estão à margem do mercado de trabalho não pressupõe o resultado final incutido na própria palavra.

2.2 A existência de Incubus: como os jovens se encontram no mercado de trabalho

Em se tratando do mercado de trabalho propriamente dito, não bastando a exclusão evidenciada no aumento da taxa de escolarização, o que indica uma maior permanência e a volta do jovem para o sistema de ensino brasileiro, há que se discutir a forma pela qual se apresenta a participação precária deste grupo no mercado de trabalho.

Em outubro de 1997⁷⁸, ministros dos países mais industrializados concordaram em lançar uma campanha visando a criação de empregos para jovens. Desta forma, seria criada uma “importante cúpula para a juventude”, com apoio da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), para elaboração de um plano de grande abrangência destinado a reduzir o desemprego entre os jovens. No caso dos países em desenvolvimento, como o Paraguai, que possui uma população predominantemente jovem⁷⁹, o problema se agrava, devido ao fato de metade da PEA das zonas urbanas paraguaias ter inserção informal na economia⁸⁰. Assim, 52% dos

⁷⁸ “OCDE busca plano antidesemprego”, Gazeta Mercantil, 16/10/1997.

⁷⁹ 51% dos 4,9 milhões de habitantes tem menos de 20 anos, e 67% menos de 30 anos, de acordo com dados oficiais da Direção Geral de Estatística, Pesquisas e Censos.

⁸⁰ “Paraguai: o reduto dos jovens”, Gazeta Mercantil, 10 a 16/11/1997.

trabalhadores informais tem em média 30 anos, e 25% tem menos de 25 anos de idade, o que demonstra que o setor informal é um paliativo para o desemprego que afeta, em maior proporção, os mais jovens⁸¹.

No Brasil, através de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) de fevereiro de 1998, realizada pelo convênio SEADE/DIEESE, observa-se que a taxa de desemprego em São Paulo, para a faixa etária de 18 a 24 anos de idade situa-se em 24,8%; a maior de uma série histórica iniciada em 1985.

Para entendermos melhor o que esses dados significam, é interessante registrar a existência da *onda* que forma o quadro demográfico no Brasil. Trata-se de uma *onda jovem*, que identifica *pico abrupto no número de adolescentes, cuja média gira em torno dos 17 anos hoje*.⁸² Tal movimento tende a colaborar em muito para análise de tendências, ao que diz respeito à participação deste segmento populacional, por exemplo, no mercado de trabalho.

Madeira (1998), ao identificar esta *onda*, mostra que, em função dela, as gerações de adolescentes em 1995 e 2000 serão maiores do que as gerações de 1985 e 1990 em 2,3 e 2,8 milhões de pessoas, respectivamente. Desta forma, acrescenta a autora que, mesmo observando um número da ordem de 16 milhões de adolescentes (PNAD/1995), os acréscimos citados podem ser considerados proporcionalmente pequenos em relação ao total do grupo etário.⁸³ Entretanto, “*um incremento da ordem de dois milhões de jovens acaba tendo impactos substantivos tanto no mercado de trabalho quanto no sistema escolar.*”(Madeira, 1998:434). Tal impacto tende a ser maior, sobretudo nas regiões Nordeste e Sudeste, de forma que, além de concentrarem em conjunto uma camada significativa da população de adolescentes existente no país (73,6% - PNAD/1995), e da constatação de que este grupo etário passa por um “*momento de expressivo crescimento em termos absolutos, nestas regiões*”⁸⁴, o aumento atingiria em 2000 a cifra de 1,9 milhão de pessoas se comparado a 1990.(Madeira, 1998:436)

Sobre este processo, Berquó (1998) cita que, de acordo com a PNAD/1995, 57% da população de 15 a 19 anos de idade fazia parte da PEA, e que, entre 1992 e 1995, houve uma queda de participação desse grupo, de 60% para 57%, demonstrando um movimento de exclusão no mercado de trabalho brasileiro. Já na faixa de 15 a 24 anos

⁸¹ Idem.

⁸² Madeira (1998:431).

⁸³ Idem.

de idade, a PEA alcançou 18,8 milhões de pessoas em 1995, o que representa 65,2 do total da população que pertence a esta faixa etária. Entretanto, os dados demonstram que ela apresentou um declínio de mais de dois pontos percentuais no triênio 1992-1995.(Arias, 1998) Neste sentido, *"essa situação configura uma severa exclusão da capacidade de geração de renda domiciliar"* e *"a geração recente de oportunidades ocupacionais foi particularmente desfavorável para os jovens"*, quando da avaliação da recuperação de 0,2 pontos percentuais na taxa de participação global, no biênio 1994-1995.⁸⁵

Em relação à exclusão, cabem duas observações citadas por Arias (1998:522): i) afetou principalmente o grupo etário de 15 a 19 anos de idade; e, ii) numa análise desagregada por grupos sociais, revela que o grupo social mais carente, constituído por famílias com rendimentos per-capita até $\frac{1}{2}$ SM (salário mínimo), incluindo famílias sem rendimento, que detinham 38,7% dos jovens de 15 a 24 anos de idade e apresentando taxa de atividade de apenas 48,7% entre os jovens⁸⁶. Além desses aspectos, há o problema do desemprego que permeia este grupo.

Segundo Pochmann (1998), a taxa de desemprego juvenil no Brasil apresenta uma forte elevação nos anos 90. Em 1996, a região Sudeste contava com a maior taxa de desemprego juvenil (15,5%) e a região Nordeste a menor (10,3%).⁸⁷ Em 1997, do total da população juvenil, 54,3% era inativa e 45,7% ativa, sendo 7,9% desempregada e 37,8% ocupada. Em 1980, 53,9% era inativa e 46,1% ativa, com 2,2% de desempregados e 43,9% de ocupados. Ainda seguindo o argumento do autor, nos últimos 17 anos (1980-1997), a distribuição da população juvenil apresentou redução do nível de ocupação da ordem de 14%, com crescimento do desemprego e da inatividade.⁸⁸ Tal condição conta com uma inserção desse grupo em segmentos de baixa produtividade e alta precariedade do posto de trabalho.⁸⁹

⁸⁴ Ibidem.

⁸⁵ Arias (1998:521).

⁸⁶ Como completa o autor: *"Essa taxa de participação no mercado de trabalho, que inclui ocupados e desempregados, é extremamente baixa se comparada com as correspondentes aos jovens dos três grupos sociais imediatamente superiores, estratos onde essas percentagens alcançaram valores que variaram entre 66,0% e 69,3% em 1995."*(p.522)

⁸⁷ Pochmann (1998:7).

⁸⁸ O autor ainda cita que *"somente nos anos 90, o desemprego foi multiplicado por 3,2 vezes, o emprego diminuiu 14,2% e a inatividade aumentou 2,5%"*. (p.18)

⁸⁹ Pochmann (1998).

Pochmann (1998) desenvolve uma taxonomia que pode ser esquematicamente da seguinte forma: i) desemprego de inserção, entendido como a condição do jovem que está à procura, por um longo período de tempo, do seu primeiro emprego e a relação com a falta de experiência profissional que, mesmo com escolaridade alta, contribui para que o jovem tenha dificuldades de ingresso no mercado de trabalho; e, ii) desemprego de exclusão, que diz respeito ao jovem que permanece na condição de sem-emprego por um longo período de tempo, e a relação com a marginalização do jovem no mercado de trabalho, especialmente do núcleo organizado da economia nacional, assim como a ausência de dispositivos especiais de ação sobre os segmentos mais frágeis do mercado de trabalho.

Sob este aspecto,

“A instabilidade do padrão ocupacional do jovem ocorre apesar da elevação da taxa de escolaridade. Em 1996, por exemplo, 64,5% da população com mais de 10 anos de idade tinha mais de 3 anos de escolaridade, enquanto em 1982, 51,4% possuíam mais de 3 anos de escolaridade, segundo o IBGE (...) Em função disso, chega-se facilmente à conclusão sobre as consequências negativas para o padrão de inserção ocupacional do jovem frente às transformações em curso na economia brasileira (...) As alternativas ocupacionais do jovem são, cada vez mais distantes dos setores modernos da economia (...) configura-se um quadro de crescente marginalização do jovem no mercado de trabalho.” (Pochmann, 1998:13)

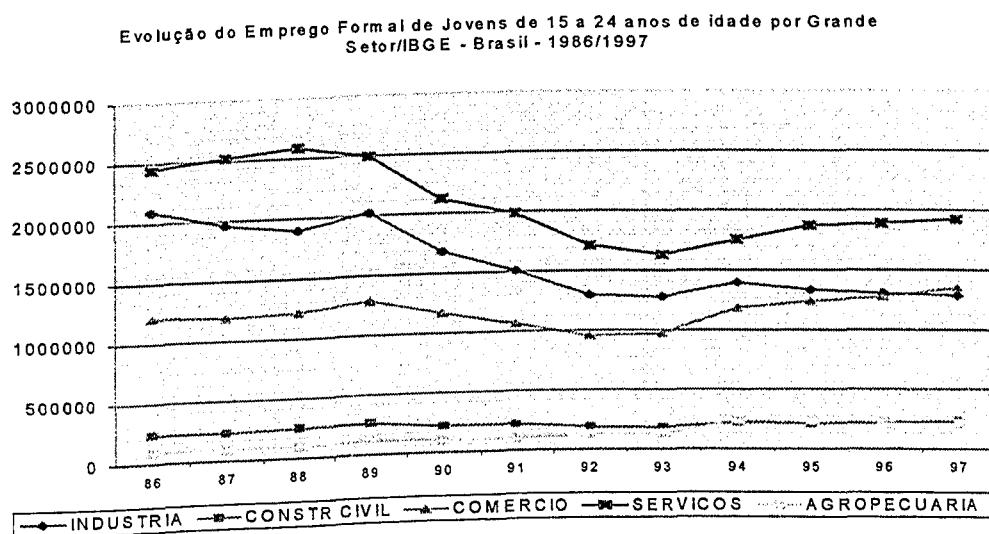
O estudo de Arias (1998), tem relação com o argumento apresentado por Pochmann à medida em que, ao utilizar dados da PNAD/1995, demonstra mudanças no que se refere à posição na ocupação:

“O destaque fica por conta do avanço da categoria empregados no contexto ocupacional juvenil. Ao contrário do que ocorreu no conjunto dos ocupados, onde essa categoria de trabalhadores diminuiu de 52,3% em 1992, para 51,2% em 1995, entre os jovens ela mostrou um crescimento de 60,1% para 60,5%, acumulando 181 mil novas contratações, patamar quase idêntico ao total de novas ocupações criadas para essa faixa etária. Entretanto, os dados dão conta que 82% desse insuficiente aumento correspondeu a empregados sem carteira de trabalho. (Arias, 1998:524)⁹⁰

Através dos dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) do Ministério do Trabalho e Emprego, observamos que, entre 1986 e 1997, houve perda de 1.067.319 postos de trabalho, ocupados por jovens de 15 a 24 anos de idade, no Brasil. Neste total, a Indústria foi responsável pela perda de 810.855 postos; o setor Serviços,

⁹⁰ Esta observação demonstra o aumento da informalidade da ocupação dos jovens entre 1992 e 1995, respaldada por 5,2 milhões de jovens, ou 31% dos que pertencem à faixa de 15 a 24 anos de idade, ocupados no emprego formal brasileiro. (Arias, 1998:525).

por 520.359; e o setor Construção Civil, pela perda de 8.622 postos de trabalho. Os setores Comércio e Agropecuária apresentaram evolução positiva de 138.098 e 134.419 postos, respectivamente. Estes resultados representam, em 1986, uma queda de 39% no total de postos de trabalho existentes para os jovens na Indústria e de 21% em Serviços. O Comércio apresenta diferenciação com aumento da ordem de 11% na variação de postos de trabalho em onze anos, enquanto que os outros dois setores citados apresentam 4%, de queda para a Construção Civil e aumento da ordem de 251% para o setor Agropecuária.



Ao levarmos em consideração a evolução do emprego nos anos 90, podemos verificar que, entre 1990 a 1997, a Indústria perdeu 23.5% dos postos de trabalho para jovens. No período do real, até 1997, observa-se a queda de 8% dos postos de trabalho, o que corresponde a um total de 114.712 postos. Em três anos foram eliminados 14% dos postos de trabalho de todos os postos perdidos em onze anos.

O setor de Serviços também acompanhou este movimento de queda verificado na Indústria brasileira, quando relacionado ao período que vai de 1990 até 1997, neste, foram eliminados 9% dos seus postos de trabalho. Entretanto, quando relacionado ao período de 1994 até 1997, observa-se um acréscimo de 9% no número de postos de trabalho, totalizando assim, 170.384 novos postos neste setor.

O setor que demonstrou evolução mais que significativa para a geração de postos de trabalho para os jovens de 15 a 24 anos de idade, no período que vai de 1986 a 1997,

foi a Agropecuária. Neste caso, as regiões que mais contribuíram para o aumento de 251% de postos neste setor foram as regiões Nordeste (199,2%) e Sudeste (151). A região Sul apresentou aumento na ordem de 117% e a Norte de 73,3%. Entretanto, começam a aparecer quedas de postos de trabalho, se observarmos o período 1994-1997, com exceção à região Norte, que registrou aumento de 12,5%. As demais, demonstraram, respectivamente, 5,15%, 4% e 5%.

A região Sudeste, de maior peso relativo no total de empregos, apresentou queda de 46,5% no conjunto de postos de trabalho ocupados por jovens no setor industrial, no período 1986-1997. Faz-se interessante citar que tanto a Indústria quanto o setor de Serviços vêm demonstrando quedas no número de postos de trabalho, porém a taxas decrescentes. O setor Comércio, apresentou aumento de 15% de postos no período 1986-1997, totalizando 105.591 jovens ingressos neste período. Só no período 1994-1997 ingressaram neste setor 85.087 jovens, demonstrando o “interesse” por trabalhadores mais novos. Ilustrando este movimento evolutivo, no período 1990-1997, foram registrados 105.496 jovens ocupando postos neste setor, resultado parecido ao encontrado na análise de onze anos (105.591).

A observação dos dados permite-nos concluir que a indústria brasileira gera postos de trabalho em que a exigência de escolaridade é maior, se comparada aos postos perdidos. No período 1990-1997 houve um acréscimo de 35,4% de jovens com 2º grau completo em relação ao total do grupo; no mesmo período, aqueles com curso superior completo tiveram uma variação de 13,3%.

No segmento Comércio e Serviços, houve um efeito semelhante. No Comércio, por exemplo, houve acréscimo de 89,2% de jovens com o 2º grau completo, no período 1990-1997, totalizando o ingresso de 148.146 jovens, vis à vis a quantidade existente, que era da ordem de 166.080 trabalhadores de 15 a 24 anos de idade. Com relação aos que possuíam o grau superior completo, houve acréscimo de 37,7%, aumento também identificado para o grupo que possuía a 8ª série completa, 21,2%. No grupo pertencente aos que possuíam a 4ª série completa, verificamos queda de 28,6%, totalizando a perda de 41.400 postos de trabalho. Se estendermos a série de observação para este último grupo, verificamos que, de 1986 até 1997, este setor demitiu 37% dos jovens que dele se ocupavam. Ainda para o setor de Comércio, é interessante observar que os analfabetos ganharam espaço: houve um aumento de 25%, quando da análise que compara os anos 1990-1997. Entretanto, ao compararmos 1994-1997, observamos que

houve aumento ainda maior: 56%; margem parecida com a observada ao período 1986-1997: 52% de novos postos para o grupo pertencente a esta faixa de escolaridade.

O setor de Serviços demonstrou quedas consideráveis, sobretudo quando relacionado ao período 1986-1997. Todas as faixas de escolaridade apresentaram queda, sendo que as maiores se encontraram nos grupos que possuíam a 4^a série completa, 53%; analfabetos, 46,3%; e a menor, nos que possuíam diploma de curso superior, 3%. Com relação ao período 1990-1997, observa-se acréscimos nos grupos que possuíam a 8^a série, o 2º grau e o nível superior completos, de 24%, 5,4% e 11%, respectivamente. Os analfabetos e os que possuíam a 4^a série completa continuaram o movimento desenvolvido no período anterior, apresentando 39% e 45% de queda no número de jovens ali inseridos.⁹¹

Em se tratando de emprego urbano e entendendo que o Comércio é o que mais emprega o segmento jovem de 15 a 24 anos, é interessante observar o crescimento auferido na análise. Com o acréscimo demonstrado, podemos supor a tendência a uma dinâmica de inserção cada vez maior de jovens neste setor, com ampla vantagem aos indivíduos possuidores do ensino médio completo. Diante desta tendência, se tomarmos como contrapartida a tendência de queda dos postos da indústria, com participação significativa dos jovens que possuíam a 4^a série completa, há a tendência à confirmação do diagnóstico dos autores citados sobre o aumento do tempo de permanência na escola, somado à volta do jovem aos bancos escolares, constituindo a chamada *bolha*.

Após esta demonstração sobre a escolarização e o emprego dos jovens, para articularmos melhor as questões desenvolvidas neste capítulo, faz-se necessário uma análise com relação aos rendimentos médios.⁹²

No caso do setor industrial, observamos queda nos rendimentos percebidos pelo segmento jovem nos anos noventa que possuía a 4^a série e a 8^a série completas: 4% e 52%, respectivamente, no período 1990-1997. Interessante notar que, no período 1994-1997, o último grupo apresentou queda de 36% de seus rendimentos. Os setores Serviços e Comércio também apresentaram quedas de rendimentos para este último grupo: 38% e 14,4%, respectivamente, para os períodos 1990-1997; e, 11% e 3% para o período 1990-1994. Ademais, o setor de Serviços também apresentou queda para o

⁹¹ Ver gráficos relacionados a esta análise no Anexo.

grupo que possui o 2º grau completo na ordem de 9,5% para o período de 1990-1997. Este grupo, no Comércio, obteve 93% de acréscimo nos rendimentos no mesmo período; e 43% no período 1994-1997. Os jovens que possuíam a 8ª série e o superior completos também obtiveram ganhos em seus rendimentos, na ordem de 37% e 38%, neste setor, no período 1990-1997; enquanto na Indústria estes últimos grupos apresentaram 4% de queda e 12% de aumento, respectivamente, neste mesmo período.

Entretanto, faz-se necessário observar que os rendimentos médios obtidos pelos jovens que estão posicionados na ocupação principal, se apresentam como extremamente baixos.⁹³ Arias (1998) cita que estes rendimentos médios, dos 18,8 milhões de jovens que compõem a PEA, alcançavam apenas a 1,73 SM (Salários Mínimos) em setembro de 1995 (dados da PNAD/IBGE); patamar significativamente menor que a média de 2,68 SM correspondente aos 5,1 milhões de empregados com carteira de trabalho assinada.

Faz-se interessante observar a seguinte configuração: os jovens brasileiros estão inseridos no Comércio e no setor Serviços – com predominância de participação para o primeiro -, onde há exigência cada vez maior de, no mínimo, o 2º grau completo, havendo aumentos nos níveis de rendimentos. Ao que parece indicar, como já havíamos citado anteriormente, este setor aponta uma dinâmica de movimentação semelhante à que se evidencia no mercado primário de trabalho, no que tange à importância da educação. Tal suposição se baseia no fato de que, à medida em que as pressões deste segmento da força de trabalho se oriente para este setor, ele se diferencia das práticas existentes no mercado secundário, que lhe sustenta. Sendo assim, a necessidade por obter trabalhadores mais escolarizados transforma a dinâmica estrutural interna deste setor. Se o mercado secundário possuía dinâmicas próprias que o diferenciava por completo do primário, e não dava condições para que o trabalhador dele pertencente se deslocasse para este último, o que supomos é que o setor Comércio passe a apresentar movimentos que agudizem a dicotomização do mercado de trabalho, associada à complexificação da heterogeneidade da força de trabalho, sobretudo com os jovens.

Ao permanecer o movimento de queda dos postos de trabalho industriais (o que parece evidente), a utilidade da educação, como pré-requisito fundamental para o

⁹² Ver gráficos em anexo.

acesso aos setores do mercado secundário de trabalho, tende a ser maior, tornando assim, acirrada a competição entre os indivíduos mais jovens de nossa sociedade.

Uma característica que se faz presente quando da análise dos jovens no mercado de trabalho é o primeiro emprego. No período 1994-1997⁹⁴, houve variação positiva de 9,28% no total de jovens admitidos no primeiro emprego, ou seja, uma entrada de 79.193 novos trabalhadores. Nos setores Comércio e de Serviços, os jovens tiveram as suas maiores chances de encontrarem o seu primeiro emprego: 24% e 20,3% de acréscimo em 1997, em relação ao ano de 1994. Interessante é que neste mesmo período o reemprego demonstrou queda de 3%. Assim, 49.599 jovens deixaram de ser contratados nestes anos. O que pode ser explicado pela dispensa ocasionada na análise do grau de instrução. Ainda assim, 69,2% dos jovens, no ano de 1997, encontrava-se na situação de reemprego, deixando clara a problemática da inserção do jovem no mercado de trabalho.

Dos 1.349.658 admitidos no ano de 1997 no Comércio, 22% estava na condição de primeiro emprego e 31% na de reemprego. Mesmo sendo o setor que mais emprega, em contraste aos outros aqui observados, a inserção do jovem pela primeira vez no mercado de trabalho é problemática. Isto contribui para o já citado estudo de Pochmann (1998:17), que diz:

“Tempos distintos de ingresso dos jovens no mercado de trabalho tendem a gerar distorções não desprezíveis ao longo da trajetória ocupacional. Ao mesmo tempo, com desempenho escolar distinto, o padrão de inserção ocupacional torna-se cada vez mais heterogêneo.”

E é exatamente esta heterogeneidade que dá sustentação para uma formação agudizada ao mercado de trabalho brasileiro, no que tange à participação dos jovens. Como identificado por Pochmann (1998), ao não demonstrar alteração radical nas condições de inatividade, como nos países desenvolvidos, a pressão destes atores no mercado de trabalho brasileiro, continuará resultando em maior desemprego. Assim,

“Se para o jovem de origem familiar popular a efetivação de uma trajetória ocupacional no mercado de trabalho já não era fácil, agora, então, tornou-se ainda mais difícil. Também para os jovens pertencentes às famílias melhor posicionadas tendem a encontrar crescentes barreiras para produzir e reproduzir o padrão de vida de seus pais, mesmo tendo escolaridade equivalente ou até mais elevada” Pochmann (1998:21)

⁹³ Arias (1998:527).

⁹⁴ Só a partir de 1994 é que foi inserido na RAIS o tipo de admissão ocorrido no mercado de trabalho brasileiro.

Ora, há, portanto, uma clara evidência de empobrecimento dinâmico, tornando o mercado de trabalho ainda mais segmentado e com forte pressão sobre a camada mais jovem da população. Medeiros e Salm (1994:56), identificaram este processo, a partir do estudo de Reich (1992)⁹⁵:

“Segundo Reich, estariam assistindo a uma re-segmentação do mercado de trabalho, devido ao deslocamento do grupo superior dos mercados “primários”, grupo que ele denomina de “analistas simbólicos”. O segundo segmento é composto dos trabalhadores qualificados e semiqualificados das grandes empresas, o núcleo “duro” mesmo do mercado de trabalho. E o terceiro, antes chamado de “mercados secundários”, refere-se aos ocupados em atividades mais desestruturadas, geralmente em micro e pequenas empresas, principalmente em serviços.”⁹⁶

Acrescentam, ainda os autores, que o que Reich apresenta como novo, é o caráter desarticulado da reestruturação evidenciada no mercado de trabalho. Assim, enquanto o segmento superior usufrui de todas as vantagens da globalização e da flexibilização, os demais, mais afetos a tarefas rotineiras, sofrem as perdas⁹⁷.

“Postos de trabalho são eliminados, afetando principalmente as mulheres e fechando as portas de entrada para os jovens, diminuindo a participação sindical. Parte substancial acaba por engrossar o terceiro segmento que, por isso mesmo, experimenta queda nos salários e remunerações.” (Medeiros e Salm, 1994:56)

Trata-se, portanto, de atrelarmos esta discussão à desenvolvida no capítulo anterior, qual seja, a da relação estrutural a que estamos inseridos. Existe, é bem verdade, um problema no mercado de trabalho no Brasil, entretanto, e paradoxalmente, este problema não se resolve no seu interior, não se trata de uma rigidez a ser dissolvida pela desregulamentação das normas de funcionamento.⁹⁸ A questão transcende a ótica de existência de mercados, perpassando as discussões sobre mobilidades e realocações. O problema portanto é de outra natureza, de forma que as misérias das famílias, o trabalho desde criança, o analfabetismo e a baixa escolarização básica, excluem hoje, muito mais que no passado, um imenso contingente de jovens de uma chance melhor para se inserir no mercado de trabalho.⁹⁹

⁹⁵ Reich, R.B. *The Work of nations*. Nova York: Vintange Books (1992).

⁹⁶ Grifo no original.

⁹⁷ Medeiros e Salm (1994).

⁹⁸ Idem.

⁹⁹ Ibidem.

“As condições de ingresso são degradadas, o poder de barganha é nenhum. Misturados aos agora desempregados de longa duração, forma-se na base do mercado de trabalho não apenas uma superoferta de trabalhadores não qualificados e rebaixados mas de indivíduos cujas deficiências os tornam inempregáveis.” (Medeiros e Salm, 1994:63)

Assim sendo, não há empregabilidade que resolva o problema de permanência na situação de desemprego de longa duração. De forma que, se partirmos do pressuposto de que o indivíduo dotado dessa “qualidade” se caracteriza por estar apto às constantes mudanças ocorridas no mercado de trabalho, os jovens brasileiros estão fadados à exclusão. Entretanto, por contradição, a busca por este mecanismo de ingresso (a empregabilidade) indica uma constante “preparação” para poder se manter (ou buscar entrada) num mercado de trabalho completamente precário. Este mecanismo assim se afirma e marca a sua existência.

Em síntese, parece claro que os efeitos do desenvolvimento das forças produtivas sobre o emprego brasileiro não são positivas, sobretudo no segmento dos jovens. Resta discutir até que ponto esses efeitos põem em xeque o processo de desenvolvimento brasileiro e isto é o que faremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3 - EFEITOS (HERANÇAS) DO PROCESSO DE TRANSIÇÃO AO CAPITALISMO NO BRASIL DOS ANOS 90

Colocadas as condições atuais do mercado de trabalho no Brasil e, em particular, as dificuldades de inserção dos jovens, falta ainda verificar se estas condições são próprias à fase atual do capitalismo. Nossa hipótese, como já foi antecipada nos dois outros capítulos, é que as condições brasileiras são agravadas pela forma histórica de transição ao capitalismo, nos termos desenvolvidos por Tavares (1975), vale dizer, por um processo particularmente intenso de concentração da renda nacional, com repercuções sobre o padrão de consumo social.

Para tanto, este capítulo está organizado em duas seções. Na primeira delas, discutimos a constituição do padrão de acumulação especificamente capitalista que se estabelece a partir da implementação do Plano de Metas nos anos 50. Este padrão não aproxima, à diferença dos países avançados, o consumo dos trabalhadores do consumo capitalista, diminuindo a base de diferenciação (investimentos) da economia e estimulando uma concentração adicional da renda nacional. Nos dois capítulos anteriores, mostramos a condição especial do segmento dos jovens no mercado de trabalho brasileiro; assim, na segunda seção, mostraremos como esta condição é potencializada pela debilidade (herança) estrutural histórica do mercado de trabalho brasileiro.

3.1 A natureza do desenvolvimento capitalista brasileiro: concentrações espacial e de renda

O desenvolvimento brasileiro, pelo processo de industrialização de transição ao capitalismo, consolidou a unificação do espaço territorial com a constituição do mercado nacional, a partir da participação integrada do capital privado – nacional e estrangeiro – e estatal. Em razão do seu vasto território e da natureza assimétrica do desenvolvimento espacial, a ação das forças políticas regionais (ou locais) se consolidou numa atuação direta em âmbito do Executivo, enquanto a estrutura política e a configuração do Estado Nacional permitiram. Entretanto, o esgotamento do padrão de desenvolvimento que resulta da transição ao capitalismo, num momento em que o

capitalismo global se reestruturava sob a hegemonia do pensamento neoliberal, tensionou o pacto federativo brasileiro. Na atual perspectiva, não há a caracterização de espaços regionais, pois dadas as suas condições históricas exigiram uma atuação direta do Estado, cabendo a ele apenas as funções básicas e a atividade mais geral de regulação econômica; no limite, apenas a estabilização da moeda, das contas públicas e das contas externas.

Ocorre que a constituição do capitalismo brasileiro, conforme já antecipamos, fez-se em bases dinâmicas muito limitadas. Se tomarmos a fase inicial de constituição do Estado como um dado, nos termos de Draibe (1989), verificamos que a estrutura econômica brasileira se conforma desde o Plano de Metas (1956-61) até o PAEG – Programa de Ação Econômica do Governo (1964-66), nos termos de Almeida Filho (1994). Em um texto clássico de 1975, Maria da Conceição Tavares mostra como esta conformação da estrutura econômica, ao invés de buscar a incorporação do potencial de consumo do conjunto da população brasileira, buscou apenas constituir as bases para a expansão mais imediata da acumulação capitalista avançada que naquele momento se consolidava.

Vale a pena reproduzir a argumentação¹⁰⁰: a expansão da capacidade produtiva se dá mediante um processo histórico em que necessariamente as estruturas de oferta e demanda devem se corresponder, mesmo quando isto supõe a mediação do comércio exterior como mecanismo de ajuste. A questão é que nos países em desenvolvimento, e no Brasil em particular,¹⁰¹ essas estruturas não têm correspondência, porque a de oferta é significativamente determinada pelos interesses do capital estrangeiro, com tecnologia desenvolvida para padrões próprios aos países desenvolvidos; a demanda, ao contrário, se subordina ao padrão de distribuição de renda derivado de relações internas de produção especiais, articuladas internacionalmente num padrão de acumulação e desenvolvimento que se convencionou chamar de “modelo” primário-exportador.

Enquanto as condições de oferta não eram “complexas”, a compatibilização foi possível. Entretanto, com as mudanças promovidas pelo Plano de Metas, as exigências

¹⁰⁰ A argumentação completa encontra-se em Tavares (1975, 52-69).

¹⁰¹ Chamamos a atenção para o caso brasileiro por uma razão que já apontamos. A estrutura industrial brasileira é diversificada e comparável a dos países desenvolvidos, porém não se constituiu orientada pelo perfil da demanda interna, antes o contrário. Isto significa que coube ao Estado a responsabilidade de promover a compatibilização dinâmica entre oferta e demanda e, muitas vezes, à custa da aplicação de recursos não desprezíveis. Como fica claro em outras partes do texto de Tavares, nossa estrutura de

da acumulação passaram a ser outras, porque houve uma notável expansão do potencial de produção. Mesmo considerando que os novos ramos ampliavam gradativamente os empregos, não se estabeleceram condições de absorção interna dessa produção. Neste particular, uma característica foi decisiva: os novos ramos industriais nasceram concentrados, com o claro domínio das grandes empresas estrangeiras, que puderam arbitrar os rendimentos de seus trabalhadores e o fizeram de modo a manter elevados os lucros..

"Graças à divisão do trabalho existente, a pouca complexidade das estruturas produtivas internas era compatível com um alto grau de sofisticação nos consumos das classes proprietárias, ou comerciais e financeiras, associadas ao complexo primário-exportador. Assim, tanto a elevada concentração da renda na cúpula como os padrões imitativos de consumo das burguesias 'compradoras' assimiladas a seus congêneres internacionais não têm nada de novo na história latino-americana. Essa situação se manteve ao longo de todo o período de industrialização inicial, graças à permanência das formas tradicionais de posse da terra, e de práticas monopólicas no comércio externo e interno,, às quais se agregaram, sem necessidade de romper as relações de produção prevalecentes, novas formas de organização oligopólicas modernas na indústria e nos serviços básicos e, mais recentemente, no moderno setor comercial e financeiro urbano. O verdadeiramente novo, do ponto de vista da estrutura de demanda e oferta, começou quando esses estilos de consumo, em permanente mudança nas sociedades modernas ocidentais, passaram a orientar a diversificação produtiva interna. No final de um certo período de industrialização tornou-se claro que esse processo de desenvolvimento ficava restringido em termos setoriais, espaciais e sociais, e produzia, ademais, um tipo novo de concentração de renda urbana.

(Tavares, 1975: 52-53)

✓ O ponto que queremos mostrar é que a constituição do padrão de acumulação especificamente capitalista impõe uma determinação de distribuição de renda que seja compatível com as condições de oferta ali criadas. Essas condições dependem da natureza da acumulação e da sua inserção internacional. Isto fica evidente na comparação com os países em desenvolvimento do leste e sudeste asiático. Quando a produção se realiza privilegiadamente nos mercados externos, o padrão de consumo interno não tem a mesma importância de uma situação em que este seja o principal lócus da acumulação.

A industrialização brasileira se fez direcionada para o mercado interno. Portanto, ao atingir uma fase avançada, o problema da distribuição se apresentou. Segundo Tavares,

demandas se fez pela base primário exportadora, portanto com estímulos claramente concentradores da renda.

A emergência de classes médias é um fenômeno que nasce do próprio processo de urbanização metropolitana, e do avanço de uma burocracia estatal, que desde sempre foi um respaldo importante para a expansão do consumo urbano. Enquanto os padrões de consumo dessas classes estavam dados pelos níveis médios de produtividade e renda dos setores de serviços funcionais urbanos, eles representavam um continuum da distribuição da renda com os assalariados urbanos de base. A descontinuidade no perfil global de distribuição se produzia apenas quando se alcançava a “cúpula” cujo poder de compra se voltava basicamente para o exterior ou para uma demanda concentrada de certos bens de luxo e de serviços pessoais internos.

A nova descontinuidade que se coloca para a distribuição da renda pessoal surge, portanto, quando, uma vez internalizado o efeito-demonstração de padrões de consumo das classes altas na própria configuração do aparato produtivo, se requer expandir o mercado interno das novas indústrias de consumo durável instaladas sob forte proteção do exterior, e cujos preços absolutos requerem consumidores com rendas muito superiores à média nacional. A imitação dos padrões de consumo seria, desse modo, insuficiente para expandir a demanda.

(idem, p. 54)

O problema consiste na necessidade de antecipar a demanda ou, em outras palavras, distribuir a renda de modo mais concentrado, uma vez esgotada a reserva de mercado existente. Para tanto, estabeleceu-se um processo de desenvolvimento em que os incrementos da renda e do consumo dos assalariados de base se transferiram continuamente para as novas classes médias consumidoras. Estas têm que apresentar um padrão de consumo solidário com o das classes altas para obter um ritmo de expansão dos novos setores, compatível com a manutenção de uma certa taxa de acumulação.¹⁰²

As medidas de política econômica necessárias para viabilizar isto só vieram a ser estabelecidas, não por acaso, no período militar. Por esta razão, dissemos que a transição brasileira ao capitalismo se estende aos anos 60, cobrindo o que na literatura econômica é conhecido como o período das Reformas do PAEG. À legislação trabalhista de base, estabelecida ainda na primeira passagem de Getúlio Vargas pelo poder, se somaram diversas medidas para aumento do poder de compra da classe média (Almeida Filho, 1994).

Não por outra razão, no começo dos anos 70, há um debate relevante cuja origem está na investigação de dados oficiais divulgados pelo IBGE, mostrando que houve uma concentração de renda dos anos 60 para os anos 70.

¹⁰² É nesse ponto que os padrões de desenvolvimento dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos se diferenciam. Enquanto que nos primeiros o consumo dos trabalhadores vai se aproximando do consumo dos capitalistas, nos segundos se mantém a separação. Assim, a base para a expansão da acumulação se limita.

O que é interessante observar é que essas determinações estruturais ajudam a compreender o cenário delineado hoje no plano da análise do mercado de trabalho e sua formação heterogênea e desigual. A constituição de um padrão de desenvolvimento em conjunto com o movimento internacionalizado de acumulação de capital prevê uma dependência das tomadas de decisões, de forma a explicitar o fenômeno da relação interdependentista no ambiente sócio-econômico. Principalmente, quando da participação das empresas transnacionais, responsáveis, em grande parte, pelas elevadas taxas de crescimento que conheceram as economias desenvolvidas na segunda metade deste século, a partir da abertura crescente de seus mercados.¹⁰³

Neste sentido, como afirma Furtado (1992:31):

“O rápido crescimento da economia brasileira entre os anos 30 e 70 apoiou-se em boa medida em transferências inter-regionais de recursos e em concentração social de renda facilitada pela mobilidade geográfica da população (...) Ora, a partir do momento em que o motor do crescimento deixa de ser a formação do mercado interno para ser a integração com a economia internacional, os efeitos de sinergia gerados pela interdependência das distintas regiões do país desaparecem, enfraquecendo consideravelmente os vínculos de solidariedade entre elas.”

Ora, a afirmação da condição de dependência torna-se efetiva a partir da condição de desintegração das economias regionais e formação do mercado interno como motor de crescimento¹⁰⁴.

“A alternativa consiste em apoiar-se, de preferência no mercado internacional, o que significa depender da dinâmica das empresas transnacionais. Ora, o estilo de desenvolvimento que estas impõem caracteriza-se por uma lenta geração de emprego, ou seja, uma margem crescente de desemprego estrutural.” (Furtado, 1992:32)

Neste sentido, ao deixar de ser economia nacional para ser algo parecido como economias regionais, as regiões passam a ter seus problemas de caráter nacional. Dentro do modelo vigente, conformado pelas transformações no centro do sistema capitalista, estas economias regionais agudizam os problemas relacionados ao mercado de trabalho. Assim, espaços empresariais dinâmicos, articulados para fora, para o mercado externo, não obstante, prevalecem como formas de exploração da força de trabalho típicas de fases pré-capitalistas.¹⁰⁵ Portanto, a “fratura” dos chamados

¹⁰³ Furtado, op.cit.

¹⁰⁴ Furtado, op.cit.

¹⁰⁵ Guedes e Natal (1996).

mercado e integração regionais, alcança várias esferas da vida social. No que tange especificamente ao aspecto territorial, têm-se os “lugares” que importam vis à vis os tornados irrelevantes do ponto de vista do capital, o que aponta para uma dimensão do processo em curso, isto é, a “fratura”.

Aqui, vemos a questão mais ampla de exclusão dos países no movimento de busca pela riqueza oligárquica transferir-se para o ambiente interno de cada país. Aprofundando e afirmado a condição de ilusionismo causada pela busca à participação no processo de desenvolvimento econômico mundial. De forma que

“(...) os Estados periféricos endividados e orientados agora pela bússola dos equilíbrios macroeconômicos perdem também a capacidade de financiar políticas sociais de natureza universal, num momento em que o crescimento econômico não assegura por si mesmo o pleno emprego. Questões que somadas a um passado de desigualdades sociais gritantes, recolocam no conceito desta novíssima dependência o tema da velha marginalidade tal como ele foi discutido nos anos 60. Como resultado do processo de globalização aquilo que foi a marginalidade vai assumindo a forma da exclusão pura e simples de uma parcela crescente das populações que não têm como ser globalizadas”. (Fiori, 1995)

O autor vai além ao abordar o resultado desta forma de marginalização: regiões que aparecem, neste cenário apocalíptico, caracterizadas por sua estagnação econômica e desintegração social, em detrimento de regiões isoladas e dinamizadas por sua integração global.¹⁰⁶

É neste sentido que a dinâmica capitalista em curso tem demonstrado uma tendência forte ao agravamento dos problemas urbanos, dado o acirramento da competição existente entre os estados e municípios das diversas regiões do país. O aumento da competição em condições de crise coagiu os capitalistas a darem muito mais atenção às vantagens localizacionais relativas, precisamente porque a diminuição das barreiras espaciais dá aos capitalistas o poder de explorar, com bom proveito, minúsculas diferenciais espaciais (Harvey, 1992). São as diferentes concessões de não-pagamento de impostos, condições de infra-estrutura, qualificação e preço da força de trabalho, que atraem os investimentos para as localidades. Neste sentido, o planejamento centralizado, que deu origem à integração das economias regionais, está cedendo espaço para um planejamento descentralizado, onde as diversas esferas políticas lutam pela sua autonomia e soberania em busca do desenvolvimento local.

¹⁰⁶ Fiori (1995).

São atitudes que predominam no cenário econômico do país hoje. Várias regiões e estados seguem estas determinações impostas pelo sentimento de buscar saídas para os problemas que enfrentam, em detrimento da falta de política nacional de desenvolvimento. Esta argumentação é reforçada pelo fato dos “regional states” manterem escassos laços com a economia e sociedade local na qual estão formal e territorialmente inseridas, o que, por sua vez, os aproximam das economias de enclave.¹⁰⁷

Partindo desta linha de raciocínio, Fiori (1995), vai afirmar o seguinte:

“Tudo isto que está presente nos países centrais se reproduz de forma ampliada na periferia, porque, neste caso, estes fenômenos somam-se aos constrangimentos macroeconómicos impostos pelas políticas de estabilização e pelas novas regras da competição global, para consolidar a idéia de que só existe um caminho e uma política possível: aquela que conte com o apoio das forças conservadoras capazes de dar a necessária segurança aos investidores, porque no mundo da globalização e da derrota socialista é ao capital que cabe tranquilizar e seduzir.”

O que acontece é que no condicionamento de se fazer políticas de estabilização que possam viabilizar o crescimento econômico, diferenciando o papel do Estado daquele que este exercia no período do segundo pós-guerra, economias periféricas, como o Brasil, adicionaram em seus problemas o da re-segmentação do mercado de trabalho, com distanciamento de participação de determinadas regiões em sua estrutura produtiva e agravamento da participação de determinados segmentos nesta estrutura social.

Faz-se interessante notar que,

“Nos países hoje considerados subdesenvolvidos, as formas não-capitalistas de produção, encontradas na pequena produção agrícola e em alguns segmentos da atividade urbana, estão inseridas no capitalismo, mas em lugar de serem destruídas, subsistem e reproduzem-se. Isso significa a possibilidade de que o capital controle a produção sem a completa desapropriação do produtor direto, que não é reduzido à condição de trabalhador assalariado, mantendo a propriedade dos meios de produção. Nesse caso, a lógica de funcionamento do sistema é diferente e a produção de mercadorias pode intensificar-se sem que ocorra o desenvolvimento das forças produtivas, típico do capitalismo”. (Bastos e Silva, 1995:180)

Ora, este processo, descrito pelas autoras acima, vai ao encontro do que estamos tratando, no sentido de que a participação dos jovens no mercado de trabalho, na forma como se apresenta, tende a desenvolver o subdesenvolvimento. A permanência do atual

¹⁰⁷ O exemplo das agroindústrias da região Centro-Oeste é ilustrativo. O complexo minero-metalmúrgico do Estado do Pará idem (Guedes e Natal, 1996)

quadro de desemprego com o aumento de estancamento dos setores informal e de serviços e o aumento de participação dos jovens no Comércio direciona a economia brasileira num movimento de dependência acirrada, com agravamento nas condições de vida de sua população atualmente, de forma a prejudicar uma possível superação deste subdesenvolvimento crônico que tende a se estabelecer.

O que as autoras discutem, a partir dos estudos dos “teóricos do imperialismo”, é que a evolução do capitalismo em regiões periféricas e a sobrevivência de relações não-capitalistas (nestas regiões) fornecem os elementos para explicar não apenas a falta de dinamismo em nível interno, mas também as relações de exploração em nível internacional. (Bastos e Silva, 1995:181)

Neste ponto, cabe identificarmos que a questão que Tavares (1975) discutia apresentava tal problemática na forma da condução estrutural que estava tomando o rumo do processo de desenvolvimento das forças produtivas no Brasil. Sendo a formação da estrutura econômica baseada nas condições apresentadas por esta autora e por Furtado (1992), qual seja a da formação de uma sociedade com estrutura de renda concentrada, baseada no consumo da classe “criada” para a época, com “aumento da exploração” dos trabalhadores, esta não estaria indicando senão o processo autêntico de exploração em nível internacional das relações de produção. Para tanto, deu-se o “desenvolvimento” das forças produtivas no interior da economia brasileira sem, contanto, alterar o quadro de condições de subdesenvolvimento de determinados estratos de população.

À luz das alterações ocorridas neste cenário, o fomento ao consumo de uma determinada classe aconteceu pela ausência de consumo em outra. A pressão exercida nos trabalhadores do mercado secundário evidenciaria, ao longo do tempo, uma sociedade com porte de heterogeneidade sustentada, sobretudo, na dinâmica de um país que possui relações de trabalho concedentes às formas não exclusivamente capitalistas. Estas formas contribuem para os estudos que afirmam o quanto é flexível o mercado de trabalho brasileiro, entretanto, ela não contribui para um possível desenvolvimento de relações onde uma formação pré-capitalista de relações de trabalho conduza a uma formação capitalista firmada no próprio desenvolvimento destas relações.

Ou seja, o cenário sócio-econômico brasileiro não colabora no sentido de identificarmos uma associação entre as diversas formas existentes de responder às modificações estruturais no mercado de trabalho, com vistas ao desenvolvimento das

forças produtivas locais. E isto não ocorre, porque sua dinâmica econômica, principalmente no que diz respeito ao mercado de trabalho, apresenta formas de atividades capazes de se adequarem aos condicionamentos impostos pela “internacionalização do capital”. Dizer isto é dizer que a superação do subdesenvolvimento não virá com uma passagem destas relações não-capitalistas existentes, para uma relação desenvolvida baseada na indústria e consumo de massa, nos moldes apresentados nos países desenvolvidos. Industrialização não é sinônimo de desenvolvimento, como diria Arrighi (1995).

A estrutura sócio-econômica que se evidencia no Brasil condiciona o consumo de massa, porém, um consumo desenvolvido por trabalhadores cada vez mais engajados em atividades que apresentam remuneração baixa. Será portanto, um consumo de uma massa que em pouco contribuirá para o desenvolvimento dos setores mais dinâmicos da estrutura econômica. De forma que o grau de concentração se agrava e, a partir disto, a desconexão dos “Departamentos” se torna cada vez maior.

Neste sentido, a participação dos jovens nesta estrutura colabora para a existência de uma categoria de consumidores que poderá desenvolver setores específicos do mercado secundário. Este desenvolvimento, poderá gerar um dinamismo neste mercado, de forma a contribuir para a re-segmentação do mercado de trabalho brasileiro. Em se manifestando este procedimento, a sociedade brasileira tenderá a agravar o nível de exploração da força de trabalho, no que diz respeito à questão dos rendimentos, por exemplo, uma vez que este segmento, segundo a teoria, não possui iniciativas para melhorias sobre este aspecto. Assim, a construção de uma “equação” que se inicia com a industrialização, formando uma sociedade de consumo que fomente a articulação dos “Departamentos” e realize a transformação para a geração de riqueza e crescimento econômico, dá lugar à construção de uma sociedade que se fundamenta no consumo de bens de necessidade habitual, sem relação com as categorias superiores de consumo, com agravamento nas condições de concorrência individual, heterogeneidade social e geração de pobreza e desigualdades.

Esta última “equação” determina que “*as transformações nos países menos desenvolvidos são analisadas como o resultado da internacionalização do capital produtivo e da globalização da produção*”¹⁰⁸. Então, além de não conseguir alcançar o

¹⁰⁸ Bastos e Silva (1995:181).

desempenho econômico ocorrido na década de crescimento econômico, o Brasil, acompanhando o movimento mais geral de acumulação de capital, tenderá a colaborar neste complexo internacional, como que especializado em trabalhadores de baixa remuneração, mesmo com grau de escolaridade alto, e contribuindo constantemente, para a construção do fosso que se evidencia entre os países desenvolvidos e os que se encontram em busca perpétua ao desenvolvimento.

Destaca-se, logo, que:

"Os países em desenvolvimento já não são mais, como na época 'clássica' do imperialismo, países subordinados, reservatórios de matérias-primas ou de mão-de-obra barata e vítimas dos efeitos combinados da dominação política e da troca desigual. Eles já não oferecem praticamente nenhum interesse, nem do ponto de vista econômico e nem do ponto de vista estratégico (fim da Guerra Fria) para os países ou para as firmas localizados no seio do oligopólio. São meramente pesos mortos. Não são mais países que 'um dia alcançarão o desenvolvimento', e sim zonas de 'pobreza' (...)" (Chesnais, 1995:16)

É realmente difícil ser contrário a uma afirmação deste tipo, quando evidenciamos uma estrutura com o nível de concentração de renda como a existente no Brasil, com a participação crescente de trabalhadores nos setores desprotegidos do mercado de trabalho, leia-se, o setor informal, com o alto índice de trabalho infantil etc. A desconexão entre os Departamentos torna-se visível quando do peso da concentração de renda evidenciado no país. O consumo dos trabalhadores que permeiam esta estrutura de mercado de trabalho que aqui se desenvolve não fomentará os setores industriais de maior peso econômico e não se articulará com o consumo dos capitalistas, que em pouco contribuirá para o investimento, dada, em contrapartida, a forma em que se encontram os níveis de investimento, qual seja fusões e aquisições.

É neste sentido, que autores como Campolina (1998:27), discutindo a dinâmica regional da economia brasileira, afirmam que:

"À medida que os setores produtores de bens ocupam cada vez menos mão-de-obra, o setor de serviços terá de assumir uma responsabilidade crescente na geração de emprego. Mas entendo que a modernização acelerada deste setor traz um requisito fundamental em termos de trabalho qualificado, o que rebate diretamente no sistema educacional e, uma vez mais, acredito que a vertente moderna dos serviços tenderia preponderantemente a se reconcentrar nas regiões que concentram a produção de bens. Mais ainda, embora os serviços quantitativamente suplantem a produção de bens, sua dinâmica, atrelada à dinâmica da produção de bens, a faz depender fundamentalmente do setor industrial."

Este quadro, sugere um debate voltado para o planejamento, de forma contrária ao que é preconizado pelo discurso do Estado mínimo e da lógica dos mercados. Em vista da importância do Estado na conformação do cenário macroeconômico brasileiro, a formação de um mercado de trabalho pautado em concentrações e reconcentrações regionais e de setores traz à tona a discussão sobre planejamento. E, uma vez pautada tal questão,

“A dicotomia estado versus mercado, governo versus planejamento, recoloca-nos diante da necessidade imperiosa de retomada do planejamento de longo prazo, o que passa pela retomada de um projeto de Nação que combine soberania, democracia, unidade, crescimento e distribuição de renda”. (Campolina, 1998:28)

E este movimento, vai de encontro à lógica de se afirmar, no interior da economia brasileira, a reprodução do cenário internacional, de competitividade entre diversas regiões ou dos países desenvolvidos, numa tentativa de ser contrário ao discurso de que a

“globalização constituiria a própria expressão da ‘modernidade’, notadamente por ser o resultados das ‘forças de mercado’, finalmente liberadas, pelo menos parcialmente, das correntes nocivas com que o Estado lhes manietou durante meio século”. (Chesnais, 1995:3)

Em se construindo um cenário onde o Estado delineie condições de planejamento para minimizar o quadro de desigualdades regionais e pobreza, resta estabelecer neste cenário a atuação sobre a estrutura patrimonial conservadora existente no país, nesta questão envolve-se a propriedade das coisas como meio de exploração, expropriação e alienação, se enquadrando a perda constante do cidadão brasileiro de suas “habilitações”. A sociedade brasileira está cada vez mais distante de estar habilitada a “ter”, sendo que este “ter”, significa participar da estrutura que fundamenta uma sociedade capitalista de consumo. Em se estruturando uma sociedade onde os jovens estão inseridos em condições de exclusão de seu mercado de trabalho, adiando a construção de uma estrutura familiar, dada a demora em se efetivar num posto de trabalho, com participação em setores que não dinamizam a economia, resta-nos entender que, a permanecer este quadro, a afirmação de “zonas de pobreza” tende a se cristalizar.

Como já evidenciado, o setor industrial tende a dinamizar o setor de serviços e, este, canaliza os seus lucros para o consumo de seus capitalistas, que fomenta os

investimentos tanto no setor de serviços, introduzindo novas tecnologias, como no setor de bens de produção. Com o crescente aumento do setor informal da economia e a pressão baixista exercida sobre os rendimentos dos trabalhadores do setor de serviços, no âmbito formal, cabe indagar como o setor industrial vai responder a este descolamento. Há portanto, uma disjunção dos setores que conduzem a economia brasileira de forma a completar o argumento de Tavares (1975), no que diz respeito à opção de “uma abertura para fora”.

Evidencia-se, então, no país, uma formação sócio-econômica na qual prevalece a existência de duas ordens em que uma se sustenta em certa medida e há um certo grau de temporalidade pela produção de manufaturados que são expostos à concorrência internacional e adicionam algum valor econômico para a riqueza dos grupos que a compõe; outra, que se amplia com a distensão do setor de serviços e o setor informal da economia, no qual à primeira vista, se estabelece um entrelaçamento com os setores industriais que não possuem a dinâmica que os primeiros desempenham, e que, desenvolvendo uma re-orientação da estrutura do mercado de trabalho, de forma que encontramos setores “desenvolvidos”, como o de serviços de informação por exemplo, que re-segmenta esta estrutura, desenvolvendo articulações que não estão diretamente ligadas aos setores mais dinâmicos.

3.2 Herdeiros da "desordem": a (im)possível superação do subdesenvolvimento

Faz-se interessante portanto alentar que, em decorrência desta configuração para uma possível dinamização da economia, estes setores industriais que impulsionam o setor de serviços e o setor informal devem impulsionar investimentos nos setores mais dinâmicos que têm ligação com o comércio exterior. Ou seja, evidenciando um aumento no consumo por bens que estejam sendo comercializados nestes últimos setores, as indústrias que os lançam contribuiriam, na forma de consumo, para a dinamização dos setores mais avançados. Assim, os setores que se posicionam numa ordem que estabelece relações mais recrudescidas de trabalho e de estrutura de rendimentos, se articulam de maneira indireta com a ordem que estabelece o contato com o cenário internacional de comércio. Desta forma, o tamanho da exploração evidenciada define o tipo de sociedade que se configura, e não altera a impossibilidade de superação de subdesenvolvimento. O que significa dizer que a possível superação

do subdesenvolvimento se dará quando da articulação deste grupo que se enquadra na segunda ordem de condição econômica, de maneira direta/consciente para com as relações de ordem política-institucional com o grupo que prevalece na primeira ordem, articulação esta que não parece estar à vista.

Assim, apesar de haver efeitos crescentes de rendimentos para os jovens no setor Comércio, por exemplo, isto não significa aumento de participação destes atores no consumo geral de bens, fomentando o "desenvolvimento" do setor de serviços e, por conseguinte, o industrial.

É claro que estamos falando de um determinado segmento da população. No entanto, o que se sugere, é o debate acerca do descolamento causado hoje entre a produção de um determinado tipo de consumo e a formação de uma população caracterizada por esta conformação heterogênea e de perdas atuais de condições de inserção nesta estrutura social, conduzida por uma dinâmica que não pressupõe a saída do subdesenvolvimento.

Neste sentido, ao invés da existência de "liberdade" numa estrutura de mercado que prevê a existência de indivíduos que se "emancipam" através do consumo, como pregado pelos "dogmas" neoliberais, os indivíduos se encontram em crescente opressão, vinculados a uma ordem que se utiliza da super-exploração do trabalho e da super-opressão política, "necessárias para a realização da acumulação capitalista."¹⁰⁹

Partindo da afirmação de Dias (1996:7), que diz:

"O conceito de formação social desaparece diante do conceito de modo de produção, que é tomado como uma abstração que tende a coincidir com o real. O modo de produção é reduzido à esfera do 'econômico'. Logo, reduz-se o conjunto das forças produtivas às relações de produção, vistas como base e motor da história (...) Trata-se não de uma racionalidade classista, mas de uma abstração vazia, com que caímos na mais brutal metafísica: 'as forças produtivas são a expressão da liberdade dos homens em relação às forças da natureza' (...) Este é um dos erros fundamentais do esquematismo economicista".

Entendemos que o movimento que delineia o desenvolvimento da formação social no Brasil não deve ser entendido como um movimento descrito pelo resultado das configurações econômicas adotadas, como numa visão reducionista que apresenta a "famosa contradição Trabalho-Capital, tomada, universal e abstratamente."¹¹⁰ O que

¹⁰⁹ Dias (1996).

¹¹⁰ Dias, op.cit.

acontece, seguindo a orientação deste autor, é que se buscarmos entender o modo de produção

“como o rico embricamento de práticas sociais estruturadas e estruturantes: a condensação dessas contradições (...) pensarmos as classes sociais como criadoras e criaturas dessas práticas/estruturas (...) pensarmos o capitalismo como modo de produção historicamente atualizável no enfrentamento das suas classes e com outros modos de produção, com projetos societários diversos, perceberemos, facilmente, que as relações classistas, contraditórias, impõem práticas diferenciadas a partir das quais é possível entender as contradições como atualizações de rationalidades classistas”.(p.7)

Desta forma, não se observa como objetivo final as questões que envolvem, simplesmente, a revolução da informática e da microeletrônica, mas o conjunto das transformações políticas que tomam possíveis as novas condições de acumulação capitalista.¹¹¹

Tal observação nos remete à questão da forma de como o Brasil se insere neste padrão de acumulação, e mais do que isso, da forma de como o país estrutura sua sociedade. Não se trata, neste sentido, de observarmos pura e simplesmente as articulações entre os consumos das classes. A visão, a partir deste movimento, reduz a avaliação ao economicismo que se sustenta na prática dos “teóricos do neoliberalismo”. Este economicismo, *“faz do atual, do vigente, uma segunda ‘natureza’, uma pura continuidade, subordina tudo e todos a uma realidade já dada; mas ainda: recusa a possibilidade de intervenção das vontades na história”*¹¹²

Sob este aspecto, as transformações ocorridas pela sociedade decorrem de transformações tecnológicas que moldam não só a *força produtiva principal*, leia-se o trabalhador, mas também a *condensação das contradições classistas*, leia-se o que há de fundamental na política. É nesta estrutura de relações que se verifica a participação importante das *“classes subalternas”*.

Não haverá superação de subdesenvolvimento enquanto não houver superação da forma de se entender o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, utilizando-se de uma racionalidade economicista. Isto posto, a questão que permeia a participação dos jovens nesta estrutura social evidenciada no Brasil, traz à tona a discussão da forma de como é “apresentada”, ao jovem, a evolução da sociedade capitalista. A formação de um trabalhador para um determinado regime de produção, apresentado em capítulo

¹¹¹ Dias, op.cit.

¹¹² Dias, op.cit.

anterior, demonstrou a forma de como a racionalidade capitalista trabalha em prol da transformação da sociedade para fins de implementação de seu processo de acumulação. Em se manifestando uma possível mudança no regime, se faz presente, novamente, a necessidade de se notificar a necessidade de um novo tipo de trabalhador. Ora, abrindo estas notificações como pressupostos de uma ordem dada de evolução natural, implica em impor à sociedade uma trajetória que mascara a constituição de correlações/contradições de forças, existentes nesta transformação.

Em se apresentando estas questões numa sociedade que possui características próprias, diferenciadas das observadas em países que compõem o *núcleo orgânico*, por exemplo, o processo de formação social se confunde com o processo de evolução do modo de produção como ações determinadas por este último. E é o contrário. O que acontece é que dada a configuração do padrão de participação dos jovens na estrutura de mercado de trabalho, como a brasileira, e a forma de como é apresentado os “requisitos fundamentais” para a inserção neste mercado, isto não se sustenta. Entretanto, a não sustentação deste “modelo” de ações prevê a identificação deste grupo como classe, e classe subalterna. Explorada e oprimida. Privada de liberdade, ao contrário de dotada deste instrumento que prevê o funcionamento do mercado.

“Construindo uma racionalidade nova, distinta da anterior. Esta tem que se colocar como reflexão política fundadora da possibilidade de um novo real, de um novo bloco histórico. E se apresentar, normalmente, como revolucionária. Realizar isso significa dar passos decisivos em direção à liberdade e autonomia.”
(Dias, 1996:7)

E isto é a determinação de um fazer político. Como desenvolve o autor acima, foi necessário, para a implementação das transformações ocorridas com a 3^a Revolução Industrial, o capitalismo definir limitações à possibilidade histórica dos seus antagonistas. E afirma, “o neoliberalismo é, assim, a combinação da contra-revolução com a reforma da gestão e da produção, maximizadas uma e outra, pela desaparição temporária (...) do antagonismo.” (p.6)

Este antagonismo, obscurecido pelas aparências das transformações nas técnicas e formas organizacionais, desenvolvidas para a implementação deste padrão de acumulação, é entendido como suplantado pelo novo trabalhador, que

“é apresentado, então, como universalizante e mesmo emancipatório (...) O trabalhador polivalente capaz de decisões e criatividade no seu cotidiano, não mais o mero repetidor de gestos sem sentido, ou seja, um trabalhador ‘autônomo’, portador de significados.” (Dias, 1996:5)

Ora, ao mesmo tempo, este antagonismo se afirma, quando da existência de relações de trabalho que não “autonomiza” o trabalhador e, ao contrário, tira o seu significado, uma vez que não há articulação entre o desenvolvimento técnico-escolar desse e as atividades implementadas nos setores em que atuam, como é o caso dos jovens brasileiros, que se aglutinam nas atividades de Comércio e Serviços e só ocupam seus postos se tiverem o 2º grau e experiência profissional.

Longe de se emancipar via atividades que desenvolvem, os jovens estão se arraigando mais às formas de exploração que estão intimamente ligadas às atividades que, em primeiro plano, emancipam o Capital, e “transferem” aos setores menos dinâmicos, ou dotados de “baixa” tecnologia, o antagonismo fundado na existência das classes. Sendo assim, cabe identificar se este processo levará a uma emancipação enquanto ação de transformação, transpassando os limites impostos pelo capitalismo, ou a uma “emancipação” que fará com que este segmento faça parte das “condições naturais” de participação no mercado. À primeira, identificamos o processo de superação deste modo de produção, de forma que ocorra ruptura para com este modo e a atualização das relações. À segunda, a participação destes trabalhadores no movimento de consumo, resguardando um lugar a este “jogo”, superando sua condição de excluídos dos sistema. Em não havendo o entendimento de sua condição enquanto classe subalterna, destituída de sua capacidade de articulação política, os jovens, que aqui estão em observação, não farão parte de nenhuma das duas “formas” de emancipação.

Uma retomada no desenvolvimento para a sociedade brasileira não desnudará este arcabouço de exploração se não houver o entendimento da forma de como se evidencia a evolução do modo de produção capitalista, para efeito de sua constante acumulação, dentro de países que, como o Brasil, se apresentam como defensores desta propalada mudança da relação Capital-Trabalho. Isto posto, ao observarmos a estrutura do mercado de trabalho brasileiro e a participação do segmento mais jovem da PEA, devemos identificar, também, como esses novos trabalhadores se encontram nas atividades de desenlace mais precário, por exemplo, aqueles que se encontram no setor informal. Estas preocupações, suscitam a importância de se observar os padrões de consumo que estão em voga, as relações de trabalho que se evidenciam e a formação social que está sendo determinada por estas relações (tanto de consumo quanto de trabalho). Neste sentido, a organização de uma sociedade fundada nas especificidades

de seu cenário sócio-econômico contribui para saídas próprias para o embate em que se encontra. Para tanto, o movimento deve se encaminhar para a desarticulação deste que enquadra a busca do desenvolvimento aos moldes dos países desenvolvidos, bem como, de se afirmarem como verdadeiros depósitos de pobres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A precarização nas relações de trabalho passa pela definição global de todo o processo de acumulação de capital fundamentado na estrutura de formação da sociedade capitalista existente. Tal processo, baseado em grande medida nas crescentes inovações tecnológicas e flexibilização de produção e trabalho, busca o reaparelhamento de toda estrutura produtiva, através da melhoria da qualidade (entendida como um processo amplo de reestruturação produtiva), da produtividade e dos ganhos com o capital, tudo isso com alterações diretas, no que diz respeito às relações com a força de trabalho. Ou seja, a busca por novas técnicas que garantiriam um maior ganho com o capital relacionado a um aumento no nível de produtividade estaria pondo em risco toda uma estrutura formada, que possuía o trabalhador como sujeito principal - mesmo se apresentando como de caráter inverso. Desta forma, vários postos de trabalho foram suprimidos, cedendo espaço à automação, às inovações tecnológicas e às transformações estruturais ocorridas no “mundo do trabalho” neste fim de século. Com isso, “(...) os trabalhadores estão condenados a trabalhar onde, como e quando quer o processo social de produção – em uma palavra: o capital”. Peliano (1990)

Entretanto, visto desta forma, parece que estamos adequando a discussão apenas à questão da introdução das novas técnicas ao processo de produção, e que esta é a causa primeira da “desordem” causada nos mercados de trabalho. Não é esta a nossa interpretação. O desenvolvimento deste trabalho se fez de forma a contemplarmos esta questão como um componente da “desordem”. O principal e decisivo problema é estrutural, relacionado à configuração do sistema capitalista em que os países líderes determinam a inserção dos demais e desconhecem as suas necessidades sociais.

Entendendo esta trajetória como uma decorrência histórico-estrutural de como os países subdesenvolvidos se encontram na busca pelo desenvolvimento, à luz dos “exemplos” deixados pelos desenvolvidos, a opção de seguir este último grupo tratou de agravar as desigualdades existentes no primeiro, em decorrência das especificidades que o permeia. Não cabe porém, afirmar que não houve outra opção. Entretanto, a formação social evidenciada nestes países subdesenvolvidos afirmara a existência de uma dependência estruturante e estruturada.

As mudanças ocorridas no mercado de trabalho, dado os requisitos de “superação” do “antigo” regime de produção, leia-se o fordismo, acabaram por agravar as composições heterogêneas que sustentam a contradição de classes dentro da sociedade brasileira.

A idéia de uma educação voltada para o mercado de forma a garantir a empregabilidade dos trabalhadores anda descolada com a dinâmica apresentada pelo próprio mercado de trabalho. O aumento dos níveis de escolaridade, apesar de se demonstrar fundamental para o pequeno acréscimo nos rendimentos, está servindo de “seleção natural” para a entrada num mercado de trabalho conturbado por relações cada vez menos preocupadas com o que este trabalhador mais educado pode oferecer. Na verdade, setores menos dinâmicos estão cada vez mais exigentes quanto a este tipo de trabalhador, sem contudo, poder oferecer, em contrapartida, condições de trabalho que se equipare ao nível educacional exigido. O aumento de procura por emprego está forçando os rendimentos para baixo e tornando agressiva e deprimente a concorrência entre os indivíduos.

É neste contexto que se encontram os jovens que aqui procuramos trabalhar. Isso é importante que se afirme: com os que trabalhamos. Na verdade, os jovens que estão à margem desta estrutura de mercado de trabalho, como a brasileira, precisam ser analisados para a demonstração dos efeitos causados por este “modelo” implementado.

Uma vez expostos à condição de excluídos e desempregados, os jovens tendem a se manter em condições tão difíceis quanto as dos mais velhos na mesma situação. O jovem busca a “emancipação” através de sua participação como ator livre das amarras familiares. Através do trabalho, os jovens se “emancipam” e se apresentam como cidadãos. O consumo, por intermédio de rendimentos dos seus trabalhos, os fazem livres. E é o trabalho remunerado que os fazem se constituírem membros de toda esta estrutura de exploração que, em princípio, lhes dão a chance de constituir família e futuro. A negação a este procedimento altera os seus padrões de participação neste “jogo” de inserção vital.

Por outro lado, a participação neste “jogo” via condição de desempregados ou em condições de trabalho precário, tende a desenvolver uma ânsia de frustração, decorrente da experiência de não poder se inserir no contexto por conta das transformações ocorridas neste. Ou seja, em havendo participação de jovens em setores que demandam níveis significativos de escolaridade, sem a contrapartida de rendimentos que se

relacionem com estes níveis; com a problemática do primeiro emprego sendo variável fundamental para a evidência de participação baixa no mercado de trabalho; em abarcarem taxas de desemprego altas para seu grupo, demonstrando a dinâmica baixa a que se encontra a economia brasileira; em encontrando espaço nas relações existentes no setor informal, estes jovens tendem a amargurar-se em decorrência da frustração de não poderem implementar, em tempo hábil suas "emancipações", enquanto atores que fundamentam este grupo. Senão, "aproveitam" o momento em que se encontram trabalhando e se inserem neste modo de exercer a "liberdade", de maneira precária.

A idéia que trazemos, portanto, é a de que a característica fundamental dos grupos aqui citados, é carregarem para si a condução de uma formação social baseada numa exploração agudizada e, mesmo que buscada, involuntária, de forma a comprometer o desencadear de uma possível solução para o subdesenvolvimento.

Com o padrão de desenvolvimento desencadeado no país, aos moldes estudados nos autores aqui citados, a abertura para o caminho do subdesenvolvimento foi realizada por uma opção política que se integrava às questões de interligação ao movimento geral de acumulação do capitalismo atual. Não se trata, contudo, de reduzirmos à ótica de acumulação desencadeada no país a uma questão de vontade política. Trata-se, de antemão, de referendarmos a existência de uma dependência articulada aos movimentos internacionais, bem como, à formação social que se evidencia até hoje no Brasil, no que diz respeito a sua condição de concentração de renda e propriedade.

Sob estes aspectos, não havia como empreender condições favoráveis à implementação de um "capitalismo maduro" no interior da economia brasileira, nos moldes evidenciado no centro do sistema. As formas de estruturas sociais que aqui se encontram impedem esta conformação. O descolamento desenvolvido pelos consumos das classes confirmariam mais tarde esta conturbada existência de "poderes". Ademais, os constrangimentos externos deteriam a busca pela equiparação nas condições econômicas e sociais, desenvolvidas nos países centrais.

O que este contexto nos remete para desenvolvermos nosso raciocínio? A concepção de um país subdesenvolvido traz consigo, em todo momento, súbitos de formas de se encadear a superação desta "variável do desenvolvimento". No entanto, o exercício proposto neste trabalho foi o de demonstrar que:

1 – em se manifestando as condições prementes de formação social à base de um mercado de trabalho re-segmentado, com pressupostos de que certos grupos afetados, jovens por exemplo, hoje, neste mercado, por condições de desemprego, não agudizam a pobreza e desigualdades;

2 – em se prevalecendo o crescimento de setores desguarnecidos de regulações trabalhistas, com condições/relações precárias, respaldadas por baixos níveis de rendimentos, caracterizados por estruturas informais de trabalho;

3 – em se caracterizando como essencial uma articulação do sistema de ensino como provedor de trabalhadores para o mercado, dando ânsias de que este trabalhador estará preparado para qualquer eventualidade – leia-se mudança – ocorrida no mercado de trabalho, sem contudo, levar em conta a falta de política ativa de desenvolvimento, entrelaçada com uma política industrial e de recuperação econômica;

4 – em se permanecendo esta euforia de discurso em prol dos consentimentos neoliberais, de forma a empreender a figura de um estado mínimo que não cumpra com suas funções essenciais “clássicas”;

Não há como des-subdesenvolver-se. Ou melhor, não há como superar esta “variável”. Seja partindo da compatibilidade de ações desenvolvidas nas classes de consumo, via “departamentos”, seja buscando garantir condições de endogeneização de técnicas para a produção. Estamos fadados ao subdesenvolvimentismo, caracterizando a afirmação de Chesnais (1995), já citada, sobre a condição de “zonas de pobreza”, a que países, como o Brasil, se apresentam, se configuram.

Com este pressuposto, a formação social a que nos remete o cenário exposto é a de uma condução em níveis de pobreza superiores aos evidenciados, de forma comprometer o desenvolvimento social de qualquer grupo etário. Neste sentido, os jovens de hoje, trabalhadores que se envolvem todos os dias com as mais variadas formas de propagação do discurso neoliberal, seja na forma de empregabilidade, seja na forma de exigência de um “novo trabalhador”, para se trabalhar não se sabe onde, ao se encontrarem na estrutura de desemprego e de ocupações brasileiras na forma como se encontram, eles estarão colaborando para o recrudescimento do nível de pobreza e desigualdades da sociedade brasileira.

Esta colaboração perversa e imposta se estrutura à medida em que se transfere ao indivíduo o ímpeto da saída da condição em que se encontra. Ora, na condição de excluídos, desempregados, ou empregados em relações precárias, como podem os

jovens suscitarem-se ao adequamento àquilo que é posto como fato? Até a “emancipação” mascarada na forma de participação do “jogo de mercado”, fica comprometida. Não há direito a ser explorado para o jovem – se nos permitem dizer esta heresia.

Na busca da geração do debate a que se propôs este trabalho, cabe identificar que este movimento, entretanto, pode trazer o seu revés. Ou seja, com a negação à participação do próprio “jogo” que criou, este sistema poderá gerar a contradição que envolverá este grupo em uma concepção de ações que os libertem desta conformação. Neste sentido, a negação à entrada ao mercado de trabalho, com a volta ao sistema educacional e o adiamento à formação de uma estrutura familiar e de sociabilização via o consumo, poderá lançar neste segmento fundamentos que questionem esta “ordem” de acontecimentos. Em se manifestando este procedimento, com o entendimento de uma formação social baseada em classes, se dará a superação não só do subdesenvolvimento, mas também do desenvolvimento desencadeado neste modo de produção nas contradições históricas. Tarefa difícil de se vislumbrar num mundo de efemeridades e de fetiches, que permeiam as aparências para a dominação deste sistema.

Trata-se, portanto, de se proceder estudos que busquem suscitar o debate acerca destes acontecimentos, de forma a aprofundar as ações ocorridas atualmente na estrutura do modo de produção em voga. Verifica-se, também, como as camadas de população mais pobre estão participando deste “jogo” de aparências e quebras de antagonismo, de forma a desencadear um processo de emancipação (sem aspas) e superação deste modo de produção, que apenas faz parte do desenvolver das classes na história e não, como é demonstrado, natural e eterno.

Nestes termos trata-se, portanto, de mudar a ótica de ação deste Estado que se apresenta como “repassador de responsabilidades”¹¹³, articulando políticas públicas que sejam propiciadoras de desenvolvimento social para este grupo etário. Dessa forma, dá-se condições para que os jovens de hoje sejam atores presentes, em uma estrutura desenvolvida, no futuro. Cenário que, como cita Mattoso (1995:158), “*somente a ação social e a história deste país de mil e uma surpresas poderiam definitivamente*

¹¹³ Sousa (1999)

responder". Cabendo, portanto, tornar as "tentativas de transformar", condenadas à impotência, em um momento concreto de transformação.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, T.W. *Educação e Emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ABRAMO, P. *Sistemas de Educação Geral e de Formação Profissional Comparados: o caso da Alemanha*. Rio de Janeiro: SENAI/DN/CIET, 1996.

ALMEIDA FILHO, N. *Os limites estruturais e política econômica brasileira nos anos 80/90*. Campinas: Unicamp/IE. Tese de Doutorado, 1994.

ARRIGHI, G. A desigualdade mundial na distribuição de renda e o futuro do socialismo. In: SADER, E. (org.) *O mundo depois da queda*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ARRIGHI, G. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1997.

BALTAR, P.E. de Andrade. Emprego e Renda na Crise Contemporânea do Brasil. In: *O Mundo de Trabalho - Crise e Mudança no final do século*, São Paulo: Scritta, 1^a e., nov, 1994.

BALTAR, P.E. e PRONI, M.W. Sobre o regime de trabalho no Brasil: rotatividade da mão-de-obra, emprego formal e estrutura salarial. In: *Crise e Trabalho no Brasil: Modernidade ou volta ao passado?* São Paulo: Scritta, 1^a e., abr, 1996.

BALTAR, P.E. de Andrade, DEDECCA, C.S. e HENRIQUE, Wilnês. Mercado de Trabalho e Exclusão Social no Brasil. In: *Crise e Trabalho no Brasil: Modernidade ou volta ao passado?* São Paulo: Scritta, 1^a e., abr, 1996.

BARROS, P.B. e MENDONÇA, R. A atratividade da escola versus a atratividade do mercado de trabalho. In: *O Brasil no fim do século: desafios e propostas para ação governamental*. Rio de Janeiro: IPEA, 1994.

BARROS, P.B., CAMARGO, J.M. e MENDONÇA, R. Flexibilidade no mercado de trabalho brasileiro: uma avaliação empírica. In: CAMARGO, J.M (org) *Flexibilidade no mercado de trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/FGV, 1996.

BARROS, P.B., CAMARGO, J.M. e MENDONÇA, R. A estrutura do desemprego no Brasil. Série Seminários/Seminários sobre Estudos do Trabalho, nº 14, 1996.

BARROS, P.B. et.all. Uma avaliação empírica do grau de flexibilidade alocativa do mercado de trabalho brasileiro. In: *Mercado de trabalho: conjuntura e análise*. IPEA/MTb, ano 2, nº 4, 1997.

BASTOS, V.L e SILVA, M.L.F. *Para entender as economias do terceiro mundo*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília/UnB, 1995.

BELLUZZO, L.G. Prefácio à Obra: Crise e Trabalho no Brasil: Modernidade ou volta ao passado? São Paulo: Scritta, 1^a e., abr, 1996.

BERQUÓ, E (org.). Jovens no Brasil: diagnóstico nacional. Brasília: CNPD, 1997.

BIVAR, W. Estimativas da duração média do desemprego no Brasil. In: MENDONÇA, R. e URANI, A. *Estudos Sociais e do Trabalho*. Rio de Janeiro: IPEA, 1994.

BNDES/DEPEC. Mercado de trabalho: a crise de dois modelos. Texto para discussão/ nº 21, 1994.

BRASIL. Presidente Fernando Henrique Cardoso. O mercado de trabalho e a geração de empregos. 2 e. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, 1997.

CAMARGO, J.M. e GIAMBIAGI F. (org's) Distribuição de renda no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

CAMARGO, J.M. Flexibilidade e produtividade no mercado de trabalho brasileiro. In: CAMARGO, J.M. (org.) *Flexibilidade no mercado de trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/FGV, 1996.

CAMPOLINA, C. Reestruturação produtiva e a dinâmica regional da economia brasileira. In: *Anais do Seminário Nacional sobre Emprego e Violência*. Brasília: CNPD, 1998.

CANO, W. Desequilíbrios regionais e concentração Industrial no Brasil - 1930/1970. Global Editora, 1977.

Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional. São Paulo: Editora da Unicamp/FAPESP, 1995.

CASTRO, C.M. Desenvolvimento econômico, educação e educabilidade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/FENAME, 1976.

CASTRO, C.M. e CABROL, M. A bolha que caminha pelo ensino brasileiro. In: *Como Vai? População Brasileira*. Brasília: IPEA, ano III, nº 2, 1998.

CHESNAIS, F. A globalização e o curso de capitalismo de fim-de-século. In: *Economia e Sociedade* (5), Campinas: IE/Unicamp, dez, 1995

DEDECCA, C.S. Racionalização Econômica e Heterogeneidade nas Relações e nos Mercados de Trabalho no Capitalismo Avançado In: *Crise e Trabalho no Brasil: Modernidade ou Volta ao Passado?* São Paulo: Scritta, 1^a e., Abr., 1996.

Emprego e Qualificação no Brasil dos anos 90. In: *Anais do VIII Encontro de Economia Política da SEP*. 1998.

DIEESE. Trabalho e reestruturação produtiva: 10 anos de linha de produção. São Paulo: DIEESE, 1994.

DIAS, E.F. Capital e trabalho: a nova dominação. In: *Universidade e Sociedade*, ano VI, nº 10, jan, 1996.

DRAIBE, S. Rumos e Metamorfozes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FRANCO, R. Los paradigmas de la política social en América Latina. In: *Revista de La Cepal*, Santiago do Chile: CEPAL, nº 58, abr, 1996.

FREEMAN, C. Unemployment and technical innovation. Londres: Frances Pinter, 1982.

FUENTES, M.R. Setor informal e reestruturação produtiva: uma alternativa de emprego nos anos 90? In: *CARLEAL, L. e VALLE, R. (org's) Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil*. São Paulo: Hucitec/ABET, 1997.

FURTADO, C. Brasil: a construção interrompida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FIBGE, Economia informal urbana: município do rio de janeiro, 1994.

FIORI, J.L. Em busca do dissenso perdido. Rio de Janeiro: Insight, 1995.

GLYN, A. Os custos da estabilidade: os países capitalistas avançados nos anos 80. In: *SADER, E. (org.) O mundo depois da queda*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

GUEDES, C.A M. e NATAL, J.L.A. O mundo do trabalho” brasileiro em perspectiva histórica: uma leitura a partir da crise do padrão de desenvolvimento e da globalização. In: *Economia-Ensaio*. Uberlândia: Editora Universidade Federal de Uberlândia/EDUFU, v. 10, nº 2, jul, 1996.

GRAMSCI, A. Americanismo e Fordismo. In: *Maquiavel, a política e o estado moderno*. Ed.: Civilização Brasileira, 1974.

HARVEY, D. A condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1992.

JATOBÁ, J. Desenvolvimento, globalização e emprego. In: *Anais do Seminário Nacional sobre Emprego e Violência*. Brasília: CNPD, 1998.

KERTI, B.M., WATANABE, M.I. e BRANDÃO, S.M.C. Escolaridade e inserção ocupacional. In: *Anais do V Encontro Nacional de Estudos do Trabalho*, Rio de Janeiro: ABET, set, 1997.

LAVINAS, L. Informalidade e pobreza. In: *O Brasil no fim do século: desafios e propostas para ação governamental*. Rio de Janeiro: IPEA, 1994.

LEITE, M.P. Reestruturação produtiva, novas tecnologias e novas formas de gestão de mão-de-obra. In: *O Mundo de Trabalho - Crise e Mudança no final do século*, São Paulo: Scritta, 1ª e., nov, 1994.

LIMA, B.M. Flôres de. Criptoconomia ou Economia Subterrânea. Estudos Especiais. IBRE, nº 5, Rio de Janeiro: FGV, Jan., 1985.

LIMA, R. Mercado de trabalho: o capital humano e a teoria da segmentação. In: *Pequisa e Planejamento Econômico 10 (1)*. Rio de Janeiro, abr, 1980.

MADEIRA, F.R. Recado dos jovens: mais qualificação. In: *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: CNPD, v.2, 1998.

MARQUES, H.N. A função regulatória do Estado em uma economia estável. In: *O Brasil no fim do século: desafios e propostas para ação governamental*. Rio de Janeiro: IPEA, 1994.

MARX, K. O capital. Civilização Brasileira, v. 2, cap. XIII.

MATTOSO, J. A desordem do trabalho. São Paulo: Scritta, 1995.

MEDEIROS, C.A e SALM, C. O mercado de trabalho em debate. In: *Novos Estudos*, CEBRAP, nº 39, jul, 1994.

MENDONÇA, R. Qualidade do ensino básico e igualdade de oportunidade. In: MENDONÇA, R. e URANI, A. *Estudos Sociais e do Trabalho*. Rio de Janeiro: IPEA, 1994.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. Desenvolvimento da educação no Brasil. Brasília, 1996.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. Questões críticas da Educação Brasileira: consolidação de propostas e subsídios para ações nas áreas da tecnologia e da qualidade. Brasília, 1995.

Habilidades, uma questão de competências?
SEFOR/FAT/CODEFAT, Brasília, dez, 1996.

Plano de Ação: um compromisso com a mudança/1996-1998,
Secretaria Executiva/Subsecretaria de Planejamento e Orçamento.

Plano Nacional de Educação Profissional: termos de referência dos programas de educação profissional/nacionais/estaduais/emergenciais. Brasília: MTB/SEFOR, nov, 1996.

Sistema Público de Emprego e Educação Profissional:
implementação de uma política integrada, Brasília: MTB/SEFOR, jun, 1996.

Política Pública de Emprego e Renda: ações do governo. Brasília:
Assessoria de Comunicação Social do Ministério do Trabalho/FAT, abr, 1997.

OFFE, Claus. Capitalismo Desorganizado. São Paulo: Brasiliense, 1989.

OIT. *El trabajo en el mundo*. Ginebra: OIT, 1997.

OLIVEIRA, J.C. *Tendências Populacionais no Brasil e pressão sobre o mercado de trabalho futuro*. Rio de Janeiro: FIBGE, 1996.

PELIANO, C.J. *Acumulação de trabalho e mobilidade do capital*. Brasília: Editora Universidade de Brasília/Unb, 1990.

PERO, Valéria. *A formação profissional diante das mudanças no mercado de trabalho no início dos anos 90*. Rio de Janeiro: SENAI/DN/CIET, 1996.

POCHMANN, M. O problema recente do emprego no capitalismo contemporâneo. In: *Anais do XXIV Encontro Nacional de Economia*, 1996.

O movimento de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90: uma análise regional. In: *Economia e Sociedade* (9). Campinas: CESIT/IE/UNICAMP, 1997.

Reconversão econômica e as tendências recentes das ocupações profissionais no Brasil. Versão preliminar. Campinas: CESIT/IE/UNICAMP, 1998.

Emprego e desemprego juvenil no Brasil: as transformações nos anos 90. Versão preliminar. Campinas: CESIT/IE/UNICAMP, 1998.

A inserção ocupacional dos jovens nas economias avançadas. Versão ~~preliminar~~. São Paulo: DIEESE/CESIT/CNPq, 1998.

POLANYI, K. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

RAMOS, L., RIOS-NETO, E. e WAJNMAN, S. Perfis etários, posição na ocupação e desigualdade de rendimentos no Brasil. In: *Revista Nova Economia*. Belo Horizonte: UFMG/FACE/DCE, 1990.

SABOIA, A.L. Situação educacional dos jovens. In: *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: CNPD, v.2, 1998.

SALM, C. *Escola e Trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

Educação e qualificação. In: *Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira - Condicionantes Sociais da Competitividade: Educação Básica e Competitividade*. Unicamp/UFRJ, 1993.

Vai ser difícil requalificar In: *Boletim de Conjuntura - IE/UFRJ*, 1997.

SALM, C. e FOGAÇA, A. *Tecnologia, emprego e qualificação - bases conceituais*. Rio de Janeiro: UFRJ/IE, Série Documentos, nº 27, 1997.

SCHULTZ, T. *O capital humano: investimentos em educação e pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SOUZA, J. T.P. Os jovens, as políticas sociais e formação educativa. Florianópolis/
Versão preliminar. 1999.

TAVARES, M.C. Distribuição de renda, acumulação e padrões de inudstrialização: um
ensaio preliminar. In: *TOLIPAN, R.M.L. e TINELLI, A. C. A Controvérsia sobre
distribuição de renda e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

URANI, A Conseqüências macroeconômicas da pobreza. In: *O Brasil no fim do
século: desafios e propostas para ação governamental*. Rio de Janeiro: IPEA,
1994.

Ajuste macroeconômico e flexibilidade no mercado de trabalho brasileiro:
1981-1995. In: *CAMARGO, J.M.(org.) Flexibilidade no mercado de trabalho no
Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/FGV, 1996.

ANEXO

Tabela 1 - Taxa de Desemprego segundo o nível de formação - Países selecionados

	Fim do decênio de 1970 - princípio do de 1980	Fim do decênio de 1980 - princípio do de 1990
Alemanha Ocidental		
Quartil de menor qualificação	3,6	11,0
Quartil de maior qualificação	1,7	4,2
Austrália		
Quartil de menor qualificação	5,8	7,1
Quartil de maior qualificação	1,9	2,9
Canadá		
Quartil de menor qualificação	6,7	9,3
Quartil de maior qualificação	2,6	3,5
Estados Unidos		
Quartil de menor qualificação	3,9	8,1
Quartil de maior qualificação	1,8	2,3
França		
Quartil de menor qualificação	3,9	8,9
Quartil de maior qualificação	2,6	3,1
Itália		
Quartil de menor qualificação	1,4	4,9
Quartil de maior qualificação	3,0	4,5
Japão		
Quartil de menor qualificação	2,7	2,9
Quartil de maior qualificação	1,3	1,1
Reino Unido		
Quartil de menor qualificação	5,9	11,6
Quartil de maior qualificação	1,9	2,2

Fonte: OIT (Organização Internacional do Trabalho), através de dados da OCDE, 1996.

Tabela 2 - Emprego, População em idade de trabalhar e Emprego por pessoa - Taxas médias de crescimento anual

	Crescimento do Emprego		Crescimento da População em Idade de Trabalhar		Crescimento do Emprego por Pessoa	
	1960-1973	1974-1995	1960-1973	1974-1995	1960-1973	1974-1995
Estados Unidos	2,0	1,8	1,7	1,1	0,3	0,6
CE (12)*	0,3	0,2	0,6	0,6	-0,3	-0,4
Ex-AEL**	0,6	0,4	0,7	0,5	-0,1	-0,1
Japão	1,3	0,9	1,7	0,7	-0,4	0,2
Canadá	3,2	1,8	2,3	1,5	1,0	0,3
França	0,7	0,2	1,1	0,7	-0,4	-0,5
Alemanha***	0,3	1,2	0,4	1,6	-0,1	-0,4
Reino Unido	0,3	0,1	0,2	0,3	0,0	-0,2
Itália	-0,4	0,2	0,6	0,4	-1,0	-0,3
Espanha	0,7	-0,2	0,8	0,9	-0,1	-1,2
Portugal	0,0	1,1	-0,6	1,0	0,6	0,1
Grécia	-0,5	0,8	0,3	1,0	-0,8	-0,2
Bélgica	0,6	0,0	0,4	0,4	0,2	-0,4
Países Baixos	0,9	0,8	1,5	1,0	-0,6	-0,2
Irlanda	0,1	0,7	0,5	1,1	-0,4	-0,4
Dinamarca	0,9	0,2	0,7	0,4	0,2	-0,2
Suíça	1,5	0,7	1,2	0,6	0,2	-0,1
Áustria	-0,3	0,3	0,1	0,7	-0,1	-0,3
Suécia	0,5	0,1	0,5	0,3	0,0	-0,2
Finlândia	0,2	-0,2	1,0	0,4	-0,7	-0,6
Noruega	0,7	1,0	0,7	0,6	0,0	0,4
Islândia	2,2	1,6	1,8	1,3	0,4	0,3
Austrália	2,4	1,6	2,2	1,6	0,2	0,0
Nova Zelândia	2,2	1,0	2,0	1,3	0,2	-0,3

* Estão excluídos os *Länder* da ex-Alemanha Oriental; ** A ex-AELI inclui Áustria, Noruega, Finlândia, Suécia e Suíça; *** Os dados se referem a Alemanha Ocidental até 1990, e a partir de então, a Alemanha unificada.

Fonte: OIT, através de dados da OCDE: Economic Outlook (junho de 1995) e suplemento especial.

Tabela 3 - Evolução do Desemprego - Países selecionados - 1983/1992

	Estado Unidos	Reino Unido	França	Espanha	Itália	Alemanha	Suécia	Em % da PEA Japão
1983	9,5	-	8,40	17,5	9,9	8,2	3,5	2,6
1984	7,4	11,8	9,8	20,3	10,0	8,7	3,1	2,7
1985	7,1	11,2	10,2	21,6	10,3	9,2	2,8	2,6
1986	6,9	11,2	10,4	21,2	11,1	8,8	2,2	2,8
1987	6,1	10,7	10,5	20,5	11,9	9,0	1,9	2,8
1988	5,4	8,8	10,0	19,5	12,0	8,7	1,6	2,5
1989	5,2	7,2	9,4	17,3	12,0	8,0	1,4	2,3
1990	5,4	6,8	8,9	16,3	11,0	7,0	1,5	2,1
1991	6,6	8,3	9,4	16,4	10,9	6,0	2,7	2,1
1992	7,3	9,6	10,2	18,4	11,5	4,8	2,2	-

Fonte: DEPEC (Departamento Econômico/Área de Planejamento)/BNDES (1994), através de dados da OIT (1993).

Tabela 6 - Evolução das 45 ocupações profissionais que mais aumentaram postos de trabalho nos anos 90, segundo a Classificação Brasileira de Ocupações/CBO - Brasil - 1999

Categoria Ocupacional	Variação Absoluta		Variação Relativa	
	1989/86	1997/89	1989/86	1997/89
Setor Privado				
TRAB. DE CONSERV. E LIMPEZA	148.725	458.532	23,8	59,2
TRAB.CONSTR.CIVIL E ASSEM.	1.249	258.973	1,5	314,0
PROF. DE ENSINO DE 2º GRAU	15.213	449.934	4,4	32,9
TRAB.AGROPEC.POLIVALENTE	104.255	99.477	81,3	42,8
TRAB.DOCOMÉRCIO E OUTROS	63.086	72.912	32,8	28,6
COZINHEIROS E ASSEMEL.	53.228	65.335	26,1	25,4
TRAB.DE SERVIÇOS DE ADM.	59.734	56.795	32,3	23,2
RECEPCIONISTAS	34.347	54.966	26,4	33,5
PROFESSORES NÃO CLASSIF.	22.322	53.435	20,3	40,4
GARÇONS, BARMEN E ASSEM.	45.414	43.116	24,3	18,6
ENFERMEIROS	8.465	27.486	24,8	64,5
PROF. DE ENSINO PRÉ-ESCOLAR	18.036	27.379	33,0	37,7
DESP.E COBRADOR DE TRANSP.	33.996	26.139	27,5	16,6
TRAB.DE SERV.DE PROT.E SEGURANÇA	9.905	21.741	37,7	60,1
TRAB.DE PECUÁRIA DE GRANDE PORTE	20.019	20.727	90,6	49,2
PADEIROS E CONFEITEIROS	6.084	20.453	7,2	22,6
MAGAREFES E TRAB. ASSEM.	7.854	20.109	19,8	42,2
TELEFONISTAS E TELEGRAFISTAS	9.201	18.365	13,5	23,7
PROF. E INSTR. DE FORMAÇÃO	6.963	18.276	32,6	64,6
ANALISTA DE SISTEMAS	12.594	16.899	39,3	37,9
GERENTES DE EMPRESAS NÃO CLASSIF.	5.380	16.376	20,6	52,0
TRAB.DA PECUÁRIA DE PEQUENO PORTE	6.794	16.041	29,4	53,7
PROF. DE ENSINO ESPECIAL	1.158	7.717	24,8	132,5
TÉCNICOS DE SEGUROS DE COMÉRCIO EXTERNO	471	6.935	32,9	364,4
TRAB. DE TRATAMENTO DA MADEIRA	233	6.460	1,8	48,0
ANALISTAS DE OCUP. E ASSEM.	2.664	6.316	41,0	68,9
TÉCNICOS DESPORT. E ASSEM.	2.982	5.447	22,9	34,1
OPERADORES DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS	421	3.022	5,6	37,8
LOC E COMENT. DE RÁDIO E TV	1.194	2.116	15,8	24,1
NUTRIC. E TRAB.ASSEM.	2.290	2.002	33,4	21,9
DIR. DE EMPR. DE COMUNIC.	511	1.892	19,6	60,8
TRAB. DA FLORICULTURA	-413	1.784	-9,4	44,7
CIGARREIROS	364	721	12,1	21,4
ESCLUT. PINTORES E ASSEM.	194	398	15,8	28,0
ATOR E DIR.DE ESPETÁCULOS	-32	378	-3,1	37,7
ATLETAS PROFISSIONAIS	-178	367	-8,3	18,7
AGENT. DE SERV. FUNERÁRIOS	101	288	9,0	23,5
Setor Público				
AGENTES DE ADMINISTRAÇÃO	26.577	207457	14,2	97,1
FUNCIONÁRIOS SUPERIORES	11.027	146.866	3,3	42,2
FUNC. ADMINISTRATIVOS	-42.091	138.788	-7,9	28,1
GUARDA DE SEGURANÇA	128.200	72.999	30,2	13,7
SERVENTUÁRIOS DA JUSTIÇA	21.403	43.132	42,0	59,6
AGENTES SUPERV. DA POLICIA	3.389	7.418	20,7	37,5
MÉMB.SUP. DO PODER JUDIC.	1.724	3.290	28,9	42,8
CHEF. DE SERV. DE CORR. E TELECOM.	80	267	6,6	20,7

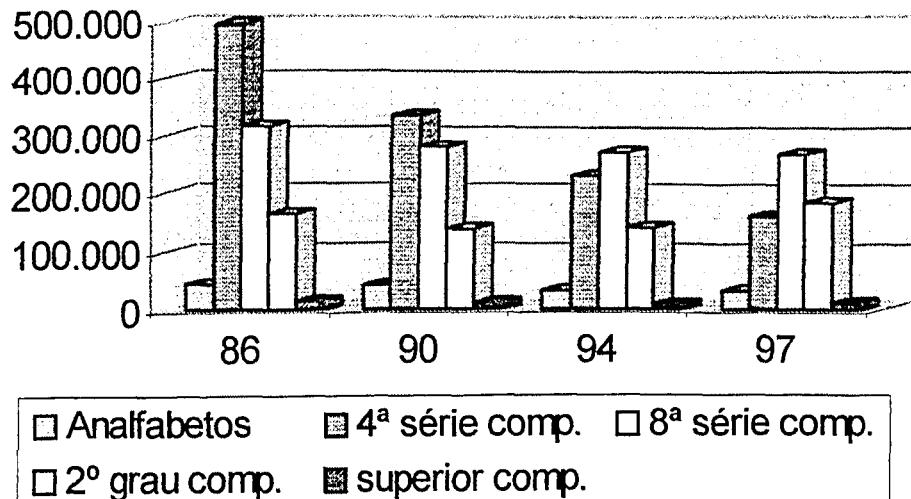
Fonte: Pochmann (op.cit.), a partir dos dados do MTb/Rais/Caged - CBO

Tabela 7 - Evolução das 45 ocupações profissionais que mais diminuíram postos de trabalho nos anos 90, segundo a Classificação Brasileira de Ocupações/CBO - Brasil - 1999

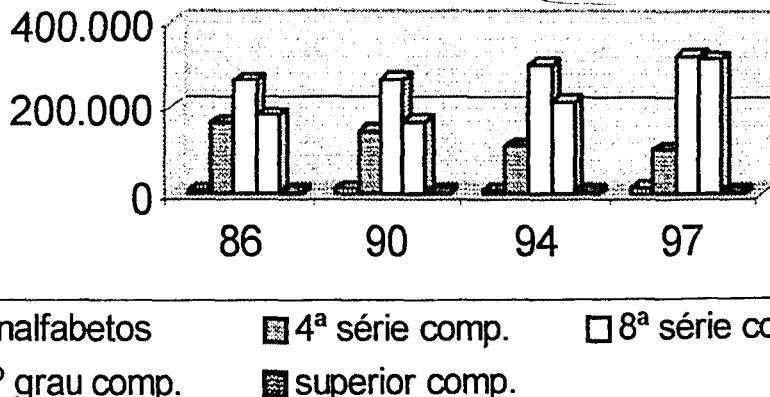
Categoria Ocupacional	Variação Absoluta		Variação Relativa	
	1989/86	1997/89	1989/86	1997/89
Setor Privado				
TRAB. DE CALÇADOS	4.416	-47.555	2,0	-21,5
MESTRES EM MANUFATURA	5.670	-45.966	3,6	-27,1
CARPINTEIROS	-3.203	-43.535	-2,4	-32,9
CHEFES INTERM.ADMINISTRAT	27.951	-42.839	12,8	-17,4
TORNEIROS FRESAD. E RETIF.	470	-37.448	0,4	-28,0
COSTUREIROS	-4.799	-34.109	-1,8	-12,3
DATILOGR.ESTENÓGR. ASSEM.	-10.583	-27.630	-13,9	-42,0
FIANDEIROS E TRAB. ASSEM.	2.355	22.629	3,6	33,5
DESENHISTAS TÉCNICOS	5.305	-21.281	9,4	-34,5
TRAB. DE FRUTICULTURA	36.966	-19.302	100,1	-26,1
TÉCN.DE ELETRIC. ELETRO. E TELECOM.	19.436	-18.037	22,9	-17,3
TÉCNICOS DE MECÂNCIA	7.078	-18.058	22,7	-43,7
MONTADORES DE EQUIP.ELETR.	-36	-17.593	-0,1	-35,9
TECELÕES	-42	-15.230	-0,1	-42,2
TÉCN. DE QUÍMICA E ASSEM.	7.775	-14.802	24,2	-37,1
SOLDADORES E OXICORTADOR	307	-14.629	0,3	-14,6
CERAMISTAS E TRAB. ASSEM.	7.729	-14.436	12,6	-20,8
TRAB.DE PREPARAÇÃO DE TECELAGEM	-192	-14.466	-0,6	-42,5
TRAB.FABRIC.PRODUTOS DE BORRACHA	8.133	-12.846	23,0	-29,6
CHAPEADORES E CALDEIREIROS	3.686	-10.337	7,0	-18,3
TRAB. DE CONCRETO ARMADO	-2.569	-10.256	-5,8	-24,4
TRAB.DE PREPAR.DE FIBRAS	32	-8.287	0,1	-28,4
ENGENHEIROS MECÂNICOS	2.524	-7.264	13,7	-34,7
FERRAMENTEIROS E MODELADORES DE METAIS	80	-7.131	0,3	-23,0
MAQUINISTAS E FOGUISTAS DE LOCOMOTIVAS	2.370	-6.826	16,4	-40,5
VIDREIROS CERAM. E ASSEM.	3.574	-6.632	21,1	-32,3
FUNDIDORES DE METAIS	474	-5.750	2,8	-33,4
MINEIROS E CANTEIROS	-4.461	-5.510	-24,0	-39,0
CURTIDORES DE COUROS PELES E ASSEM.	4.369	-5.119	17,8	-17,7
ALFAIADES, COST. E MODISTAS	-1.452	-5.057	-7,5	-28,1
TRAB.EM MAD E FABR.DE PAPEL E PAPELÃO	1.999	-4.725	8,1	-17,7
JOALHEIROS E OURIVES	-1.800	-4.132	-13,3	-35,3
FORNEIROS METALÚRGICOS	714	-4.045	5,3	-28,7
OPERADORES DE LAMINAÇÃO	-6.206	-3.628	-32,2	-27,8
SAPATEIROS	-3.719	-3.317	-27,3	-33,4
TECELÕES DE MALHAS	141	-3.105	1,1	-23,7
TÉCNICOS TÊXTEIS	755	-2.230	28,5	-65,5
SONDADORES DE POÇOS DE PETRÓLEO E GÁS	-874	-2.118	-16,8	-48,9
PESCADORES INDUSTRIALIS	-1.119	-1.638	-22,5	-42,6
ENGEN. METALÚRGICOS	1.218	-1.620	48,8	-43,6
OPERADORES DE COQUERIA	597	-1.016	39,0	-47,7
CHAPELEIROS	-269	-973	-14,8	-63,1
ORTOPTISTAS E ÓPTICOS	-1.275	-902	-33,3	-35,4
GRAVADORES DE VIDRO	-59	-824	-4,8	-70,5
CONFEC.C. DE INSTR. MUSICAIS	-317	-701	-12,6	-32,0

Fonte: Pochmann (op.cit.), a partir dos dados do MTb/Rais/Caged - CBO

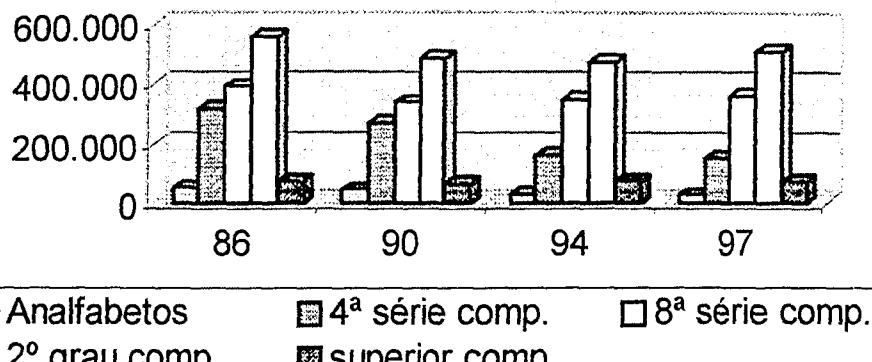
**Emprego Formal de Jovens de 15 a 24 anos
por Grau de Escolaridade - Grande Setor
Indústria - Brasil - 1986/1997**



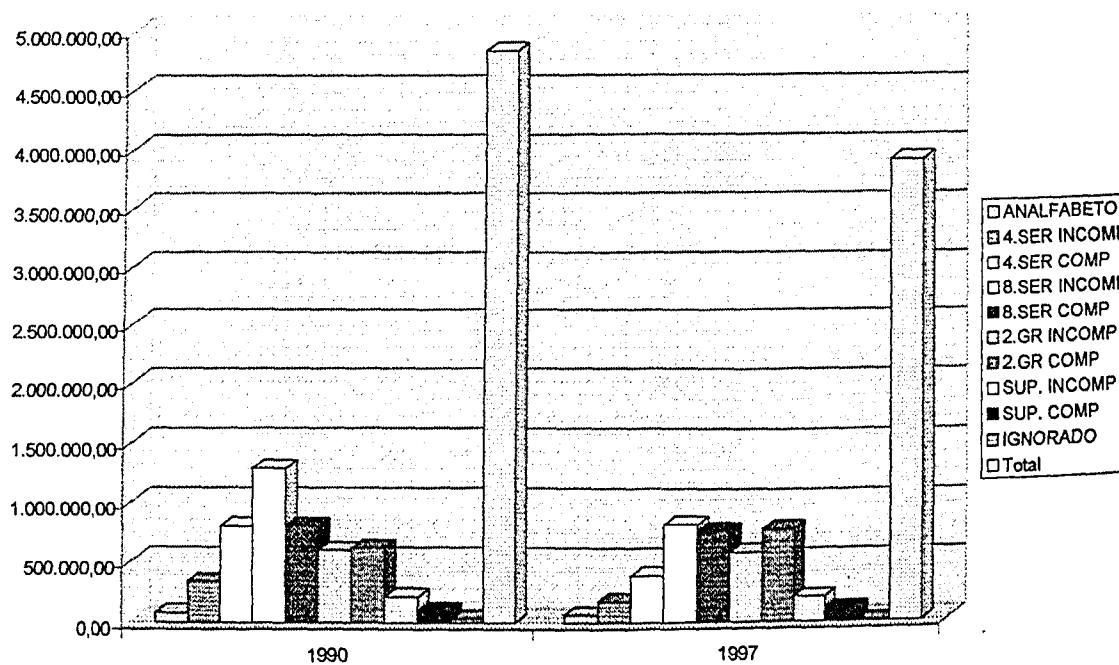
**Emprego Formal de Jovens de 15 a 24
anos por Grau de Escolaridade - Grande
Setor Comércio - Brasil - 1986/1997**



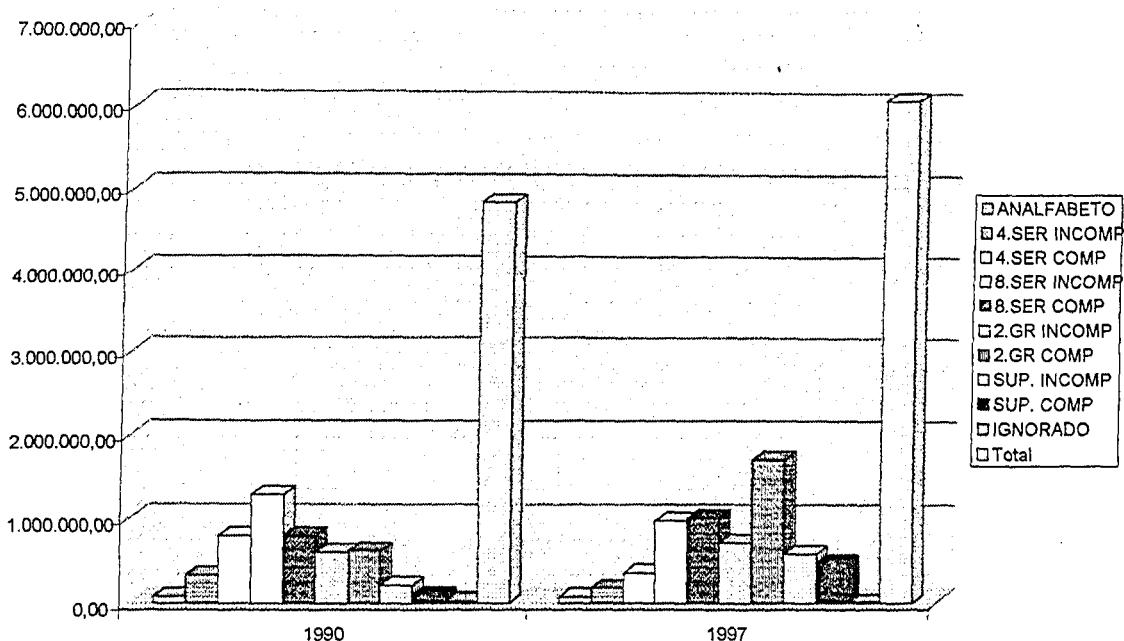
Emprego Formal de Jovens de 15 a 24 anos de idade por Grau de Escolaridade - Grande Setor Serviços - Brasil - 1986/1997



Emprego Formal de Jovens de 15 a 24 anos de idade: Rendimentos Médios por Grau de Instrução- Grande Setor Indústria - Brasil - 1990/1997



Emprego Formal de Jovens de 15 a 24 anos de idade: Rendimentos Médios por Grau de Instrução - Grande Setor Serviços - Brasil - 1990/1997



Emprego Formal de Jovens de 15 a 24 anos de idade: Rendimentos Médios por Grau de Instrução - Grande Setor Comércio - Brasil - 1990/1997

